JOSÉ OSVALDO DE PAIVA

O silêncio da escola e os URU-EU-WAU-WAU do Alto Jamari

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo,
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre em Psicologia.

**São Paulo
2000**

JOSÉ OSVALDO DE PAIVA

O silêncio da escola e os URU-EU-WAU-WAU do Alto Jamari

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Luisa Sandoval Schmidt

**São Paulo
2000**

Ficha Catalográfica preparada pelo Serviço de Biblioteca
e Documentação do Instituto de Psicologia da USP

Paiva, J. O. de

O silêncio da escola e os Uru-Eu-Wau-Wau do Alto Jamari. / José Osvaldo de Paiva. – São Paulo, s.n., 2000. – 153 p.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade.

Orientadora: Maria Luisa Sandoval Schmidt

1. Índios 2. Etnografia 3. Educação I. Título.

O SILÊNCIO DA ESCOLA E OS URU-EU-WAU-WAU DO ALTO JAMARI

José Osvaldo de Paiva

BANCA EXAMINADORA

(Nome e Assinatura)

(Nome e Assinatura)

(Nome e Assinatura)

Dissertação defendida e aprovada em: ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Instituto de Psicologia que nos ministraram suas disciplinas e nos acompanharam com as melhores expectativas e valiosas colaborações ao longo deste mestrado.

À minha orientadora Malu, pela orientação, pela postura tenaz, por me compreender e me fazer perceber, com facilidade, que a lição vem da vida e o nosso aprendizado é construído a partir da nossa própria experiência.

Às professoras Doutora Ronilda Ribeiro e Doutora Maria de Lourdes Beldi de Alcântara que prestaram inestimável contribuição durante a qualificação do projeto para que se consolidasse o presente trabalho.

À Professora Doutora Marilene Proença R. de Souza, por sugerir-me como se poderia dar um toque de alma, na apresentação desse trabalho.

Ao Professor Doutor Miquel Nenevê pela irrepreensível coordenação do curso e pela contribuição pessoal prestada aos mestrandos.

À Zizi, Dona Zuleide de Sordi Paiva, minha mãe, nas suas visitas a Porto Velho, que me proporcionou agradável e compartilhada companhia com o pessoal do Alto Jamari, quando estes, também, vinham me visitar e saboreavam sua deliciosa *comidinha*.

Ao meu irmão e companheiro de muitas aventuras pela vida e pelas matas, Antônio Augusto de Paiva, que juntos, um dia, rompemos na Aldeia do Alto Jamari, sem nunca imaginar que ela se tornaria meu objeto de estudo.

SUMÁRIO

RESUMO.....	009
APRESENTAÇÃO.....	011
INTRODUÇÃO	015
CAPÍTULO I.....	021
1. Localização Histórico Geográfico e Movimento Migratório.....	021
1.1. O processo de ocupação de o povoamento do não índio na área Tapajós-Madeira	021
1.2. As Etnias na Região Madeira Tapajós	029
1.3. A concentração da Cultura Tupi	030
CAPÍTULO II	033
2. A organização social dos) Os Uru-Eu–Wau-Wau, uma sociedade Kawahiba	033
2.1. As primeiras notícias que se tem dos Uru-Eu-Wau-Wau.	033
2.2. A preparação da expedição que estabeleceu os primeiros contatos com os Uru-Eu-Wau-Wau	045
2.3. Os primeiros registros etnográficos	049
CAPÍTULO III	051
3. Na educação tradicional a cultura dos Uru-Eu-Wau-Wau.....	051
3.1. Bahira	051
3.1.2. Bahira criou a sua própria mulher	051
3.1.3. Bahira criou os bichos	053
3.1.4. Tapira (A Anta)	053
3.1.5. O porco queixada	054
3.1.6. Não tinha caça	054
3.1.7. O Bahira fez a gente	054

3.2. A contribuição do Mito Bahira para a organização social do povo Uru-Eu-Wau-Wau, na sua divisão em metades formando os dois clãs exogâmicos.....	056
3.2.1. O sistema de relações.....	057
a) As metades.....	057
b) O casamento.....	058
c) No nascimento: a comunidade da substância.....	062
d) A infância.....	065
e) O sistema de nomeação.....	068
f) O sistema de nomeação com o sistema de identificação nacional	068
g) A Morte.....	069
 CAPÍTULO IV	 078
4.1. A Educação Escolar	078
4.2. A Legislação Brasileira e a Educação Escolar Indígena.....	079
4.2.1. A Constituição Federal.....	079
4.2.2. Os Decretos	080
4.2.3. A Lei de Diretrizes e Bases.....	081
4.2.4. Comentários sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	082
4.3. Instrumentos internacionais relevantes para os povos indígenas.....	083
4.3.1. A Convenção da OIT	084
4.4. O Movimento dos Professores Indígenas.....	085
4.5. Posição Atual da Educação Indígena no Estado de Rondônia.....	085
4.6. A Organização dos Professores Indígenas de Rondônia.....	087
4.7. A CUNPIR- Coordenação da União das Nações Indígenas e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas	088
4.8. I SEMINÁRIO DOS POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA.....	090
4.8.1. As Organizações de Apoio.....	096
4.9. II ASSEMBLÉIA GERAL DOS PROFESSORES INDÍGENAS DE RONDÔNIA – 18/19 MARÇO/2000.....	096
4.9.1. ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DE RONDÔNIA- OPIRON.....	102
4.10. A ESCOLA PARA OS URU-EU-WAU-WAU.....	105
4.10.1. PIN –Linha 623: Escola da Linha 623	105
4.10.2. PIN –Alto Jaru: Escola de Linha.....	107
4.10.3. PIN – Jamari: Escola Ja’y	108
4.10.4. PIN – Trincheira: Escola Amondawa	108
4.10.5. A AUSÊNCIA DA ESCOLA PARA O POVO DO ALTO JAMARI.....	110
 CONCLUSÃO	 118
FOTOS	
Foto 1 - Placa FUNAI: Área Proibida.....	012
Foto 2 - Mohã.....	013
Foto 3 – Bokara.....	043
Foto 4 – Kanindé.....	046

Foto 5 – Warina e Mawá.....	055
-----------------------------	-----

MAPAS

Mapa 1 – Aldeias da Reserva Indígena Uru-Eu-Wau-Wau	016
Mapa 2 –Projeção da Reserva Indígena Uru-Eu-Wau-Wau	017
Mapa 3 – Detalhe da Área Indígena Uru-Eu Uau-Wau	018

QUADROS

Quadro 1 – Aldeia do Alto Jaru	070
Quadro 2 – Aldeia do Seringal São Luís.....	071
Quadro 3 – Aldeia da Linha 623	072
Quadro 4 – Aldeia do Jamari	073
Quadro 5 – Aldeia do Alto Jamari	072
Quadro 6 – Aldeia do Trincheira – Grupo Amondawa.....	074

BIBLIOGRAFIA.....	121
--------------------------	------------

ANEXOS	126
---------------------	------------

Anexo 1 – Quadro das Organizações Indígenas de Rondônia	127
Anexo 2 – Quadro das Organizações Indígenas de Rondônia	128
Anexo 3 – Quadro das Organizações de Apoio Aos povos Indígenas.....	130
Anexo 4 - Relação Das Fontes Documentais Sobre Os Uru-Eu-Wau-Wau	131

RESUMO

Esse estudo volta-se para a educação indígena, mais especificamente a do grupo Uru-Eu-Wau-Wau do Alto Jamari em sua educação tradicional e a sua expectativa quanto à educação escolar. Esse grupo habita a região central de Rondônia próxima às nascentes dos rios da serra dos Pakaas Novos. Como o objetivo dessa dissertação é o estudo do grupo e da educação escolar que será oferecida a essa comunidade, portanto, para isso, estão presentes todos os aspectos que servirão de contextualização para o grupo e para a educação escolar indígena. Assim o grupo está descrito na sua perspectiva histórica, dentro das grandes migrações indígenas na região amazônica, nos choques interétnicos com as migrações dos não-índios, que estão também descritas, o seu primeiro contato, em 1981, até se conseguir a demarcação de suas terras em 1985. A partir daí serão apresentados os estudos etnográficos que foram feitos sobre a cultura Kawahiba, a qual pertence os Uru-Eu-Wau-Wau, acrescidos aos relatos feitos pelos integrantes da própria comunidade, que poderão dar uma extensão maior a tais estudos. Para tanto, conseguiu-se nesse estudo o relato dos mitos, a descrição da sua organização social e outros aspectos da sua cultura, através dos membros mais velhos da aldeia do Alto Jamari tendo como intérpretes os próprios jovens da aldeia. Sobre a educação escolar há uma exposição relativa aos aspectos mais importantes do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - o RCNE/Indígena elaborado pelo MEC - e, ainda, a atual situação da educação escolar indígena em Rondônia, com relevância para as primeiras escolas dos grupos Uru-Eu-Wau-Wau, parentes do povo do Alto Jamari.

ABSTRACT

This research concentrates on the indigenous education of the group Uru-Eu-Wau-Wau of the Alto Jamari. It considers the indigenous traditional education and the expectation towards school education. The Uru-Eu-Wau-Wau inhabits the central region of Rondônia near the Springs of Pakaas Novos.

In order to carry out the study of the group of school education I present all aspects Which will help to contextualize the indigenous school education. Thus the group is described in its historical perspective within the big indigenous migration in the Amazon region in the inter-ethnic chocks with the migration of non-indigenous, wich are described here too; the group first contact, in 1981, until they got the demarcation of land in 1985. Then I present the ethnographic study on the Kawahiba culture which belongs to the Uru-Eu-Wau-Wau together with the reports made by members of the community, who will give a larger dimension to the study I present, therefore, the myths, the description of its social organization and other aspects of the Indians culture as related by the older people of the group who used the young ones as interpreters.

The work also presents the most important aspects of the National Curriculum for Indigenous Schools elaborated by the Ministry of Education and the current situation of the indigenous school education in Rondônia, mainly what is concerned to the groups Uru-Eu-Wau-Wau relative to the people of Alto- Jamari.

APRESENTAÇÃO

Ao acompanhar o posseiro Aldo Mato Grosso ao seu lote, ele subitamente mudou o caminho dizendo ter que passar em um garimpo próximo dali. Depois de horas de caminhada chegamos ao barraco do João Gomes, onde a FUNAI implantou, provisoriamente, um posto ali próximo à reserva indígena utilizando a excelente casa de tábuas - para os padrões locais - com telhas de fibrocimento e piso de cimento, deixada por uma mineração. É uma das raras casas da região. Mesmo no, então, povoado de Campo Novo, a maioria das casas eram cobertas de palha ou eram simplesmente provisórios barracos cobertos de lona plástica. Ao lado da casa havia um grande barracão que servia de garagem para a caminhonete Toyota. O posto da FUNAI foi feito ali, fora da área indígena pela facilidade de acesso à parte da reserva que ficava distante da aldeia.

A área estava sendo demarcada nesses dias e coincidiu a nossa chegada com a saída do pessoal do exército de dentro do mato, comandados pelo major Castanheira. Saíram em grande fila indiana, e parecia que não iriam parar para descansar, pelo fato de começaram imediatamente a embarcar as coisas na Toyota.

Notei que havia vários índios prestando serviços, mas a um eu houvera prestado atenção pela maneira singular com que saiu do mato. Ao contrário dos outros, que carregavam grandes cargas, estava de mãos vazias, a não ser uma ponta da folha do coqueiro babaçu, que julguei ser para abanar-se, e tinha o rosto tatuado. O Major assim que chegou, descalçou os resistentes tênis e deu-os ao índio, que também mal parou, nem para comer as bananas que o João Gomes distribuiu a todos. Comeu apenas uma e depositou as restantes ao lado no comprido banco em que sentava junto com os outros e empenhou-se a trançar as folhas da ponta do coqueiro para fabricar um panero, com extrema rapidez, o que serviria para carregar as coisas que o pessoal da FUNAI lhe deixaria. Percebi que ele era da tribo Uru-Eu-Wau-Wau, povo guerreiro, contatado a cerca de apenas três anos, na época. Havia gostado de um terçado, que é um enorme facão usado na floresta. Pegou-o e brandiu-o no ar, como que cortasse alguma coisa.

Pertencia a um dos índios batedores que prestavam serviços. Era um dos Suruí, que habitam mais ao sul do estado, e não tinha intenção alguma em dar-lhe a ferramenta, por isso agarrou-lhe o pulso com uma mão e torceu fortemente o cabo do terçado com a outra até que ele o soltasse.

Nesse momento comecei a preocupar-me com o Mato Grosso que começou a passar mal, dizendo-me que estava com malária.

Rapidamente todos já estavam prontos para partir. Com a partida do pessoal, por não saber que atitude tomar, fiquei aguardando qualquer reação do Mato Grosso que jazia prostrado, estendido no banco.

Quando sentou-se, perguntei se deveríamos retornar. Disse que não, deveríamos prosseguir porque o garimpo estava próximo dali.

Realmente ficava a pouco mais de dois quilômetros de picada dentro do mato. Ao chegar ao local presumi estar dentro da área indígena. Assim aquele pequeno garimpo era a mais recente invasão naquela área recém demarcada, e eu, momentos antes, tivera meu primeiro contato com um Uru-Eu-Wau-Wau.

FOTO 1 José Osvaldo de Paiva

Tempos depois, Pedro Elenir, o Pedrinho, morador de Campo Novo, relatou-me que quando seu pai, o Tião Elói, trabalhava na fazenda Marechal Rondon, na época do contato com os índios, estes desceram todos para a fazenda e acamparam no barracão

que servia de escola, que curiosamente tinha a forma circular e que hoje encontra-se desativada. Lembra-se que Mohã, o chefe do grupo, quis presentear o seu pai com uma arara vermelha, que foi trazida por uma menina, pousada em seu pulso. Quando todos os índios desciam em direção à sede da fazenda, a menina lançou a arara ao ar, que voou em direção à mata.

FOTO 2- MOHÃ – de Jesco von Puttkamer

Todos os índios correram atrás da arara. Pedrinho diz ter ficado no local observando a trajetória do seu vôo e viu em qual árvore ela pousou. Aí então, partiu em direção dela. Ao passar por debaixo da árvore a arara emitiu um grasnar como a chamá-

lo. Ao estender o pulso para pegá-la ela acedeu docilmente. Ao voltar, esperou um bom tempo, com a ave no braço, o retorno dos índios. Quando chegaram ele estendeu o braço com a arara em direção à menina e esta voltou-lhe as costas e não quis mais olhar a ave. Mohã disse: “*pai Tião*”. Agora ela pertencia ao Tião Elói. No outro dia, Pedrinho já tinha arrumado as suas coisas para partir e enquanto esperava a condução ficou observando os índios. Notou que iam até algo parecido a um tronco de madeira em carvão e cortavam grandes pedaços para comer. Era um enorme pedaço de anta, moqueado. Ao lado Mohã afiava um terçado. Olhou para o Pedro e disse: “*Mel*”. Com gestos apontou em direção a floresta e convidou-o a acompanhá-lo.

Não muito tempo depois Mohã viria a falecer de Catapora, provavelmente contraída ali mesmo na fazenda. Djaí, o líder de uma outra aldeia, morreria de Pneumonia. Pedrinho, até hoje, tem em sua casa o arco de Mohã.

Os filhos de Mohã, quando vêm na casa do índio em Porto Velho pedem para telefonarem-me, por que gostam de acompanharem-me a todos os lugares em que tenho que ir. Inclusive quando vou fazer compras. E não se furtam em levar-me, quando estou na aldeia, aos lugares sobre os quais manifesto o desejo de conhecer. Isto aconteceu quando eu quis conhecer a antiga Aldeia Grande, onde todas as aldeias, outrora, estavam reunidas em uma só e é onde estão enterrados os seus mortos, inclusive Mohã.

Empreendimento que não obtivemos sucesso, pelo forte motivo de termos que retornar após uma pernoite a meio caminho, quando enviaram um mensageiro da Aldeia, avisando que um incêndio havia consumido a maior parte da Aldeia, inclusive a Maloca Principal do tabijara Mawá, que estava conosco.

Mesmo diante desse veemente protesto dos seus mortos, os índios não se intimidaram, pretendem levar-me lá quando forem limpar as sepulturas. Cuidado necessário para que seus espíritos descontentes, não se transformem em *Añanga* e causem grandes transtornos aos vivos, tais como esse incêndio. Importante lembrar que, quando estou na Aldeia, não me eximo de cumprir ordens e uma delas foi ter que comprar, em Montenegro, redes, sandálias e sandalinhas havaianas, para todas as vítimas do incêndio. Talvez essa tenha sido a causa de minha redenção.

Acredito que a melhor maneira de aprendermos com alguém é acompanharmos, uns aos outros, no nosso dia a dia..

INTRODUÇÃO

O grupo Uru-Eu-Wau-Wau da aldeia do Alto Jamari, que recebeu esta denominação pela sociedade não índia e por ser esse nome o mais conhecido por todos, assim será denominado neste trabalho. Contudo eles próprios autodenominam-se de Jupa'u. O grupo é constituído por pessoas vindas de um contato com a cultura nacional, que pode ser considerado um dos mais recentes de todos. Em decorrência disto, somente as crianças e os indivíduos mais jovens conseguem entender o português e expressarem-se razoavelmente bem neste idioma.

A Área Indígena dos Uru-Eu Wau-Wau foi demarcada no dia 9 de Julho de 1985 com o Decreto-Lei 91.416. Com esse decreto pretendia-se resolver os conflitos entre os índios e os colonos, no centro de Rondônia. Mais ainda, com isso propunha-se proteger os índios isolados, ainda em fase de contato. Vã esperança, os índios, já atraídos pelos presentes, efetuavam longas caminhadas até a fazenda Marechal Rondon do grupo Brumadinho de Mineração. Ali estabeleceu-se uma relação com os índios do Alto Jamari, que lhes pareceu ser uma continuidade com a da Funai, recebendo coisas dos

brancos e sobretudo com nenhuma espingarda voltada contra eles.

Correm o risco da perda da área, no final do governo do, então, presidente Sarney, em 1990, que assinou o decreto nº 98.894 de 30/01/90 revogando o decreto nº 91.416 de 09/07/85 que criou a área indígena, atendendo interesses de grupos econômicos de mineração e agropecuária, sem levar em consideração os índios e a preservação ambiental, onde nas encostas estão as nascentes dos principais rios formadores da bacia composta pelos rios Guaporé, Madeira e Mamoré e do Amazonas

Com a entrada do novo governo, do presidente Collor, este conseguiu homologar a área de 1831.300 ha com o Decreto no 275, de 29/10/91, onde estão hoje os Uru-Eu-Wau-Wau, Amondava, os Oro Win e outros grupos sem contato.

MAPA DE PROJEÇÃO

A proposta inicial da FUNAI de contatá-los para protegê-los dos conflitos com os invasores, mas mantê-los isolados, sem interferir no seu modo de vida, começou a ruir mediante as próprias exigências do contato. No início do contato Apoena confirmou suas suspeitas, tratava-se de um grupo Tupi-Kawahiba, precisava de um intérprete para explicar-lhes sobre a necessidade de tomarem vacinas.

Medida cautelar ineficaz. Houve um subgrupo, os Amondawa, que evitou o contato com a FUNAI, até 1986, aprofundando-se no interior da mata. Nesse grupo havia uma mulher Amondawa casada com um Uru-Eu-Wau-Wau que durante uma visita contaminou-se com o vírus da gripe e veio a falecer. Decorrente desse fato os Amondawa entraram em conflito com os Uru-Eu-Wau-Wau e acabaram contraindo o vírus. Houve uma mortandade, tão devastadora, que os Amondawa sem saberem como curarem-se dessa doença desconhecida para eles, resolveram aconselhar-se com os Uru-Eu-Wau-Wau, que revelaram-lhes que só com a FUNAI, poderiam obter a cura. (Silva, 2000, p.19)

Nesta época o povo da aldeia do Alto Jamari, que morava à margem do rio,

resolveu mudar para as proximidades do PIV (Posto Indígena de Vigilância), próximo da fazenda Marechal Rondon e da estrada. Mesmo assim a FUNAI resolveu manter a atitude da não interferência de interferir o mínimo possível na vida cultural da aldeia. Curioso é que somente a parte responsável pela educação escolar estava convencida disso, não oferecendo os seus benefícios. Ao passo que os outros setores, como o da saúde e o da produção, atuaram desde o início junto à comunidade, isto é, com toda a precariedade dos recursos de que dispunham.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo, num primeiro momento, de contribuir para um conhecimento sobre o povo da Aldeia do Alto Jamari e a sociedade Kawahiba na qual estão inseridos. Pensando nisso, foi realizado um trabalho de cunho etnográfico para conhecer-se melhor a movimentação histórica desse povo dentro da região, desde os primórdios, contextualizando-o dentro de toda a população indígena de Rondônia. Para isso houve a necessidade de instalá-los dentro de outro contexto, o das migrações dos não-índios na região.

Os relatos sobre o período do contato ocupam um espaço um tanto extenso no primeiro capítulo, o que justifica-se pelo fato de que uns dos objetivos desse trabalho é o de contribuir na elucidação de acontecimentos que têm maior significação para a população das pequenas cidades de Montenegro e Campo Novo de Rondônia, na qual fui professor durante anos, que até hoje são revividos com distorções lendárias, na construção de suas histórias, o que acontece; também, com a Comunidade Indígena do Alto Jamari, que está construindo sua história e construindo definitivamente seu espaço dentro da sociedade nacional e com mais chances, do que muitos outros povos, de preservar a sua cultura tradicional.

Essa dissertação faz uma abordagem da educação escolar indígena, esse “Território Estrangeiro”, como a intitula Taukane(1996), o que resultou em uma exposição do que foi feito, em termos gerais, e quais os avanços que houve em termos nacionais em relação à educação indígena.

Durante a preparação deste trabalho pôde ser feito o acompanhamento de um momento especial da educação indígena em Rondônia, quando os professores indígenas criaram sua primeira organização. Foi possível também observar os primeiros passos com a educação escolar nas primeiras escolas dos parentes do grupo do Alto Jamari, nas outras aldeias Uru-Eu-Wau-Wau e Amondawa.

Por fim, há um levantamento de documentos sobre os Uru-Eu-Wau-Wau, pretendendo-se criar uma fonte documental, para um acervo de consultas para as futuras gerações, que a princípio poderá ficar na escola da aldeia ou com a associação Jupa'ú criada por eles.

CAPÍTULO I

1. Localização Histórica e Geográfica e Movimento Migratório

O processo de ocupação e o povoamento pelo não índio na área Tapajós-Madeira.

A região da área Madeira-Tapajós sofreu um lento processo de ocupação, cujas origens registram-se no fim do século XVII quando iniciam-se os primeiros aldeamentos religiosos. O estabelecimento do leigo só virá acontecer em época muito posterior. Todo processo de ocupação, de certo modo, só se completará por volta de 1950, sendo que, ainda hoje, as regiões fora das margens dos grandes rios continuam como áreas pouco conhecidas.

As primeiras notícias sobre o curso do rio Amazonas aparecem na crônica da jornada de Orellana (1542), realizada pelo padre Carvajal. Menéndez (1981, p.13), informa que Carvajal registra, pela primeira vez, uma passagem pela foz do rio Madeira, denominando-o de rio Grande e também o fato de que os bargantins de Orellana permaneceram por um dia e meio na foz do Tapajós.

O historiador rondoniano Vitor Ugo (1994, p.14) relata que a maneira de provar a posse portuguesa, na região amazônica, era o povoamento que iria desde o Rio Amazonas subindo do Rio Negro até o rio Madeira. Para isto foi feita uma expedição, por Pedro Teixeira, em 1637, que iria consolidar a posse portuguesa sobre o Amazonas, numa aventura arriscada, mas realizada com um planejamento minucioso.

No entanto Menéndez (1981, p.13/14) precisa outra data citando a crônica do jesuíta Cristobal de Acuña,¹ na qual relata que em 1639 o Capitão-mor Pedro Teixeira desce acompanhado pelo Acuña, conseguindo informações mais detalhadas do Madeira

¹ ACUÑA, Cristobal de. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Descobrimento do rio das Amazonas. 1941. São Paulo

e Tapajós e sobre algumas populações indígenas que habitavam aquelas margens e, também, pelos Tupinambás dados sobre as nascentes do Madeira.

A primeira rota feita através da área que corresponde, atualmente, ao Estado de Rondônia, data de 1650, quando Raposo Tavares usou os rios Guaporé, Mamoré e o Madeira como vias de acesso ao Atlântico, vindo da Bolívia, conforme comentário de Paulo Nunes Leal: “(...)na primeira passagem de que se tem notícia por essa rota” (Leal, 1984, p.23)

A viagem de Antonio Raposo Tavares, Mestre de Campo com título de capitão-mor, também é comentada por Vitor Ugo, contando que o bandeirante saiu de São Paulo em 1648, e que:

“transportou por conta própria, nas espáduas, o carretel da linha do Tratado de Tordesilhas que passava pelos arredores da cidade de São Paulo e o foi levando pelos rios Guaporé, Madeira e Amazonas e chegou a Belém do Pará, na embocadura do próprio Amazonas dois anos depois.” (1994, p.11)

Em 1650, andou em busca de metais preciosos, expulsou os jesuítas espanhóis e descobriu aqueles rios praticamente desconhecidos. Em “Desbravadores” Vitor Ugo (1991, p.21) informa que a demora era de três meses para sulcar todas as águas do Rio Madeira, a princípio chamado de Caiari. A nova denominação só veio, depois, pelos portugueses e os bandeirantes que tornaram mais conhecido aquele rio, ao depararem com as grossas madeiras arrancadas das margens e trazidas pelas enchentes. Ugo data em 1669 e 1672: (...) *os primeiros arrojos por parte dos Jesuítas para subir o Rio Tupinambarana [hoje Parintintins] fundada pelo Pe. Manoel Pires, que compartilhou o trabalho apostólico com o Pe. Gorzoni.*(p.22)

Vindo do Amazonas, as primeiras entradas datam, também, do século XVIII, século em que o rio Madeira foi conhecido, pela primeira vez, até a parte superior das cachoeiras. O Rio Madeira é inteiramente navegável de Manaus até Porto Velho, após,

aí, depara-se com um grande obstáculo, que é o trecho encachoeirado entre o Madeira e o Mamoré dificultando o acesso ao Mato Grosso.

Corriam notícias de que havia, acima das cachoeiras, habitações de gente branca, não se identificando se eram de portugueses ou espanhóis, dadas por alguns indivíduos incumbidos do descimento de índios do Madeira, segundo pesquisa de Leonel (1995, p.24), em que descreve o relato de um cônego,² denotando a imprecisão da data: “*Em 1723, segundo Baena,³ ou em 1725, segundo o capitão Amazonas (...)*” - o que motivou uma expedição ordenada pelo então governador do Pará, o General João Maia da Gama, incumbindo Francisco Mello Palheta de chefiá-la.

Mas a data dessa expedição é precisada no ano de 1723 pelo historiador Vitor Ugo (1991) que a documenta em nota de rodapé afirmando estar contida na carta do Pe. Bento da Fonseca enviada a um padre. A motivação da expedição:

Uma carta escrita a 2 de maio de 1714 pelo Pe. Bartolomeu Rodrigues, seis meses antes de morrer entre os índios Tupinambarana, decidiu o descobrimento e a exploração daquele rio, em nome da lei.(p.27).

Assim, conseqüentemente, o governador, após receber correspondência do Rei de Portugal, toma tal determinação: “*Assim sendo preparou-se uma expedição confiada a Francisco de Melo Palheta, que a levou a efeito em 1723*”.(p.27)

A 20 de junho de 1723, Palheta⁴ atinge a foz do Rio Jamari.

² Única referência do autor na página citada: [1875:119] –Acredito ser a que se encontra, também, citada, nas Referências Bibliográficas, nas páginas finais da obra citada como: *MI Museu do índio- Documentos. Microfilmes do extinto Centro de Documentação Etnológica, organizado a partir de documentos recuperados por Carlos de Araújo Moreira Neto, cópia na Funai, Brasília, Aesp, Rio de Janeiro, filmes 43 a46, planilhas de número 400 a 537. Os documentos originais foram depositados no Arquivo Nacional, hoje inacessíveis.*

³ BAENA o.c. pág. 21; REIS, Arthur Cezar Ferreira, História do Amazonas, Manaus, 1931, pág. 44; LEITE, Serafim, S.J., Luiz Figueira, Lisboa, 1940, pág. 59.

⁴ ABREU, João Capristano de, *Caminhos antigos e Povoamento do Brasil*, Rio 1930, vol X, p.195-196; ^aN.R., Most.º 2, Sala Cairu, p.258 v: *carta do Pe. Bento da Fonseca a um Padre*, Lisboa, 14/VI/1749; MARTINS, F. de Oliveira. *Um herói esquecido, João da Maia Gama*, Lisboa, 1944, I, p.124.

O importante é que Palheta, depois de vencer os obstáculos do Alto Madeira - vinte acidentes entre saltos, cachoeiras e corredeiras – penetra no rio Mamoré, considerado extensão do rio Madeira, onde encontra missões espanholas. Sendo reconhecida, na verdade, com o Guaporé servindo como um limite entre as possessões portuguesas e espanholas, uma linha fronteira desde as missões Guaranis no Paraguai, que passava pelo Guaporé-São Miguel-Mamoré, até os Maynas no Marañon. Esse limite não seria alterado nem com a expulsão dos jesuítas em 1757. Contribuiu também para isso o marco referencial deixado pelo capitão Pedro Teixeira em 1639, restaurado em 1730, no Alto Amazonas, na confluência do Napo com o Marañon, perto de Iquitos, a 400 léguas da foz do Rio Madeira. A confluência do Guaporé com o Mamoré passou a marcar a divisão de terras entre Portugal e Espanha. Então, a margem direita, em toda a sua extensão do rio Guaporé, seria território português e os nativos que ali habitavam seriam vassallos do rei de Portugal. Só muito mais tarde esses limites seriam oficializados. (SANTOS, 1998, p.38)

A partir daí um hiato até que em 1741 foi descrita uma exploração de uma via por ligação fluvial de Mato Grosso, então denominado Vila Bela de Santíssima Trindade, pelo Guaporé, Mamoré, Madeira, Amazonas, até Belém do Pará por Manoel Feliz Lima descrita por Joseph Barbosa de Sá em 1775⁵ (*apud Leonel, 1995*):

*Navegaraó Rio (Aporé) abaixo por donde gente cathólica nunca havia
chegado e só gentios de quem foram tendo alguns encontros
inbarcados também em suas canoas e vezitandolhes algumas de suas
Aldeyas mais chegadas ao Rio. (p.24)*

Segundo Leonel foi, então, na metade do século XVIII que se deram as primeiras entradas e uma viagem de reconhecimento foi feita dois anos depois, também descrita por Sá: “*Teve alguns incontros dos Gentios que em Canoas o sahió a dezafiar pondo em tom de guerra armados de arcos frexas e porretes...*” (1995, p.24)

⁵ Sá, Joseph Barbosa de . *Relação das Povoações de Cuyabá e Mato Groso de seos Princípios thé os
Prezentes Tempos*. Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, .vol.23,
pp. 5-59.

Através de Sá, ainda citado por Leonel, constata-se, também, uma tentativa de povoamento realizada em 1745, fracassada por resistência dos índios:

(...) povoará neste anno alguns moradores de Mato Grosso huns descobrimentos de ouro aquem do rio Aporé certaó dentro o que chamaraó Minas de Carumbijara vistos huns que andavaó no gentio nos annos antecedentes por então não examinados foraó largados no anno de mil sette centos quarenta e oyto por falta de forças e serem os povoadores todos pobres metteráó se nos certoens a procurar gentios que eraó nos tempos passados os empregos dos homens pobres por onde acabaraó alguns e os que escaparaó com as vidas vieraó ter as Povoações de Matto Grosso e Cuyabá divididos huns dos outros em tempos diversos (1995, p.24).

A exploração de ouro nas cabeceiras do Guaporé provocou um afluxo tanto do sul com as bandeiras paulistas, quanto do norte com as bandeiras do Pará sendo utilizadas as vias de acesso Tietê-Paraná-Paraguai-Guaporé, pelo sul, e Amazonas-Madeira-Guaporé, pelo norte, a partir do Atlântico. Originou-se, assim, um processo de povoamento ao longo dos cursos fluviais que culminou com a criação da capitania de Mato Grosso em 1746, cujo primeiro governador instala a capital em Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752. Com o fim do ouro aluvional Vila Bela entra em decadência transferindo-se todo o status político para Cuiabá, onde a mineração prosperava. Contudo a ocupação da região continuou e no final do século XVII, haverá um surto de povoação, quando coletores de cacau selvagem vão em busca desse fruto para a produção de chocolate que alcançara a mesma importância do chá e do café na Europa.(Santos, 1998, p.38)

Devido às dificuldades de acesso, o interior, as serra, as nascentes continuaram desconhecidas e sendo terras de índios. Mesmo os missionários, ao norte, não passavam da foz dos rios Ji-Paraná ou Machado, ficando sempre acima da foz do rio Jamari. A antiga rota pelo Rio Madeira acabou sendo quase abandonada, por causa de seus

inúmeros perigos, depois que foi aberta a navegação pelo Rio Arinos, o que encurtou muito a distância e oferecia menos riscos que a antiga rota pelo Rio Madeira, segundo Castelnau, em sua expedição em 1842,⁶ sobre a qual relata: *“Passam-se hoje anos sem que uma só embarcação apareça no Rio Madeira, por onde em média não transitam mais de duas canoas por ano, se tanto.”* (apud Leonel 1995, p.24)

Assim constata-se ter havido mais entradas do que ocupação entre os rios Guaporé, Mamoré e Madeira, explicando-se porque a rota Guaporé-Mamoré-Madeira perdeu logo a importância.

A colonização do atual Estado de Rondônia só começou recentemente, datando da segunda metade do século passado devido ao extrativismo da borracha. Por volta de 1850, a atual Rondônia era uma área pertencente ao Mato Grosso, excetuando a parte que continha Porto Velho que pertencia ao Amazonas, e começava a receber uma onda de migrantes, em sua maioria nordestinos, coincidindo com um período de forte seca no nordeste. A eclosão do ciclo da borracha faz com que a navegação do rio madeira seja reativada. Para facilitar a passagem das embarcações para Mato Grosso, em 1869, tentam construir caminhos junto às cachoeiras. (Santos, 1998)

No setor encachoeirado do rio Madeira, Severino da Fonseca, ao passar por lá em 1875⁷, registra durante o percurso 29 barracas e 277 trabalhadores. No trecho compreendido entre os rios Jamary e Machado 30 trabalhadores. Onde o não índio, não se aventurava, num percurso de 300 km, em 30 anos estabeleciam-se de forma permanente, mais de 400 trabalhadores. Formou-se um centro de movimentado comércio, 20 milhas abaixo da foz do Machado, contudo os constantes ataques dos Parintintin provocou a mudança para Humaitá, que em 1875 atingiu uma população de 500 habitantes. (Menéndez, 1981)

⁶ CASTELNAU, Francis. *Expedição das Regiões Centrais da América do Sul*. São Paulo, Nacional, 1979.

⁷ FONSECA, João Severino da. *viagem ao Redor do Brasil*. 1875-1878. Rio de Janeiro

Nas primeiras décadas do atual século a resistência dos índios bloqueava o avanço dos povoadores. O Serviço de Proteção ao Índio, a extinta SPI,⁸ com um único posto móvel, insuficiente para “*tão vasta mesopotâmia*”, - a região que compreendia as nascentes dos rios Jaciparaná, Candeias e Jamari - debatia-se entre o controle do avanço da conquista e a pressão dos colonizadores interessados nas terras indígenas. O governo colaborando com os povoadores enfraquecia a intervenção do SPI. No novo surto da borracha em 1945, aproveitava-se na região próxima ao rio Jamari o Posto Rodolfo Miranda instalado pessoalmente pelo general Rondon. Sobre o posto, Leonel transcreve um estudo anônimo de 1945, encontrado nos arquivos da Funai: “...*fez recolher ao seu abrigo todos os índios escravizados ou desprotegidos e sujeitos aos maus tratos ...*” Leonel (1995-56), considera que o resultado destes postos foi, sempre, a abertura das terras dos índios à conquista do colonizador.

O posto Rodolfo Miranda, segundo Leonel, tornou-se uma ficção presente em todos os relatórios, apesar de não passar de um posto abandonado, reativado a cada ataque dos “*boca negras*”, até então, a denominação dos “*cavaíbas/urueu-au-aus*” (Leonel 1995, p.71)

No seu relatório “Parecer sobre a Área Indígena - Urueu-Wau-Wau”, Mauro Leonel (Leonel, 1986-2) relatando sobre o seringal São Tomé, dentro da mencionada área indígena, em que os conflitos com índios remontam de 1916, traz uma recapitulação dos últimos incidentes datando-os em: 1960, 1964, 1976, 1977 e 1978, todos com mortes. Depois, em 1983, no mesmo seringal, o gerente atirou em um índio, sendo flechado meses depois. Em 1º de fevereiro de 1985, o jornal O Estado de São Paulo noticia a morte de um geólogo e de um topógrafo e os ferimentos em um acompanhante, ao entrarem na área indígena por este seringal em 1984. Nesta área tentaram permanecer os herdeiros da Mineração Pompéia que foram repelidos pelos ataques dos legítimos detentores do território, os Uru-Eu-Wau-Wau, que os impediram por três vezes de construir a sede em sua área. Ainda houve, tempos depois, a denúncia à Polícia Federal e

⁸ SPI - Serviço de Proteção ao Índio, que extinguiu-se dando lugar à criação da FUNAI.

à Funai da morte de mais dois índios. Pretenderam também instalar-se em áreas indígenas os seringais Miranda Cunha ou Gleba Conceição, Seringais Santa Cruz ou Canaã com sede na Av. Paulista em cuja regiões pretendidas ocorreram seis mortes no Candeias, Jamari e Nova Floresta de 1979 até o último afrontamento em 1983. O seringal São Luís cujo pretendente dessa posse, Manuel Lucindo, desistiu em 1973 por estar dentro de caracterizada área indígena, respondeu pela morte de 31 índios , e pelo preamento de 28 mulheres e crianças. Nestas áreas conta-se ter índios arredios, até os dias de hoje:

... dos grupos sem contato Urupa-in, Jururey e Yvraparaquara, além de outros grupos também sem contato regular e pacífico com a nossa sociedade.(CIMI-1998, p.5)

O único grupo arredio conhecido pelos Uru-Eu-Wau-Wau, conforme o relato do Puruá, líder da aldeia do Alto Jamari, é um grupo que pertenceu ao povo dele.

Pouco antes do contato, houve um conflito dentro da aldeia, iniciado com a morte de um guerreiro e a responsabilidade foi atribuída a uma jovem da aldeia acusada de possuir “*pajé*”⁹. O que levou Djaí a flechá-la. A jovem foi atravessada por uma flecha na altura do abdômen. Depois de conseguirem extrair-lhe a ponta da flecha, que saiu com partes do intestino, a jovem morreu.

Sua morte causou grande revolta nos parentes, a ponto de um deles - Puruá não tem certeza se era irmão ou pai da jovem - separar-se dos demais acompanhado pela irmã, não sem antes travar uma luta com os demais. Por ter sido ferido por um corte de facão no braço é mencionado pelos demais pelo apelido: “Mungaipira-ga”. Puruá não se recorda do nome que ele tinha na época, mas acredita que os mais velhos devem lembrar-se. O nome da irmã que o acompanha seria Terewé”^a

⁹ Para a pessoa ter pajé, ou ser pajé, o seu pai precisa durante a sua gestação matar determinado animal, de preferência uma cobra, e intentar para que a criança, ao nascer, receba os poderes de pajé, que lhe será atribuído por incumbência do espírito do animal.

Há algum tempo atrás, Tari (Kanindé), que mora na região da reserva controlada por Guajará Mirim, nas proximidades do antigo seringal São Luís, contou que seu sobrinho Pureí encontrou-o na beira do rio. Confirmou seu ressentimento e não quer saber dos *Jupa'ú*. A irmã conversou mais com Pureí que diz a ter encontrado duas vezes e ela está bem envelhecida. Segundo ele, o irmão a ensinou a flechar e eles já causaram inúmeros ataques fazendo saques e causando mortes. Tari chegou a visitar a casa de um seringueiro morto por eles, vendo o corpo e reconhecendo as flechas, assim como um panero, para carregar as coisas, tecido com folhas de palmeira abandonado no caminho. O homem casou-se com uma mulher que ele “roubou”, não se sabe de que etnia ela é, e tem três filhos. Um já está adulto e um é bebê, conforme deduziu Pureí ao encontrar a sua Maloca no Mato onde havia um panero para carregar criança, tecido com algodão.

O grupo, até então, devia somar seis pessoas: o pai, a mãe, a irmã e os três filhos.

Suspeita-se que eles estejam andando na região do Alto Jamari. Um garimpeiro foi atacado a flechadas e Puruá disse-me que os da sua aldeia chegaram a ser acusados pelo ataque, mas nenhum dos seus tinha andado naquele local.(Entrevista, 31/03/00)

As Etnias na Região Madeira Tapajós

Até meados do século XVII, a região sofreu uma expansão dos Tapajós e Tupinambás e conseqüentemente: o contato, a vassalagem, a escravidão e a movimentação dos grupos na área. Como resultado do intenso contato com o branco houve uma retração. Trinta anos depois de iniciada a catequese, em 1690, pouco restava da populosa aldeia situada na foz do Tapajós e nesse tempo já não se falava mais dos Tupinambás como etnia. (Menéndez 1992, p.282)

Ainda no século XVIII, o aldeamento dos Tapajós parece ter um novo período de prosperidade, nele aldeados, também, outras tribos, principalmente os Arapiuns e

Coarirenses, “os quais são já para cima de 35 mil cristãos” (padre Jacinto Carvalho, apud Menéndez 1982, p.282).

As melhores fontes referentes a outros grupos indígenas, que não os Tapajós e Tupinambaranas, de acordo com Menéndez, são Rodrigues(1714)¹⁰, São José (1763)¹¹, Monteiro Noronha(1768)¹² e Almeida Serra (1797)¹³. Ao escrever uma carta ao padre Carvalho em 1714, o Jesuíta Bartolomeu Rodrigues, missionário do aldeamento dos Tupinambaranas, fornece 27 designações tribais para o rio Madeira, incluindo, também, o Mamoré; 48 designações para a região intermediária, duas para a aldeia dos Andurá e oito para os Tupinambaranas, totalizando 85 grupos na região.

A Concentração da Cultura Tupi

Trabalhos arqueológicos e mapeamento etnológico dos grupos indígenas contemporâneos apontam a existência de uma grande concentração de culturas Tupi na região amazônica há milhares de anos, com constantes deslocamentos ao longo destes anos, o que fora uma prática constante desses grupos.

Esses dados foram essenciais para recompor alguns aspectos da história recente do povo Uru-Eu-Wau-Wau, assim como dos demais povos pertencentes à etnia Tupi-Kawahib. A trajetória desses antepassados nos últimos dois séculos pode ser traçada em linhas gerais a partir dos trabalhos de Nimuendaju (1924, 1925 e 1948)¹⁴, Lévi-Strauss (1948 e 1981) e Menéndez (1982) segundo a antropóloga Maria Lúcia Macedo de

¹⁰ RODRIGUES, Bartolomeu. *Carta do padre Bartolomeu Rodrigues ao Padre Jacinto de Carvalho sobre as terras, rios e gentio do rio Madeira e outros do baixo Amazonas, da missão de Guaicurupa dos Tupinambaranas, 2 de maio de 1714*. Cod. CVX/2-13, F. 309-311, Biblioteca Pública de Évora.

¹¹ SÃO JOSÉ, João de. *Viagem de visita do sertão e o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763 escripta pelo Bispo...* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. IX. Rio de Janeiro.

¹² NORONHA, José M. *Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as ultimas colonias do sertão da Provincia... do anno de 1768*. Pará, 1862.

¹³ ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco. *Navegação do rio Tapajós para o Pará escripta pelo...em 1797, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. IX, 1. Rio de Janeiro, 1869.

¹⁴ NIMUENDAJU, Curt (1924). *Os índios Parintintin do Rio Madeira*”In. *Nimuendaju, Curt. Textos Indígenas, São Paulo, Loyola, 1982*. / ----- (1925), *As tribos do Alto Madeira*. In Nimuendaju, Curt. *Textos Indigenistas, São Paulo, Loyola, 1982*. ----- (1948) *The Kawahib, Parintintin, and Their*

Cardoso no seu relatório intitulado “Parecer Antropológico sobre os Limites Territoriais da Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau” (1989).

No seu relatório Cardoso relata que as notícias mais remotas sobre os Tupi-Kawahib datam de 1797, segundo Nimuendaju, localizando-os na confluência dos rios Juruena e Arinos e a boca do rio São Manoel, no atual estado de Mato Grosso.

Estão situados portanto dentro do amplo território entre os rios Tapajós e Madeira, ocupado predominante por povos de origem Tupi, considerada como uma mesma área cultural, havendo uma proximidade étnica entre as populações, distinguindo, ainda, duas sub-áreas formadas pelas tribos Kawahib e pelos Munduruku.

De acordo com Cardoso:

Constata-se, na região, nos séculos XVIII e XIX, que a grande mobilidade espacial era uma característica deste povo, determinada mais por conflitos intertribais, dado à estreita interação entre os grupos, que pelas pressões da sociedade nacional (Cardoso, 1989).

Não se tem mais notícias dos Tupi-Kawahib a partir da segunda metade do século XIX nos rios Juruena e Arinos (Cardoso 1989, p.06). Somente no início deste século são localizados no rio Machado e seus afluentes, entre os rios Muqui e Riosinho, e no rio Branco, afluente do Roosevelt. Sendo que a região do rio Madeira, o Marmellos e o Machado, na altura de Calama eram ocupados pelos, então já denominados, Parintintins

Supõe-se que, desta forma, os antepassados dos Uru Eu- Wau-Wau podem ter vindo tanto do rio Machado, pelos seus afluentes da margem esquerda, como do Urupá e do Muqui, cujas cabeceiras estão na área demarcada, assim como podem ter vindo do rio Madeira, pelo Jamari, Candeias e Jaci-Paraná, que nascem na mesma área.

Neighbors In STEWARD, J. Handbook of South American Indians. III: 283-297, Washington, Bureau of American Ethnology.

No fim do século XIX e no início deste século, diferentes segmentos da sociedade nacional, na corrida pelo minério e pela borracha, começaram a entrar e ocupar a região e os conflitos com os índios tornaram-se constantes. A extrema violência deste contato e as doenças trazidas foram responsáveis pelo extermínio de diversos grupos Tupi-Kawahib e a interiorização cada vez maior de alguns que conseguiram escapar.

A partir dos meados do século atual começam-se a ouvir relatos de conflitos de seringalistas, seringueiros e garimpeiros com os índios, na região central de Rondônia. Os relatos apontavam características peculiares dos Uru-Eu-Wau-Wau, como a pintura facial, língua, flecha utilizada, verificando-se a recusa desses descendentes dos Tupi-Kawahib a entrar em contato com os brancos, interiorizando-se cada vez mais para escapar das frentes colonizadoras. Devido às diversas barreiras naturais como serras e extensas áreas de campos que não eram de interesse das principais frentes de expansão da sociedade nacional, esses índios começaram a desenvolver uma certa tendência ao confinamento às cabeceiras dos rios, por serem de acesso mais difícil aos seringueiros. Mesmo assim os Uru-Eu-Wau-Wau continuaram a travar constantes lutas em defesa do seu território. (Cardoso, 1989)

Mais tarde, os Uru Eu- Wau-Wau puderam ser classificados lingüísticamente como um grupo Tupi-Kawahib, da família Tupi-guarani, do tronco Tupi. Dois anos após o primeiro contato, realizado em 1981, descobriu-se a semelhança de idiomas destes com os grupos Parintintim e Tenharim, sendo as diferenças apenas dialetais, finalmente, podendo servir estes como intérpretes.

CAPÍTULO II

2. A organização social dos Uru-Eu-Wau-Wau, uma sociedade Kawahiba

2.1. Quando começou a se ter as primeiras notícias dos Uru-Eu-Wau-Wau

Em 1911 por ocasião dos levantamentos feitos do rio Anari, afluente da margem esquerda do rio Machado, pela equipe da Comissão Rondon que tentou, sem resultado, contatar uma tribo tupi que, segundo os seringueiros, fora deslocada para as cabeceiras do Jamari, expulsa do seu habitat pelos seringueiros, que de acordo com Denise Meireles citada por Mário Arruda Costa (1984 p.8), os seringueiros amazonenses já ocupavam com benfeitorias o Jacy-Paraná e o Jamari-Machado desde 1909. A equipe da Comissão Rondon após ouvir muitas histórias de ataques desferidos pelos índios, somente pode comprovar a existência de uma índia de 4 a 5 anos criada pelos caucheiros. A menina, que ainda falava algumas palavras em tupi, foi levada pela equipe, de forma definitiva, para o Rio de Janeiro.

Outras duas equipes da Comissão Rondon entre 1915 e 1918, conforme relata Costa, fizeram levantamentos pelo rio Cautário e o Jamari. A que percorreu o rio Jamari, no local onde atualmente habitam os Uru-Eu-Wau-Wau, passou pelo Igarapé Nova Floresta não encontrando sinal nem notícias desses índios. A que estudou o Cautário após transpor várias cachoeiras descendo o rio, logo após a última, encontra um grupo de índios que gritavam, da margem, para que as canoas não encostassem, no que foram obedecidos pela equipe, que queria evitar riscos. A rápida imagem que retiveram foi de alguns “*vultos de cabelos longos e completamente nus*”. Embora estivessem na área onde atualmente habitam os Uru-Eu-Wau-Wau não correspondiam à descrição dos tupis das cabeceiras do Jamari descritos em 1911 e nem dos “*araras*” da Cachoeira Três Irmãos descritos em 1942, tanto que os Uru-Eu-Wau-Wau não usavam cabelos longos. Segundo consta nos dados de Costa os Grupos Uru-Eu-Wau-Wau deslocaram-se

organizando-se no atual território, depois de fazerem um caminho de volta, após uma trégua dada, quando a indústria de borracha que atingiu seu pique máximo em 1912, começou a cair em 1917 e chegar ao quase desaparecimento em 1925, reduzindo-se os grandes seringais dos rios Jamari, Jarú, Urupá e Cautário, quando não fechados, a poucas famílias.

A notícia, que data de 1942, sobre os Uru-Eu-Wau-Wau, os tendo como Araras, é dada pelo informante de Costa, Nelson Rodrigues, escrivão da polícia de Jarú em 1981, que participou da criação do posto de atração do SPI, no Alto Jamari, na altura da Cachoeira Três Irmãos. Tentaram por dois anos a aproximação com os índios, enfrentando dificuldades de abastecimento e comunicação, pois a Vila mais próxima era Ariquemes que distava 65 km em linha reta e cujo acesso era o trecho encachoeirado do rio Jamari. O único resultado foi um rápido encontro, numa estrada de seringueiro, com um grupo de índios que fizeram gestos para que a equipe se retirasse e não foram entendidos pelos intérpretes Arikemes. Logo depois o posto foi fechado por falta de recursos.

Os seringais foram novamente reativados em 1943 com a alta da borracha no mercado mundial devido a Segunda Guerra surgindo, assim, os soldados da borracha. No Jamari, os seringais Santa Cruz, Nova Floresta, e Antuérpia na Cachoeira Baixa entraram em pleno funcionamento. Além das informações do Posto de Atração do SPI, há, também, informações sobre os índios nesta década, através de duas histórias: uma sobre o Vicentão e outra sobre Pézinho, relatadas por Costa.

Vicentão trabalhava na colocação São Pedro em um seringal do Jamari quando seu filho foi morto a flechadas. Embrenhou-se por muito tempo nas matas, só saindo, segundo as informações obtidas por Costa (1984, p.10), quando já havia morto muitos índios de emboscada.

Antonio Pezinho com mais três companheiros ocupavam uma colocação de seringal situada à margem esquerda do Alto Jamari, na primeira cachoeira acima do

Igarapé Nova Floresta e abaixo da Cachoeira Três Irmãs. Os companheiros de “Pezinho”, que recebeu este apelido por não possuir um dos “dedões” do pé, comentaram que ele não se moldava à vida de seringueiro, tinha preguiça de percorrer as estradas em longas caminhadas para riscar as madeiras e depois recolher o látex, assim como não se dispunha a passar horas respirando a fumaça exalada pelo leite da seringueira no processo de defumação e descontentando-se por o chamarem constantemente de “preguiçoso”. Um dia após solicitar aos colegas uma espingarda e muita munição, para abastecer o tapiri de caça, embrenhou-se na floresta e desapareceu por vários dias. Sua ausência não causou espanto, pois era seu costume andar de tapiri a tapiri pegando o “boião”. dos vizinhos. Reapareceu após uns dez dias, sem muita caça, devolvendo a arma e as munições. Após pedir um pedaço de fumo, a cada um, avisou que iria morar com os índios Uru-Eu-Wau-Wau, naquele tempo referidos como “Araras”. Seu longo desaparecimento gerou muitos comentários na sede do seringal, mas não mereceu uma busca por o considerarem sem valor, por sua preguiça. Ficou esquecido “*como tantos outros seringueiros que desapareceram na guerra da borracha*”. Após meses, numa tarde de domingo, reapareceu assustando a todos. Pediu fumo e contou sua história:

A primeira vez que rodeei por lá com a espingarda observei bem o jeitão deles. Quando cheguei lá a segunda vez, a aldeia estava deserta. Tirei a roupa e me sentei pelado no meio do tapiri principal. Como estivessem demorando muito, saí, tirei um cacho de patuá, preparei o vinho numa gamela e bebi numa tigela de seringueiro que estava ali perto. Logo depois ouvi o barulho deles que chegavam. O primeiro que me percebeu deu o alarme e logo fui cercado pelos guerreiros empunhando arco e flechas. Pensei no fim. Mas como não reagi eles se acalmaram. Aí resolvi atacar, enchendo a tigela de vinho e oferecendo ao chefe, que deu um bruta tapa na minha mão. Tornei a encher a tigelinha, bebi um pouco e ofereci a eles novamente . Ele sorriu e aceitou. Bebeu mais de uma vez e deu aos outros. A gamela de patuá não deu para todos. Fui fazer mais com eles já me ajudando. Gostaram de mim! A vida de índio é muito boa. O que se faz é da gente e dos

companheiros. Não tem patrão, não tem conta a pagar. Só não tem fumo.” (Costa 1981/84, p.150-151)

Depois do relato voltou a pedir fumo e tornou a sumir na mata. Ainda foi visto, mais uma vez, por um seringueiro do Jamari quando voltava para o tapiri e deparou com um homem branco pelado à sua frente pedindo: “*calma*”. Pediu fumo e desapareceu na mata conversando com estranhos companheiros que surgiram detrás dos troncos. Só então o seringueiro lembrou-se do Antônio Pezinho. Durante muito tempo os índios transitaram pela região sem atacar ninguém. Mas, no verão de 1958, as colocações do seringal Canarama, no rio Jaru, foram saqueadas por índios que pegaram ferramentas, como facão, faca, machado, panelas, etc. Organizou-se uma grande expedição punitiva atacando a aldeia de surpresa. “*Pezinho morreu lutando. ‘Flechando igual índio’. Seu corpo ficou no terreiro da aldeia, entre tantos outros, varado por balas de 44. (p.151)*

Em 1948, nova desvalorização da borracha quando o Brasil autorizou firmas estrangeiras, funcionando em território nacional, como a Good Year, Firestone, Pirelli e outras, a importar borracha das suas próprias plantações na Malásia. Foi um período em que cessaram os conflitos entre índios e não índios no Jamari.

Com a queda da borracha a maioria dos seringais nas cabeceiras dos rios foram abandonados na década de 50, proporcionando um período de paz aos Uru-Eu-Wau-Wau. No entanto, os seringais como o Santa Cruz, no Jamari, a 40 km de Ariquemes, e o seringal Canarana a 50 km de Jaru, continuaram funcionando com uma produção reduzida. Esse período de sossego permitiu que os Uru-Eu-Wau-Wau se fortalecessem e expandissem seu território de caça e perambulações.

Em 1958 começaram a surgir conflitos novamente nas proximidades do rio Jaru no seringal Canarana, devido aos freqüentes saques dos índios aos barracos dos seringueiros nas cata de utensílios. Estes fatos motivaram a união dos seringueiros do seringal Canarana e do Santa Cruz, que empreenderam três expedições punitivas aos

acampamentos e aldeias dos Uru-Eu-Wau-Wau, nos anos de 1958, 1960 e 1962 conforme relata o informante Alfredo dos Santos (in Costa 1984, p.10).

Alfredo que participou dos ataques e, se responsabilizando pela captura das mulheres e crianças, casou-se com a Uru-Eu-Wau-Wau Tchéréna (Maria), capturada por ele no ataque de 1962 quando ela tinha 6 anos. A menina foi capturada, conforme me informaram o grupo do Alto Jamari; juntamente com outra irmã e a mãe, ambas não conseguiram sobreviver. O irmão Kanindé, hoje chamado Tari, moveu inúmeros ataques de vingança contra a frente de colonização agrícola, promovida pelo INCRA, cujo assentamento até hoje sobrepõe a área demarcada pela FUNAI, que na época já tinha interditado a área, mas, por vários motivos, não foram intercambiadas informações entre os dois órgãos.

Os seringais das cabeceiras dos rios Jamari, Jaru e outros acabaram dando lugar ao garimpo e à mineração com o *boom* da cassiterita no início da década de 60 promovendo uma relativa paz aos Uru-Eu-Wau-Wau, que “...*nesta década se tornaram senhores absolutos da serra dos Pacaas Novos e as cabeceiras dos rios que ali nascem.*”(Costa 1994, p. 11).

Na década de 70 muda-se o perfil do migrante que chega a Rondônia, que na década de 60 era predominantemente nordestino habituado mais à agricultura de subsistência, passando, agora, a vir um fluxo migratório do Centro-Oeste e Sul-Sudeste, graças à rodovia BR 364, principalmente de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Paraná: tais migrantes possuíam maior tradição de propriedade familiar da terra e experiência, sendo capazes de lidar com insumos e créditos.

“Além do fluxo migratório, a abertura da BR 364 também serviu como via de penetração da especulação financeira no campo rondoniano, no bojo dos incentivos fiscais”(Santos, 1998, p.53).

O INCRA, segundo Santos, atuava como gestor da quase totalidade das terras rondonianas com 93% pertencentes à União. Empreendeu a tarefa de organização e

legitimação da situação fundiária, criando os Projetos Fundiários, seguidos dos Projetos Integrados de Colonização. Para esses agricultores mais experientes, criaram-se os PAD, Projetos de Assentamento Dirigido, com uma diferenciação institucional do tamanho dos lotes com área de 250, 500 e 1000ha, sendo que nos PIC, Projetos de Integração de Colonização o padrão típico para a produção familiar era de 100ha.

Foi num desses projeto, no PAD Burareiro, onde ocorreu a sobreposição de áreas do INCRA com a FUNAI, conforme foi mencionado acima, por não ter havido uma sistemática de consultas prévia, por parte do INCRA à FUNAI. Por tal motivo, acabou havendo um ataque dos Uru-Eu-Wau-Wau massacrando os filhos da família Prestes, assentada pelo Incra, em outubro de 1979. O sertanista Benamour Fontes relata após o ataque:

“No Incra, estive com o executor do Projeto Burareiro, o qual depois de eu ter entregue a cópia da Portaria 508/N, de 26.6.1978, que delimita a, área para os índios uruêus-au-au, e um mapa da região com limites, fomos conferir com o projeto do Incra, e verificamos que o mesmo tinha penetrado na reserva pela margem direita do igarapé Nova Floresta, e margem esquerda do rio Jamari, inclusive já loteado e distribuído a colonos pelo Incra. Com o mesmo executor, confirmamos ainda que o projeto da localidade de Jarú entrou na mesma reserva, tirando parte da margem esquerda do rio Jarú, nas proximidades da do igarapé Uá-Amã, saindo nas imediações do Morro Piroca. Ditas penetrações foram assinadas pelo executor, em vista dos mapas existentes na sede do Incra de Ariquemes”. (Apud Leonel, 1995, p.132)

As hostilidades dos índios reiniciaram-se, após se sentirem por 15 anos donos absolutos das terras. Enquanto a BR 364 permitia a expansão agrícola em todas as direções, houve uma inesperada valorização da borracha em 1975. Os seringueiros, que haviam sido desalojados pelas frentes agrícolas, entram nas cabeceiras dos rios Cautário, Pacaas Novos, Jamari e Jarú.. Os Uru-Eu-Wau-Wau, segundo Costa, após

décadas de ataques, agora eram comandados por experimentadas lideranças, adotando táticas de guerrilhas. Dividiram-se em cerca de cinco grupos, passaram a construir acampamentos debaixo de árvores para não serem vistos de aviões, circulam a aldeia num raio de 30 km com inúmeras picadas descrevendo um enorme círculo que conduzia em direção contrária à aldeia, entre as quais apenas uma levava à aldeia. O mesmo acontecendo com as roças que distavam de dez a trinta km do acampamento, por serem facilmente observáveis de avião.

O primeiro conflito com vítimas fatais ocorreu no seringal São Tomé, no alto rio Cautário com a morte de um seringueiro e sua mulher no verão de 1977. Ainda com o índio continuando a ameaçar as colocações do seringal, conforme relata Costa (1994, p.13), o próprio proprietário organizou uma expedição para “contatar” os índios, que não aceitaram os brindes colocados em seu território e que rasgaram sacas de farinhas e açúcar espalhando tudo pelo chão. Costa conclui: *“Não nos contaram o que eles fizeram com os índios”*.

Mas as preocupações desses índios justificam-se, pelas informações que eu próprio amealhei em meados da década de oitenta, período em que morei na região da atual cidade de Campo Novo, no relato de um velho habitante cuja ocupação era curtir couros de caça. Por não ter pretensões, na época, em elaborar um trabalho científico, não anotei dados pessoais desse informante que menciona casos de envenenamento de açúcar, propositadamente deixado nos barracos para os índios saquearem.

Do mesmo informante ouvi uma narrativa que em uma “estrada de seringa”, ele e alguns companheiros, surpreenderam vários índios no alto de uma castanheira apanhando castanhas verdes, prática habitual dos índios por facilitar a extração do leite da castanha, uma proeza extremamente difícil devido à extraordinária dimensão de uma castanheira. Ao surpreenderem os índios no alto da árvore começaram a atirar matando um por um até que restou um único na copa, que volta e meia apontava cuidadosamente parte do rosto para ver se tinham ido embora, e em cada vez, recebendo inúmeros tiros.

Ao perceber-se sem alternativas, preferiu saltar do alto, lançando um grito e acabando com a própria vida, sem render-se.

Outro incidente em 1977, com vítima fatal, ocorreu no seringal São Luiz, num afluente da margem esquerda do rio Pacaas Novos onde morreu flechada Maria Rosa da Conceição e ficou ferido seu neto Josemar Ferreira Neto. As flechas foram examinadas e constataram ser dos Uru-Eu-Wau-Wau. Por encontrarem dois arcos abandonados pelos índios, o sertanista Benamour concluiu que estes só os deixaram porque também foram atacados. (Costa, p. 14)

Em 1978, registram-se três conflitos no início de outubro: a morte de um seringueiro a flechadas no rio Cautário; no seringal do Sr. Pedro Sena, no rio Jaru a morte de uma mulher e de um menino de um modo não esclarecido, que segundo informações dos seringueiros, estas mortes foram motivadas pelo marido da mulher que atirou num Uru-Eu-Wau-Wau para tomar um veado que este estava carregando e o último ataque foi no igarapé Nova Floresta, frente à BR 421 próxima a Campo Novo, quando os índios mataram a flechada um garimpeiro, que segundo informações, tinha participado com um grupo de seringueiros, em um ataque a um acampamento Uru-Eu-Wau-Wau, onde morreram três índios. Os seringueiros abandonaram a região ficando, apenas, o garimpeiro que continuou trabalhando na região. Costa traça comentários sobre estes episódios: *“O quadro que se delineia a partir deste terceiro ataque, é que se trata de pelo menos 3 grupos da mesma tribo defendendo extremidades opostas de seu território tribal.”*(p. 15)

Pela primeira vez, em 1979, os Uru-Eu-Wau-Wau, atacaram diretamente colonos do projeto do INCRA, no caso a família de Chico Prestes, assentada pelo PAD Burareiro, no rio Jamari e a morte de Daniel Castro da Silva, no rio Nova Floresta, assentado a 28 km do lote de Chico Prestes.

Anos depois do ocorrido, após o contato, pôde ser reconstituída a história e a causa desses dois últimos ataques.

No caso da família Prestes, aconteceu quando Chico Prestes iniciava a derrubada do lote completamente isolado com seus filhos, pois os outros colonos ainda não tinham iniciado o desmatamento.

Chico saiu, naquela manhã de 26 de outubro de 1979 em perseguição de um jaó que cantou no mato - Costa acreditava ser um falso jaó - mais tarde, pelos próprios índios, soube-se que eles rondaram o barraco de Chico por mais de uma semana. Os meninos, Fábio de 7 anos, Dimes de 9 anos e Luiz de 17anos ficaram limpando os peixes, que tinham pescado, a uns dez metros na frente do barraco, nas margens do Alto Jamari a 500 metros da foz do Alta Floresta. Surpreendidos pelos índios, os dois mais velhos correram tentando contornar o rio em direção ao pai. Luiz tinha ganhado distância quando Dimes o viu cair atingido por duas flechas na altura dos rins, no mesmo instante em que foi atingido por uma flecha no pescoço, teve tempo de perceber que apenas um os flechavam, outros três corriam para pegar o seu irmão menor, enquanto os demais permaneciam no barraco. Ao cair pensou em salvar-se rolando para dentro do rio e fazendo-se passar por morto. Quando voltou à tona tudo estava em silêncio. Chico voltou a tempo de ver a direção que os índios tomaram em fuga carregando Fábio. Luiz não deixou o pai arrancar uma das flechas dizendo não agüentar, ainda teve tempo de contar como foi o acontecido, vivendo ainda por duas horas, enquanto seu pai tentava, desesperadamente, transpor as cachoeiras de Montenegro, arrastando o barco na esperança de alcançar o hospital de Ariquemes. Dimes morreu dois meses depois no hospital Getúlio Vargas em Manaus. (Costa, 1981/84,p. 148 e 1984, p.16)

A uns 28 km do lote de Chico Prestes, estava assentado o colono Daniel de Castro da Silva, que isolado não sabia o que estava acontecendo com os vizinhos. No início de novembro sua mulher o avisou que tinha ouvido e visto movimentações estranhas ao redor, como movimentos de arvoredos sem ser pelo vento e assobios estranhos. Daniel saiu verificando as redondezas e voltou com uma flecha. Como a mulher estava assustada, Daniel a enviou para Porto Velho, não quis dar o alarme com

medo de perder o lote, caso fosse constatada a presença de índios arredios na região. No dia 13 de novembro, menos de um mês após o caso Prestes, chega de surpresa seu sobrinho Elifas, de 18 anos, vindo de Porto Velho para fazer companhia ao tio e realizar umas caçadas. No dia 16 saíram bem cedo para caçar, cada um com uma espingarda, e depararam com um bando de queixadas. Mataram apenas um depois de muitos tiros, voltando com a caça e com apenas um cartucho carregado em cada espingarda. Deixaram o porco queixada no terreiro e após prepararem o almoço deitaram cada um num quartinho do barraco. Às 17,30 Daniel acordou para limpar e retalhar o porco pedindo ao sobrinho para que carregasse os cartuchos para o dia seguinte. Elifas continuou deitado e em questão de minutos, segundo ele próprio declarou depois, “*ouviu um grito de morte*” de Daniel. Saltou da rede ao ouvir o grito, o que evitou que fosse atingido mortalmente pelas flechas disparadas contra ele, duas flechas varando a rede na qual estava deitado, uma flecha raspou sua mão e outra causou-lhe um corte superficial no braço. Ficou correndo dentro do quartinho sem saber o que fazer, correu para a sala e pela janela viu o seu tio contorcendo-se no chão com duas flechas no peito, voltou ao quarto e pegou a espingarda. Quando voltou à janela o terreiro já está repleto de índios que avançam em direção ao barraco. À frente deles destacava-se um com cocar e penas em volta dos músculos, batendo o pé em ritmo de dança. Disparou a cartucheira calibre 16 contra o peito deste que caiu pesadamente para trás e os outros o carregaram desaparecendo no mato. Elifas correu em socorro ao tio caído ao lado do queixada que falou: “*corre, senão te matam, eu já vou morrer*”. Ao tentar levantar o tio sentiu um corte no ombro e outro nas costas, virando-se para a orla do mato viu dois guerreiros flechando em sua direção, acompanhados por duas mulheres segurando uma espécie de cabacinhas na qual os guerreiros mergulhavam a ponta da flecha antes de lançá-las. Correu para o barraco pegou a espingarda de Daniel ainda carregada com o último cartucho e disparou contra os dois que desapareceram. Após colocar o tio sobre a cama num dos quartos saiu em busca de socorro. Surpreendido pela noite, teve que dormir na floresta, apavorado e sentindo muitas dores nos cortes das flechadas. Somente pelas nove horas da manhã, no dia 17, é que chegou na casa dos moradores mais próximos. Foi conduzido ao hospital de Ariquemes enquanto quatro homens armados se dirigiram

ao barraco de Daniel. Encontraram-no morto sobre a cama, agora com 14 flechas sobre o peito. Se Elifas tivesse permanecido com o tio teria sido morto.

A respeito do caso de Daniel, Puruá disse-me em entrevista que o guerreiro morto por Elifas havia desobedecido uma ordem do líder, que era para ele não avançar em direção ao barraco. A retirada dos índios depois do Elifas ter atirado no guerreiro, foi devido a um pedido do próprio guerreiro, pouco antes de morrer, quando foi arrastado para o mato pelos companheiros. Pediu a todos que fossem embora e desistissem do ataque. (Entrevista, 31/03/00)

O ataque à família Prestes conforme declarações dos próprios índios, mais tarde, foi feito pelos grupos de Bokara e de Kanindé e o ataque a Daniel foi executado apenas pelo grupo de Kanindé, que tomou a direção do Igarapé Nova Floresta procurando

FOTO 3 – BOKARA – de Jesco von Puttkamer

despistar os perseguidores, enquanto o de Bocara caminhou em direção ao acampamento acima da cachoeira Jatuarana e deslocou-se rapidamente para os campos de Alta Lúcia. [Costa, (1981/84, p. 149) e (1984, p.17-19)].

A preparação da expedição que estabeleceu os primeiros contatos com os Uru-Eu-Wau-Wau.

A expedição de primeiro contato com os Uru-Eu-Wau-Wau começou a ser organizada em julho de 1979 por Apoena Meirelles, que na época, exercia a função de administrador da FUNAI em Porto Velho, mas começou a ser retardada por Apoena por uma série de motivos: Brasília retardou os recursos; Apoena queria esperar até o mês de Fevereiro de 1980 para que as águas do rio Jamari subissem mais; para dar tempo dos índios se recomponem em suas aldeias na época das chuvas pesadas. Durante os meses de dezembro e janeiro as pressões sobre a Delegacia da Funai em Porto Velho foram muito grandes. Por parte do INCRA de Porto Velho, através do governador do Estado e do parceleiro Chico Prestes em Ariquemes, devido ao massacre da sua família por esses índios e, por tal motivo, Apoena temia que ele saísse numa expedição de vingança.

Por esses motivos, o sertanista Benamor Fontes tinha se fixado em Ariquemes. Tinha sido o responsável pelo contado com os índios Karipuna em 1976 no rio Jacu Paraná e agora era o encarregado de organizar e chefiar a expedição. Foram feitos vários vôos de reconhecimento, por Apoena e Benamor, no território de perambulação dos índios, com base nos ataques a garimpeiros, seringueiros e colonos. Com base nos dados levantados interditaram a área.

Apoena nesse período chegou até a contratar Chico Prestes como peão para a Funai. Acredita-se que fez isso para segurá-lo em Ariquemes e impedi-lo de sair numa expedição de vingança, porém dispensou-o alguns dias antes da partida da expedição, não permitindo que ele acompanhasse a expedição

Apoena procurou tirar proveito do crédito que lhe haviam outorgado os representantes do Banco Mundial, que o credenciaram como *administrador competente e íntegro* - nestas alturas os conflitos com os Uru-Eu-Wau-Wau haviam mobilizado a imprensa mundial e a opinião pública - assim sendo, numa reunião entre o Governo do Estado, Incra, Ministério do Interior, Banco Mundial e Funai, Apoena expôs sua proposta de que a expedição para os primeiros contatos com os Uru-Eu-Wau-Wau seria organizada já para o início de fevereiro, desde que em contra partida, o Governo do Estado, o INCRA e o Ministério do Interior se comprometessem a retirar as 280 famílias que haviam invadido e foram assentadas na reserva Suruí Sete de Setembro, sem qualquer indenização para não incentivar outras invasões nas áreas indígenas em Rondônia. Estabeleceram-se acordos verbais e os recursos para a expedição Uru-Eu-Wau-Wau foram liberados de imediato.

Benamor Fontes foi designado para resolver uma crise surgida no Acre sendo enviado para aquele posto e Apoena nomeou em seu lugar o sertanista José Santana do Carmo - Zebel – como chefe da expedição Uru-Eu-Wau-Wau que partiu de Ariquemes no dia 31 de janeiro de 1980 de caminhão por 45 km pela BR 421 até o seringal Santa Cruz que estava sendo fechado, pois o Incra acabava de loteá-lo, fato que acabou merecendo um comentário no filme realizado por uma equipe que compunha a expedição:

“Lotear uma área de seringueiras e castanheiras como aquela, para transformá-la em lavouras e pastos, é um programa imbecil e anti-amazônico ‘A Década da Destruição’: Filme: Sobre as Cinzas da Selva.” (Costa, 1984 p.26)).

As equipes formadas para a expedição partindo do Seringal Santa Cruz, agora viajando de barco subindo o rio Jamari, organizaram-se da seguinte maneira: a da primeira turma, que partiu no dia 01/01/80 composta de 10 índios Suruí, 1 Parintintim e 6 funcionários da Funai. No dia seguinte partia outra turma composta de 5 índios Pakaas Novos, 1 Cinta Larga, 4 elementos do IGPA e 3 funcionários da Funai.

A equipe do IPGA – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia composta por Mário Arruda Costa e o inglês Adrian Cowel que dirigiria um documentário juntamente com Albert James Baille, Cristopher Cox, propunha-se a filmar o primeiro contato com os Uru-Eu-Wau-Wau.

O posto de atração e vigilância Nova Floresta teve sua construção iniciada no dia 7 de fevereiro de 1980 na margem esquerda do igarapé Nova Floresta, distando apenas 3 km do tapiri de Chico Prestes. Esta era uma maneira de garantir aos índios a posse da terra à esquerda do Floresta com a intenção de estendê-la até à rodovia BR421. Este era o início do conflito direto entre a Funai e o Incra que estava loteando as matas desta região, ignorando os sinais de índios arredios. *“Através de rádio, Apoena ordenou à direção do Incra que suspendesse toda e qualquer atividade na área.”*(Costa, 1994, p.27)

Ao explorarem as imediações, Apoena com sua equipe localizou rastros de dois índios num igarapezinho, que seriam os que ficaram como guardião da retaguarda de Kanindé e Bocara. [Diário de Campo: 13/02/80 – (Costa 1984, p.27).]

FOTO 4 – KANINDÉ – de José Osvaldo de Paiva

Os guias Suruí perceberam a presença dos índios arredios rondando o acampamento na madrugada do dia 12/02/80 e Alfredo Pacaas Novos tinha observado, na noite anterior, pegadas de 2 índios Uru-Eu-Wau-Wau ao cruzarem o Igarapé para o lado do acampamento.

A expedição atingiu o seringal Antuérpia em 15 de fevereiro, onde havia um pasto de jaraguá ainda não invadido pela selva. Aí foi criado o segundo posto de atração e vigilância, também, as pastagens facilitaram a construção de uma pista de pouso onde em quinze dias acabaram chegando reforços por avião. Localizava-se em frente ao posto a Cachoeira Baixa onde descendo um pouco mais os homens de Zebel e Apoena encontraram o local onde Chico Prestes e os seus companheiros pernотaram quando estavam em perseguição aos Uru-Eu-Wau-Wau.

Ainda quando a pista de pouso estava em construção, Apoena e Zebel juntamente com os Suruí fizeram uma expedição, explorando rio Jamari acima, deparando com o acampamento dos Uru-Eu-Wau-Wau, acima da cachoeira Jatuarana, perceberam também sinais da expedição de Chico. Decidiram não continuar subindo o rio para não pressionar e afastar os índios. Colocaram presentes nos tapiris abandonados e seria questão de tempo saber se seriam aceitos pelos índios. Com isto estava criado o posto do Jamari e enquanto se esperava, iniciou-se a construção de mais um posto de atração, o Alta Lídia, após desceram numa antiga pista construída pelo CPRM. O posto passou mais tarde a chamar-se Comandante Ari, em homenagem ao piloto, que participava deste processo de atração, e morreu num acidente, ao aterrizar, caindo abruptamente na pista.

A estratégia de Apoena era não apressar o contato, também não demonstrava preocupação em relação a tentar recuperar Fabinho conforme relata Costa:

“Sua preocupação juntamente com Zebel, consistia em montar um esquema de posto de atração e vigilância que garantisse a posse de terra aos Uru-Eu-Wau-Wau e servisse de barreira contra a frente agro pastoril proveniente da BR 364.” (1984, p.28).

No final do ano de 1980 foi iniciada a abertura da rodovia federal, BR429, cortando a reserva Uru-Eu-Wau-Wau, sem qualquer comunicado oficial a Apoena que resolveu bloqueá-la de maneira não oficial. Autorizou a equipe liderada por Baiano Maia a abrir uma picada do posto Alta Lúcia na direção da picada que se transformaria na BR429. A picada foi percebida pelo grupo Uru-Eu-Wau-Wau de Paricá que caçava na região, sem saber que estavam abrindo a picada em direção à aldeia do grupo. Quando se viram entre a BR429 e a picada da expedição começaram a atacar o posto de Alta Lúcia. Este fato obrigou Apoena e Zebel a voltarem a atenção para o controle desses ataques que se intensificaram quando Paricá recebeu reforço do grupo de Kanindé.

A valia foram os integrantes da equipe de filmagem, conforme afirma Costa:

“Enquanto isso, através da nossa equipe de filmagem, o Banco Mundial ficou sabendo da situação e exigiu imediatamente o cumprimento do acordo para o financiamento de aberturas de estradas, que consistia no respeito às reservas indígenas, e outros itens. Por isso a BR429 foi interrompida à altura do Km106, após ter cruzado o rio Urupá e penetrado 10 km em território tribal.(1984, p.29)

O que contribuiu também para apaziguar os ânimos e quebrar a agressividade dos Uru-Eu-Wau-Wau, foi a mudança de estratégia de Apoena e Zebel. Passaram a adotar o sistema de Chico Meirelles, antigo sertanista, pai de Apoena, que consistia em devolver as flechas lançadas contra eles nos ataques juntamente com os brindes.

Mas quando surgiram os primeiros sinais de um iminente contato, Apoena que queria tirar partido da opinião pública e das pressões políticas sociais para assegurar a devolução das terras dos Suruí do Sete de Setembro, ordenou a Zebel e Maia que evitassem qualquer tentativa de primeiro contato. Em Porto Velho mantinha conversações com o Governador e o Diretor do Incra: *“Numa dessas conversas chegou a ameaçar a retirada da expedição Uru-Eu-Wau-Wau, se os colonos não fossem retirados da Sete de Setembro”.*(Costa, 1984, p.30). Mas os próprios Suruí precipitaram

os fatos, matando um colono e ameaçando guerra aos outros. Isso fez com que viesse um juiz federal de Brasília que caçou a liminar e ordenou a imediata retirada dos colonos.

Isso fez com que Apoená reativasse os trabalhos de contato no Posto de Atração Alta Lúcia até que aos 10 de Março de 1981, os Uru-Eu-Wau-Wau, segundo Costa, se aproximaram do posto e forçaram o contato, seguido de um outro, dia 12 que foi documentado pela equipe de filmagem. No desenrolar desses primeiros contatos, Apoená fundou o posto Cajueiro, no Jaru e, com isso, fechou do lado da BR364 as principais entradas ao Território Uru-Eu-Wau-Wau.

Os primeiros registros etnográficos

As primeiras informações etnográficas de que se tem conhecimento da sociedade Kawahiba foram coletadas por Nimuendajú, datando de 1924, após sua permanência no Maici-Mirim, durante o contato com os Parintintin, observando-os do posto de pacificação localizado no curso superior do rio Maici-mirim, e contudo não tendo a oportunidade de visitar suas aldeias. As informações obtidas foram publicadas em 1924 e são consideradas o primeiro material etnográfico para o conhecimento das nações Kawaiba. Esse material foi condensado e publicado também em 1948 no Handbook of South American Indians. (Menéndez, 1989, p.28)

Esse artigo de Nimuendajú, que em 1924, conseguiu reunir a maior parte das fontes conhecidas sobre os Kawahiba, facultou à Menéndez uma ordenação que permite uma visão diacrônica, que se estende até a situação atual dos grupos Kawaiba, o que merece ser demonstrado.

No século XVIII registrou-se em 1750, na região do curso superior do rio Juruena, os primeiros registros sobre os Kawahiba, próximos aos Apiaká e outros povos indígenas: *“entra no Rio Topajos (rio Jurena) gente da Lingoa Geral/diversa dos*

Topinambás(...) e por isso lhe chamão = Reyno da Gente de Lingoa Gal.” (Ferreira, 1752, apud Menéndez 1989, p.38)

São localizados em 1797 pouco abaixo da confluência do rio Arinos com o Juruena, local também habitado pelos Apiakás (Serra, 1844). Em 1819 os Kawahiba são localizados pelos Apiaká ao sul, no rio Sangue, afluente do Juruena (Guimarães, 1865). Ainda são confirmados por Kazal, (1976), em dados levantados por ele no século XVIII, localizando-os no alto Jurena, como vizinhos dos Apiaká ao norte. Sendo localizados nesta região pela última vez, segundo anotações de Castelnau (1850), em meados do século XIX em contínuas guerras com os Apiaká, sendo empurrados do rio do Sangue para o Juruena. Tocantins (1877) colheu informações dos Munduruku que mantinham hostilidades em relação aos Apiaká, também, aos Paribitat habitantes dos campos e aos Paribiteté nas cabeceiras do rio São Manuel, atual Teles Pires. Os Apiaká, segundo informações de Rodrigues(1875), teriam formado, na época em que se refugiaram dos brancos, uma tribo numerosa com o nome de Parabiteté. Assim Menéndez concluiu que ao coincidir as localizações de Paribitat e Kawahiba ao sul do território dos Mundurukú, estes também estariam se referindo aos Kawahiba, ao nomear os Paribitat.

A única restrição seriam morar na região de campos, mas de acordo com um relato mítico de Pereira (1980) poderá ser encontrada uma explicação: de que um Kawahiba saiu à caça de um mutum, chegando à casa de Bahira que morava com sua filha no cerrado, região de campo. O Kawahiba apaixonou-se. Pediu a moça em casamento e levou-a para morar com ele em sua aldeia que ficava na mata. Bahira mudou-se para lá com todos os seus companheiros, o que sugere um deslocamento em massa nos tempos antigos. Os dados acima são os únicos registros dos Kawaiba nos séculos XVIII e XIX e os registros de cunho etnográfico mencionam apenas serem eles bons agricultores e inimigos dos Apiaká, que também nomeavam o seu herói cultural, designando-o de **Bahira**. In Menéndez (1989, p.39-40)

3. Na educação tradicional: a cultura dos Uru-Eu-Wau-Wau

3.1. Bahira

Bahira é o maior herói cultural do grupo Uru-Eu-Wau-Wau, responsável pela criação do seu povo, dos animais e sua organização social. Pude observar pessoalmente a existência do mito nos demais grupos Kawahiba com os quais tive contato como: os Parintintin, os Tenharim, os Karipuna e os Juma.

Após conseguir remontar a história de Bahira contada pelos Uru-Eu-Wau-Wau e compará-la com as que consultei, colhidas pelos pesquisadores com os outros grupos Kawahiba, observei serem elas tão distintas, que excetuando o nome do herói, a única possibilidade de aproximá-las é de virem a ser histórias complementares, hipótese que ainda não foi possível comprovar.

Os relatos sobre o Bahira feitos pelos Uru-Eu-Wau-Wau, foram colhidos por mim na aldeia do Alto Jamari, cujos informantes foram Warina, tendo seu filho Kuari como intérprete, Paeron com seu filho Arovak como intérprete e, também, Arikã, Uru-Eu-Wau-Wau da aldeia da Linha 623, na minha casa em Porto Velho, conforme ouviu de seu pai Payajubi:

3.1.2. Bahira criou a sua própria mulher

No começo, conforme contou Kuari: “*No começo Bahira fez assim, esse Pajé, né.*” Fez um panero, foi pescar e pegou um mandi. Jogou-o para trás às suas costas sem olhar para o peixe. O peixe começou a rodear, a rodear,

várias vezes *“Aí apareceu mulher de verdade.”* Até que ele ouviu a voz da mulher: *“Deixa eu catar piolho, papai? Bahira a levou para casa. “Aí ele fez negócio para ela, bolinho. Xixa de milho, faz (com) bolinho”* Ela mastigou o bolinho para fazer o suco da xixa. Bahira recebe a visita de um homem e lhe serve a xixa. Nunca tinha tomado uma xixa tão boa. *Que é que tu fez?”*, pergunta o homem. *“Coloquei mel dentro.”* Engana-o Bahira. Contudo o homem vê a mulher e pergunta ao Bahira o que ele havia feito. Bahira conta o ocorrido. *“Vou fazer igual tu também”*, diz o homem. Bahira fornece-lhe as instruções de como deveria proceder se quisesse ter uma mulher. O homem pesca o mandi e desobedece uma das instruções, que era não olhar para o mandi ao jogá-lo para trás. *“Aí ele quis olhar logo e aí o mandi enfiou a espora bem no olho dele (...) Bahira, o que fez a mulher primeiro, ficou esperando, ficou esperando! O que é que ele fez agora? Aí ele foi lá com ele e ele já tava morto ”* O Bahira encontrando- o morto falou-lhe: *“Eu falei para você não olhar logo!”* *Aí ele começou a soprar ele, soprou, soprou e ele acordou de novo.”* O homem tornou a voltar, chamou o mandi novamente, construiu um novo panero, o mandi rodeou-o e desta vez ele não olhou para trás, até aparecer a mulher. Desta vez ele fez tudo certo.

O homem foi visitar o Bahira e percebeu que a mulher deste usava um extenso colar de garras e dentes de onça e semente de tucumã que alcançava-lhe até a barriga. Quando a mulher se agachava de cócoras o colar cobria-lhe a *arambá* (vagina).

O homem também quis fazer um colar para a sua mulher. O Bahira instruiu-lhe como deveria fazê-lo: deveria tirar os cocos de tucumã, mas poucos cocos, pois à medida que ele os colheria, apareceria a onça que ele deveria flechar para extrair-lhe os dentes e as garras para fazer o colar. Na verdade, duas onças eram o suficiente para o colar. O colar é feito com os caroços de tucumã intercalados com garras e dentes de onça.

Mas o homem não obedeceu o aviso, que era para não derrubar os tucumãs todos de uma vez. Isso fez com que surgissem tantas onças que ele não deu conta de matá-las todas, acabaram-se as flechas e ele foi devorado.

Bahira ficou esperando. *“Ficou esperando, ficou esperando.”* Quando viu que ele não voltava, foi procurá-lo. Só encontrou seus ossos. Ajuntou os ossos tentando montá-los, encaixando-os. Começou a soprá-lo novamente. Soprou muitas vezes, mas não conseguiu revivê-lo. Toda vez que ele soprava os ossos roncavam.

3.1.3. Bahira criou os bichos

Bahira jogou os ossos do homem. – *“Aí ele jogou e virou cotia. (...) Daí a cotia ficou....., a cotia virou cotia mesmo, comendo castanha, comendo tucumã, estas coisas. Daí ele formou viado também”*. Muitos bichos foram formados pelos ossos.

3.1.4. Tapira (A Anta)

O Bahira foi para dentro da mata. O Bahira diz assim, tudo é barro. Tudo é areia. Em qualquer canto, areia, barro. Dentro do rio tinha uma pedra grande e uma pequena. Bahira começou a chutá-las, a pedra grande virou anta com o seu filhote que era a pedra pequena. O Bahira falou: *“come barro”*. A anta se espalhou todinha pelo mato. Aí teve anta por todo o lado.

O outro homem foi ver onde o Bahira foi. O homem viu a anta dentro do rio mexendo com as orelhas, uma de cada vez. O homem flechou a anta e a flecha não varou o couro da anta. O homem voltou com o Bahira e a anta ficou no mesmo lugar. O Bahira flechou a anta e ela morreu. Daí em diante todo mundo já podia flechar para matar a anta.

3.1.5. O porco queixada

Primeiro foi o Bahira que fez o porco, o porco queixada. No porco queixada ele começou a ajuntar pedra. O queixada é pedra. Porco é monte. Ele ajuntou um bocado de pedra, por isso que o porco fica amontoado assim.

Ele ajuntou pedra e quando acabou de amontoar começou a chutar. Por isso que o porco se espalha. “ *Aí ele flechou porco, flechou porco. Aí quando ele seguiu, correu de novo atrás de porco, conseguiu flechar mais um. Ele correu de novo e ficou de perna aberta. O porco entrou debaixo das pernas dele e o porco carregou ele . Não teve jeito dele aparecer mais. A primeira vez o porco não tinha araconha, o saco. Foi o Bahira que virou o araconha e colocou o saco que vem aqui. O porco de casa também é assim. Daí o Bahira sumiu, não pareceu mais. Até a mulher dele sumiu também. Sumiu todo mundo junto*”. A mulher dele virou arambá, a boceta.

3.1.6. Não tinha caça

A primeira vez não tinha carne. Foi o Bahira que fez a carne de bicho. A carne de caça.

3.1.7. O Bahira fez a gente

“*O Bahira fez filho primeiro. Daí a gente se espalhou todinho no mato. O Bahira fez a mulher dele, a que ficou do lado dele. Só com ela mesmo ele fez filho. A que ele fez do mandi. Daí nasceu criança, **dividiu todinha**. As crianças nasceram todinhas. O homem cresceu de novo também para casar. Casou e se virou. Cada um fez família, barraco, panela, para tudo quanto é*

lado. A mulher ficou do lado do marido, mesmo assim o branco. Era tudo um só.”

A história da anta contada por Warina da aldeia do Alto Jamari, com seu filho Kuari servindo de intérprete, gravada por mim e transcrita, obedece o estilo dos seus relatos para conservar o seu aspecto semântico, o que poderá permitir leituras que poderiam escapar-me nas eventuais análises. A história de início ininteligível, devido, também, a muitas omissões, só se tornou compreensível quando Arikã, da aldeia da Linha 623, a recontou-me em minha casa. As outras histórias, em alguns momentos, passaram pelo mesmo processo, mas com a soma da contribuição do Paieron que teve o seu filho Erovak como intérprete.

FOTO 5 – WARINA E MAWÁ (atrás)– de José Osvaldo de Paiva

Em muitos relatos, houve tantas divergências, que acabaram tornando-se histórias distintas, entre as fontes originais: Warina, Paieron e Payadjupi, este último residindo em aldeia diferente. Ainda não pude discernir as causas de diferenças tão grandes e fundamentais em relação a alguns textos quanto ao sentido. Embora eu tenha algumas hipóteses, necessitaria de novas pesquisas e tempo para desenvolver um outro trabalho.

3.2. A contribuição do mito Bahira para a organização social do povo Uru-Eu-Wau-Wau, na sua divisão em metades, formando os dois clãs exogâmicos.

Quando Kuari ao relatar que ao nascer: *Daí nasceu criança, **dividiu todinha***, está colocando, de forma natural, no seu discurso as **divisões** clânicas do seu povo em duas metades Mutum e Arara (Kanindê), assim como, a sua compreensão cosmológica: o universo composto por metades. O caráter segmentário dos Kawahiba, organizado em torno de metades exogâmicas, segundo Menéndez (1989, p. 105), foi apresentado pela primeira vez em um artigo em 1924 por Nimuendaju,¹⁵ onde apresentou a história dos Parintintin com dados importantes sobre sua morfologia social.

As metades, segundo o registro de Nimuendaju, foram instituídas quando a atual humanidade já existia e nelas está incluso o branco. Aconteceu por ocasião do casamento do Kawahiba com a filha do Bahira. O rapaz foi caçar na mata e encontrou um mutum. Ao tentar flechá-lo, foi interrompido pelo grito de uma linda moça pedindo para não matá-lo por tratar-se de um bicho de estimação. Era a filha do Bahira. O rapaz pediu-lhe a filha em casamento. O Bahira consentiu e eles foram morar na aldeia do rapaz. O Bahira, mais tarde, com toda a sua gente, foi morar com eles. Ao sair, preparou uma tinta numa bacia grande e foi pintando todas as coisas no caminho para que não se misturassem.

Nesse relato não há a prática da uxorilocalidade, a moça foi morar na aldeia do rapaz, mas denota-se a origem mítica do clã **mutum**, que em contra partida foi morar na aldeia dos Kawahiba.

¹⁵ p. 225-NIMUENDAJÚ, Curt. os Índios Parintintin. In: Journal de la Société des Américanistes, n.s., XVI: 201-278. Paris, 1924.

3.2.1. O sistema de relações

a) As metades

Os Uru-Eu-Wau-Wau organizam-se em duas metades Mutum e Arara (Kanindé) entre as quais são contraídas as alianças matrimoniais entre primos cruzados ou com a filha da irmã com base na exogamia entre esses dois clãs. Esse sistema de relações, construído entre as duas metades é fundamental para a inscrição do indivíduo dentro da sociedade, para seu domínio dentro do grupo local, que definirá sua descendência e exogamia matrimonial, sua residência e a constituição da sua principal unidade de produção que é o grupo de trabalho.

O que caracteriza esse sistema de relações é a regra de descendência patrilineal, o que os fará identificarem-se sempre pela metade do pai. A mulher não perderá essa identidade com o casamento, porém os seus filhos sempre serão identificados pela metade do pai. A metade da mãe será a outra metade que sempre procurarão para a aliança matrimonial.

Os sistemas de residências dos Uru-Eu-Wau-Wau descaracterizou-se com a sua depopulação em consequência do contato direto com o não índio . Esse contato interferiu, também, no sistema de produção, agora de excedência, visando a comercialização dos seus produtos para a aquisição de bens extra-étnicos, o que faz com que o trabalho na aldeia do Alto Jamari saia do núcleo familiar e tome a forma de *mutirão*, o mesmo está acontecendo com os seus parentes nas outras aldeias.

Mas de acordo com Menéndez (1989, p.110) a residência dos Kawahiba seria, tradicionalmente, patrilocal para os filhos solteiros de ambos os sexos e para as filhas casadas. Os filhos casados residem, uxorilocalmente, com o sogro para pagar o “*serviço da noiva*” e conforme a “*força*” morar indefinidamente com ele. Caso o pai seja um líder, a regra de residência uxorilocal não se aplica e o filho continua morando com o pai, que se for realmente poderoso, retém indefinidamente os genros consigo.

b) O casamento

Atualmente, como me relatou Kuari, o último casamento que ocorreu na aldeia do Alto-Jamari, recentemente, a mulher, depois de tudo combinado, levou a rede para o lado do marido e foi morar com ele. (Entrevista, 15 de agosto de 2000)

Mas, ao contrário do que Kuari quis demonstrar, nem sempre houve, assim, total ausência de ritual. Sua irmã Boropó de dezenove anos, talvez dois anos mais velha que ele, tem o rosto tatuado. Segundo ela me revelou, houve um ritual com reclusão após sua primeira menstruação. Foi quando Mandeá, a mulher mais velha da aldeia, do clã Arara, marcou-lhe o rosto para que seu tio, Tari (Kanindé), a tatuasse com espinho. Teve que lavar o rosto toda a manhã na água fria do igarapé, para não inchar e não desaparecerem os riscos da tatuagem feita com a tinta do genipapo. Desse momento em diante ela estaria apta para casar-se, o que não aconteceu, na época, só por não haver um companheiro Arara para ela. (Entrevista com Boropó, 10 fevereiro 2000)

Sua irmã Kunhambé, Mutum de catorze anos, não teve o rosto tatuado, ritual que deixou de ser praticado depois do convívio com a cultura não índia, está em idade de casamento, mas não tem um Arara solteiro para ser seu companheiro. Em circunstâncias normais, a menina já teria, desde o nascimento alguém determinado para a sua união matrimonial.

Nota-se, também, por observação, a aceitação da prática de poliandria. Nesses casos nunca é feito qualquer comentário e evita-se deixar perceber, ao menos para os elementos da sociedade externa. Um guerreiro contou-me que ao levar uma jovem parente do mesmo clã seu, da casa do índio para a sua aldeia onde há uma disparidade entre homens - esses em maioria - e mulheres, encontrou lá uma grande resistência dos seus em recebê-la. Maior por parte da cunhada que considerou que eles estavam namorando, que chegou a bater nele e colocou toda a aldeia contra a possível ameaça de um casamento entre clãs iguais. Não quis contrariá-la por ela estar grávida e estar tendo

uma gravidez de risco, devido a problemas nervosos e de saúde. Quando comentei poder haver, também, uma parcela de ciúmes em tal atitude, confidenciou-me haver ela confessado estar grávida dele, e todos os envolvidos se queriam muito bem, havendo uma espécie de consentimento. Percebi, também, que as outras aldeias estavam cientes do caso. Houve também casos de poligamia registrados na época do contato.

No caso do sub-grupo Amondawa, que se caracteriza por maior rigor em relação aos costumes tradicionais, pode-se observar o caso de poligamia, reconhecido oficialmente pela comunidade, no grupo familiar composto por Mohã, o pai, com sua primeira esposa Djaté, chamada de Tibi (velha) e a segunda esposa, Juvé, que é mãe dos seus filhos Unji e Kajuvi, ainda crianças. (Entrevista com Arikã Amondava, 23/03/00)

Tibi, que não gera mais filhos, cria o menino Juvipa, filho do seu cunhado Paieron, viúvo, irmão de Mohã, de outro grupo familiar. Mora ainda com esse grupo familiar o genro de Mohã, casado com sua filha Boroab, casal ainda sem filhos.

Devido a ausência de cônjuges, agora no final dos anos noventa, houve casos de exogamia externa no Alto Jamari. Um dos guerreiros, viúvo, casou-se com uma Karipuna, um grupo também Kawahiba, indo morar na aldeia desta. Houve, ainda, o matrimônio de três jovens Uru-Eu-Wau-Wau com três mulheres Jumas, Kawahibas também, que passaram a residir na aldeia dos Uru-Eu-Wau-Wau. Como o povo Juma estava num momento particularmente difícil, restando apenas um pai e três filhas que, agora, constituem o total da população, todos morando na aldeia dos Uru-Eu-Wau-Wau.

Houve também o casamento do pai das Jumas, Aruká Juma, com uma jovem da aldeia do Alto Jamari. A cerimônia foi-me relatada por Awapur, um jovem da aldeia. Aconteceu de uma maneira extremamente simples, mas de um modo que determina, inclusive, que ali reconstituir-se-á um grupo, que iniciará uma nova unidade de produção. O ato do casamento constituiu-se em uma única atitude do Warina, de ter, pessoalmente, levado a rede de sua filha Boropó e armá-la ao lado da rede do seu futuro genro, na casa deste. (Entrevista - 14/03/00)

A implicância deste ato estender-se-á em uma possibilidade de repopulação do grupo Juma. Aruká é um líder Juma, sua companheira é da clã Mutum dos Uru-Eu-Wau-Wau. Eles tiveram uma filha que seguirá a linhagem paterna. As outras três filhas Juma, duas casaram com homens Mutum e uma com um homem Arara, a *priori* terão filhos Uru-Eu-Wau-Wau por ser o pai quem estabelecerá a linhagem. Por isso somente um filho homem do Juma Aruká daria uma certa expectativa de repopulação ao povo Juma.

O Juma, Aruká, não sabe falar o Português. De forma que, uma atitude sua, é-me relatada pelo chefe de posto, Chicão, de que o Juma é trabalhador, mas só “*faz trabalho de índio*”, não participa dos mutirões na aldeia para o plantio e limpeza de lavouras, tais como o café, cacau, etc.. O que significa que não abre mão dos seus costumes. (Entrevista, 25/08/99)

Como a área da reserva onde os Jumas moravam já tem a autorização para a sua demarcação e com o seu recurso disponível, já está projetada uma expedição, destes, com alguns Uru-Eu-Wau-Wau e uma equipe de apoio, que servirá para superar alguns entraves operacionais para a demarcação, tais como: a ausência do povo na aldeia e o fato de algumas firmas não quererem fazer o trabalho topográfico, por tratar-se de um trabalho de pequena monta. Enfim, os destinos dos Uru-Eu-Wau-Wau e dos Jumas estão entrelaçados de um modo que parece estender-se de forma permanente.

Mas agora em condições normais, verifiquei a possibilidade de haver renhidas negociações para os casamentos. Nesses últimos, dias estive com Arikã Amondawa, solteiro, do clã Arara e não há uma mulher solteira do clã Mutum, na sua aldeia para que ele possa se casar. Considerando isso, informei-lhe que havia uma mulher solteira, Mutum Uru-Eu-Wau-Wau, no Alto-Jamari. Ele disse que, caso se casasse com essa mulher, teria que morar com o grupo, o que iria recusar e que eles iriam também pedir uma mulher em troca. Através dele obtive a informação de uma mulher solteira Arara nos Amondawa. Quando comuniquei-lhe haver um homem mutum solteiro no Alto Jamari e a falta de uma mulher arara solteira na mesma aldeia, ele disse-me que os

grupos não se davam bem e que por isso haviam se separado há muito tempo: era mais fácil haver um acordo entre os mais velhos da aldeia do que entre os mais jovens, que evitam conversarem entre si.

Durante o curso do Projeto Açai¹⁶, freqüentado por professores de todas comunidades indígenas do Estado e das áreas de fronteira, Arikã interessou-se por uma moça do grupo Zoró da fronteira de Mato Grosso. Quando falou sobre a possibilidade de casar-se a alguns parentes dela, que também estavam fazendo o curso, disseram aceitar a proposta, pois a aldeia deles estava precisando de homens. Mas o interesse de Arikã era levar a moça para a própria aldeia, por isso recusou. (Entrevista com Arikã Amondawa, 25/03/00)

O que se pode considerar é que a união matrimonial determina, nesses grupos, o modo principal de unidade de produção, que é o grupo de trabalho, e que todos esses grupos por sofrerem uma grande depopulação, não abrem mão de elemento algum da aldeia e no caso dos Jumas, o processo para repovoar a aldeia será muito difícil. Sendo também Kawahiba, o líder Aruká ao casar-se com uma mulher da aldeia Uru-Eu-Wau-Wau, levou as três filhas para essa aldeia e eles constituem a totalidade da população Juma. Como pretende um dia retornar para a sua aldeia, tem que considerar que somente seus filhos serão Juma, por ser esta descendência patrilineal, os descendentes de suas filhas já serão Uru-Eu-Wau-Wau.

Uma informação foi-me dada pela enfermeira Izabel, que na época atendia na casa do Índio em Porto Velho, é que todo o grupo mantém o mesmo tipo de grupo sanguíneo, ou seja, todos têm RH “O” Positivo, que é uma característica das sociedades primitivas. Acabamos discutindo a possibilidade de que a exogamia interna praticada pela comunidade, pudesse ser um grande fator de controle do RH sanguíneo. De qualquer forma, neste primeiro momento, não consegui encontrar nenhum material ou

¹⁶ Projeto de formação de professores índios ao nível de magistério. A formulação desse projeto é de responsabilidade do NEIRO- Núcleo de Educação Indígena de Rondônia, criado em 05/04/93.

informação sobre uma eventual pesquisa sobre este assunto em relação a estas comunidades, na área da Bio-Genética.

c) No nascimento: a comunidade da substância

O que pude observar, na ocasião de nascimentos na aldeia e conforme relatos do Kuari e seu pai Warina, é que há uma dieta alimentar: *“Quando o filho nasce, tem coisa que não pode comer nem o homem nem a mulher (os pais). Não Pode comer nambu, viado, cateto, essas coisas assim. Pode comer queixada, anta só. A gente come peixe, quando as crianças nasce, só peixe. Aquele peixe surubim (peixe sem escamas), a gente não pode comê não. Bebê só leite e mel. Xixa pode, não tem problema não. O pai e a mãe junto.”*(Entrevista em 15/08/99)

Awapur explica alguns detalhes: *“A paca entra dentro do buraco, isto faz que entupa o nariz da alma da criança, se os pais tiverem comido sua carne.(...) Pai também quanto mata bicho não põe a mão para cortar a barriga do bicho, outro tem que fazê isso. (...) A mãe só pode beber xixa, não pode comer fruta nem comida quente.*(Entrevista em 22/02/2000)

Boropó, ao ter sua filha, foi trazida para Porto Velho e ficou na Casa do Índio que servia uma alimentação geral para os que estavam internados. Membros da sua família a acompanharam e pediam para as enfermeiras ligarem para mim para pedir alimentos que ela poderia comer. O marido Aruká Juma, durante todo o período em Porto Velho, ficou recolhido em sua rede e em nenhum momento acompanhou os que vieram à minha casa.

Mais tarde quando ficou só, Boropó continuou a tomar cuidados posteriores. Nos meses subsequentes só amamentava sua filha e jamais dava-lhe água ou papinha: disse-me que se a alimentasse com outra coisa a criança sempre teria fome daquilo. De toda forma, a criança destacava-se por sua vitalidade. A respeito de alimentos como certos

tipos de caças, disse-me que algumas destas, como a paca, que andavam de noite, caso ingerisse faria com que a criança acordasse muito à noite.

Essa cultura da “*substância*”, para a antropóloga Aracy Lopes da Silva, irá significar que aquilo que os pais comerem alterará substancialmente o corpo e também o espírito da criança:

...significa não ter atividades muito violentas ou muito emocionantes, que exijam muito esforço, não comer comidas pesadas, não comer comidas consideradas ‘perigosas’. (...) os adultos deixam de expor-se a esforços e perigos que o corpinho delicado do bebê não suportaria. Seu pai provavelmente terá diminuído suas atividades de caça e alterado sua alimentação.
(Silva, 1988, p.21)

É um elemento comum às nações indígenas de Rondônia, pelo menos no que pude comprovar num encontro estadual dos professores indígenas de Rondônia, quando cada um relatou ao outro como era o costume de sua aldeia. A maior variação, que pude notar, é que algumas dietas avançavam pelo período gravidez até o parto, enquanto outras eram iniciadas após o parto e algumas antes e depois.

As regras, na cultura Uru-Eu-Wau-Wau, se manifestam de forma extremamente rigorosas no período do nascimento, pois é quando pode haver a prática do infanticídio. Ao nascer, a criança é inteiramente examinada, e necessariamente tem-se que saber quem é o pai, devido à exogamia entre os dois clãs, Mutum e Arara. “*A gente só dá nome para ela depois do terceiro dia, quando a gente vê se ela vai viver mesmo.*” (Kuari).

Durante todo o meu convívio com eles, tal assunto nunca mereceu maiores comentários do que o que foi feito acima e ao fecharem-se em silêncio eu sempre percebi que esse era o tipo de assunto que não deveria ser tocado, pois já conheciam bem a cultura oficial, do não índio, para evitarem tal abordagem. Se está havendo mudanças,

isto está acontecendo a partir de atitudes tomadas por eles, como o casamento de um Uru-Eu-Wau-Wau-com uma Juma que já estava grávida de um não índio.

Na sua Dissertação de Mestrado, um trabalho etnográfico sobre o sub-grupo Amondawa, defendida recentemente, Silva (2000) traz informações sobre estes casos, passadas por funcionários da época do contato, muitas dessas informações também tive oportunidade de ouvir, em época anterior às minhas pesquisas, através de pessoas da época do contato. Há um trabalho também de Simonian ¹⁷ registrado por Silva relatando que:

...o infanticídio é praticado neste grupo em alguns casos específicos: filhos de mães solteiras ou viúvas, nascimentos de gêmeos e crianças com algum problema de desenvolvimento cerebral. Nesses casos, o bebê pode ser negligenciado no momento do parto, dispensando cuidados ainda necessários para a sua sobrevivência, o que leva a morte da criança. In Silva (2000, p.38)

Ainda segundo a antropóloga Silva, há informações de que quando a mãe da criança falecia no parto, ou ainda no período de amamentação da criança, mãe e filho eram sepultados juntos. Da mesma forma, caso o pai viesse a falecer e a mãe não tivesse condições de alimentá-la, à criança seria dado o mesmo destino. Se a mãe se recusasse a praticar o infanticídio, outras mulheres, ou mesmo os homens, tomavam para si essa responsabilidade. As formas de trucidamento eram através de flechas, bordunas ou tomando a criança pelos tornozelos e atirando-a contra um tronco de árvore.

Na ocasião de uma de minhas estadas na aldeia, a gravidez de uma jovem gerava preocupação ao Chefe de Posto, o Chicão. Embora ela estivesse casada, na época em que

¹⁷ Simonian, Lígia T. L. 1997. As mulheres e infanticídio entre os Amondawa e Uru-eu-wau-wau, Rondônia. In.: Maria Luzia Miranda Alvares et. al. orgs. **Mulher e modernidade na Amazônia.** Belém, Cejup.

aconteceram os múltiplos casamentos para a acomodação dos Jumas, ele não sabia se a gravidez dela teria acontecido antes do casamento, com um pai não identificado. No ano anterior ficara grávida e não quisera revelar quem era o pai da criança. Segundo esse mesmo chefe de Posto, dias após o nascimento, embora tenha o costume de não interferir, resolveu ir ver como a mãe estava passando. Encontrou-a só na rede, extremamente fraca e pálida e nenhum vestígio da criança. Ao perceber que ela estava correndo risco de vida, removeu-a imediatamente para um hospital em Porto Velho. Toda aldeia passou um longo período sem dirigir qualquer palavra ou dar qualquer atenção ao pai da jovem. *“Foi colocado no gelo mesmo, cheguei a ficar com dó dele, completamente só dentro da aldeia.”* Segundo disse-me Chicão,¹⁸ nos dias posteriores, nenhum membro da aldeia jamais teceu qualquer comentário sobre esse episódio. (Entrevista, 25/08/99)

Ao conversarmos sobre uma jovem mãe de uma outra aldeia, Puruá, disse-me que não sabia por qual motivo não tinham “enterrado” seu filho, já que ela é mãe solteira. Ao dizer-lhe que eu evitei perguntar a ela quem era o pai da criança, ele disse que ainda perguntará a ela quando tiver oportunidade. A ressalva é que ela é professora na aldeia. Awapur disse-me que seu pai, em tempos passados, havia “enterrado” três irmãs suas.

d) infância

Kuari ao comentar como seu pai, viúvo, criou sua irmã mais nova, revelou:

“O pai tá dizendo que quando a filha dele nasceu (Kunhembé) ele começou a ensinar ela assim, desde pequena assim (...) Todo o mundo. Não é só o pai não! (...) depois ela vai crescendo e aprendendo sozinha. (...) Ele tá dizendo que quando ele vai para o mato a menina vai acompanhando ele, e

¹⁸ Francisco Flávio dos Santos Ribeiro – Chefe do PIV-Alto Jamari.

ela vai aprendendo como que ela sabe destas coisas. (...) a gente brinca assim, não tinha que levá, arco de coisa? De babaçu? (talo de folha de palmeira), a gente ia só prá brincá!. A gente ia aprendendo em casa às vezes já.”(Entrevista em 15/08/99)

É necessário observar que é raro, nesta sociedade, o pai viúvo criar um filho, mesmo quando se casa novamente, às vezes, uma parente mais velha cria a criança. Isto quando não há a prática do infanticídio.

As atividades dos adultos sempre serão parte dos jogos lúdicos das crianças: as meninas aprendem a arte de tecer, trançar, fazer pequenos cestos, esteiras e demais artesanatos com a mãe; os meninos os artefatos de caça, de pequenos arcos de talos de palmeiras usados somente para lançar as flechas de brinquedo e à medida que crescem, vão melhorando a construção dos seus arcos e tornam-se uma constante ameaça aos pequenos lagartos, matando-os a flechadas. À medida que se aperfeiçoam, começam a pescar com flechas e nesse momento, então, começam a deixar a brincadeira e partem já para a caça do nambu, das demais aves e pequenos animais.

Quando começam a acompanhar os pais em caçadas, aprendem a imitar os “bichos” para atraí-los. Em muitas das imitações, os “arremedos”, eles sabem identificar a origem desse conhecimento. Awapur Uru-Eu-Wau-Wau em Porto Velho, costumava trazer em minha casa o Tangaréi que é um jovem Karipuna, grupo também Kawahiba, e disseram usar os mesmo tipos de arremedos. Por exemplo, para chamar alguns peixes usam um tipo de assobio, que é a pura imitação do pássaro socó, quando este pesca.

Aprendem também, com os mais velhos, neste período, recursos de curas que, servem para contornar algumas situações de azar: os caboclos as chamariam de “simpatia”. Um caso, por exemplo: se forem vítimas da formiga Tocandira que tem um ferrão semelhante ao do marimbondo, muito doloroso, em tal hora seria de extrema sorte

ter em companhia alguém do sexo masculino pois, se no mesmo momento, ele passar o pênis na parte atingida, isto trará grande alívio para a dor.

Recursos como este são elementos constitutivos de grande parte da formação do imaginário da comunidade e assumem um grau de importância nada desprezível em comparação com outras formas de tratamento de doenças ou precaução espiritual. Por isso que nomeiam todas as formas como “remédio,” sem distinção umas das outras, tanto quanto podem considerar um momento de tristeza ou infelicidade como “estar doente”.

e) O sistema de nomeação

Logo que um filho nasce, recebe o nome do próximo irmão mais velho, caso que pode acarretar a mudança de nome de todos os outros irmãos, que serão obrigados a ceder o nome para o imediatamente mais novo. Caso seja o primeiro filho, há uma reunião de parentes ou pessoas constituídas de autoridade para escolher um nome.

Ao perguntar ao Warina sobre toda a sua nomeação, respondeu-me através do filho Kuari como intérprete: *“Ele qué dizê, o nome dele primeiro: Biteté, o nome quando ele nasceu, depois Kuari, Uaká, depois Tambura, depois Piaká e Warina”*.(Entrevista com Warina, agosto de 1999)

Hoje o irmão mais velho de Warina é o Tari, o antigo líder Kanindé da época do contato, que hoje lidera um pequeno grupo de apenas quatro homens, todos sem mulheres, numa região situada próxima ao município de Guajará Mirim. Como é um nome de líder, se ceder o nome, possivelmente, cederá também a liderança.

f) O sistema de nomeação e o sistema de identificação nacional

Esse sistema de nomeação está sendo ameaçado pelo sistema de identificação nacional. Embora haja a carteira de identidade indígena, o nome do índio sofre um *congelamento*, principalmente ao ser cadastrado no CPF, para facilitar o recebimento dos eventuais recursos que poderão ser repassados para a comunidade. A mudança dos nomes ainda interfere no controle da vacina obrigatória, que após inúmeras confusões com as trocas de nomes, os técnicos de saúde acabaram adotando um sistema de fotografias nos cartões, pois muitas vacinas necessitam de doses complementares, conforme me contou a enfermeira Maria Vandir da FUNAI de Porto Velho.

O resultado é que muitos estão mantendo nomes antigos, o que acabará provocando uma descaracterização social, na alteridade e na distância social mínima, que relaciona as pessoas nos grupos, em níveis classificatórios pela dinâmica de ascendência de cada membro. Quando Boropó teve a sua primeira filha, disse-me que deveria mudar de nome quando retornasse à aldeia, deveria passando a se chamar Mandu, sendo que, atualmente, há uma Mandu na aldeia, que conseqüentemente, deveria mudar de nome ao ceder o seu.

Eu mesmo acabei sendo um agente de interferência quando pediram-me que acompanhasse Boropó e a levasse para tirar o seu CPF e Carteira Profissional, para fazer uma tentativa para ela receber um auxílio natalidade junto ao INSS. Na ocasião Boropó disse-me que com os documentos, provavelmente, permanecerá com o nome antigo.

g)A morte

Añanga e Tamandahua

Quando a pessoa morre é envolvida com palha de coqueiro e é enterrada na maloca onde morou junto com a família. A pessoa é muito pranteada pelos parentes para não correr o risco de se tornar uma Añanga, que é um espírito perseguidor de pessoas. Vale também o cuidado que os parentes têm com a pessoa que está morrendo.

Puruá me relatou que outrora havia um guerreiro chamado Tamandahua que começou a sofrer perseguições da Añanga: ela fazia ruídos quando ele estava na tocaia esperando bicho e a caça se espantava. Por fim a Añanga carregou a irmã dele. Obstinadamente, Tamandahua, que também era pajé, começou a esperar Añanga na tocaia. Até que um dia, ao vê-la passar por ele, tocou fogo nos seus cabelos e ela saiu numa desesperada carreira pela floresta. Como Añanga tinha os cabelos muitos longos, deixava um grande rastro de fogo pela mata, até que atirou-se numa lagoa. Com o fogo, ela explodiu e da sua cabeça saiu a seringueira. Dela também saiu a cotia e outros bichos.

Quando perguntei ao Puruá, como podia ser se o Bahira também tinha feito a cotia. Ele disse que essa era da outra história.(Entrevista, 31/03/00)

Nessa ocasião, estava com eles o Tangareí (Adriano) do povo Karipuna, que é também Kawahiba e contou-me a versão deles da Añanga, cujo herói da história chamava-se Kandabuhua, um pajé que ao ser insistentemente incomodado pela Añanga que espantava suas caças, colocou fogo nos seus cabelos que deixaram um grande rastro de fogo por serem muito longos, chegando a cobrir uma distância de Porto Velho a Ji-Paraná. Kandabuhua espocou a cabeça da Añanga que virou seringueira.

Puruá contou-me o caso, que os outros mais velhos lhe afirmam ser verdadeiro. Não está bem certo, mas acredita ter ocorrido com o pai do Kanindé. Este, ao morrer,

disse que iria se transformar em Anãnga para continuar no meio dos vivos. Depois de enterrado, para surpresa de todos, sua sepultura foi encontrada vazia.

No período em que Awapur estava fazendo o curso de agente de saúde em Porto Velho, permaneceu em minha casa em Porto Velho, com ele ficou o Tangareí Karipuna, cuja mãe, Batiká é casada com o Bawajub Uru-Eu-Wau-Wau. Eles presenciaram dias e dias, eu aplicando soro e higienizando uma cadela moribunda em minha casa. Enquanto eles me observavam, disse-lhes em tom de brincadeira, que nós tínhamos procedimentos melhores, tais como, dar um injeção letal no animal e que eles também não iriam diferir muito, caso fosse com eles, teriam dado uma paulada na cachorra. Comentei que muitas pessoas também ficavam assim em fase terminal, com secreções mal cheirosas e muitas enfermeiras que conheciam no curso faziam esse difícil trabalho. Perguntei como seria na aldeia. Disseram-me que este seria o trabalho do pajé, o de ajudarem as pessoas a morrerem. Em situações como esta, ele construiria uma tapiri afastado da aldeia.

Mas a relação dos Uru-Eu-Wau-Wau com os pajés tem antecedentes muito complicados, tanto é que hoje não existem pajés nas suas aldeias e os mais jovens não se lembram da sua existência. O antigo sertanista Hugo Pedro disse-me que o último foi morto por eles e que em todas as mortes na aldeia, as causas iam sendo atribuídas ao pajé

Quadros de Distribuição da População Uru-Eu-Wau-Wa

Quadro 1 - Aldeia do Alto Jaru- Distribuição por casa

HOMENS	METADE	MULHERES	METADE
		Jawá	Arara
Uaká-filho de Jawá	Mutum	Mandéá-mulher de Uaká	Arara
Takanguí-filho de Uaká	Mutum	Tatui-filhade Uaká	Mutum
Kuari-filho de Uaká	Mutum	Boropó	Mutum
Biteté-filho de Uaká	Mutum		

Waipá-filho de Mandeá e órfão de pai	Mutum		
Botuto-filho de Borbura(que está c/ os Amondawa	Arara		
Tebu-filho de Borobó	Arara		
			Total=11
Pureí-filho de Jawá	Mutum	Simone-casada com Pureí	Não Índia
Kajubi-filho de Purei com Simone	Mutum		
			TOTAL=3
Arimã-filho de Jawá	Mutum	Djuvé Amondawa casada com Arimã	Arara
Awapur-filho de Arimã	Mutum	Boreí-filha de Arimã	Mutum
		Borói-filha de Arimã	Mutum
		Mourang-filha de Arimã	Mutum
			TOTAL=6
		TOTAL	GERAL = 20

Adultos solteiros: Waipá Mutum sexo masculino

Boropó Mutum sexo feminino

Jawá Arara sexo feminino avó

Quadro 2 - Aldeia do Seringal São Luís – 1 casa

HOMENS	METADE	MULHERES	METADE
Tari(Kanindé)	Mutum	-	-
Awapó (Arui)	Mutum	-	-
Pureí	Mutum	-	-
Biteté	Mutum	-	-
			TOTAL=4

Quadro 3 - Aldeia da Linha 623 (Antigo Comandante Ari)- divisão por casas

HOMENS	METADE	MULHERES	METADE
Payajup-Pai	Arara	Boreá-mãe	Mutum
Uká-filho	Arara	Boropó-mulher de Uká	Mutum
Arikã-filho	Arara	Buriká-avó(mãe de Payajup)	Arara
Purap-irmão	Arara	Imana-irmã	Arara
Monguitá	Arara		
			TOTAL=9
Bocara-pai	Arara	Mandá-mãe	Mutum
Tangãe-filho	Arara	Puré-filha	Arara
Avip-filho	Arara	Jubi-filha de Mandá	Arara
Zaqueu-filho	Arara		
Tanguip-filho de Mandá	Arara		
			TOTAL=8
		TOTAL	GERAL=17

Quadro 4 - Aldeia do Jamari-divisão por casas

ADULTOS			
HOMENS	METADE	MULHERES	METADE
Tari (Pedro)-pai	Mutum	Jawá-mãe	
			TOTAL=2
Puruen-filho	Mutum	Mandei-mulher de Puruen(enteada de Bocara)	Arara Taravé
Tangãe-filho de Bocara	Arara		
Botuto-filho de Bocara	Arara		

Puruá	Mutum	Maíra	Arara
Jurip(Solteiro)	Mutum	Avip	Arara
			TOTAL=7
Makana	Arara	Mandu-mulher de Makana	Mutum
		Tapé-filha	Mutum
			TOTAL=3
		TOTAL	GERAL=12

Obs. Mandeí-grávida

Quadro 5 - Aldeia do Alto Jamari - divisão por casas

ADULTOS = 20			
HOMENS	METADE	MULHERES	METADE
Mawá	Mutum	Mandeá	Arara
Awapur-filho de Mandeá	Mutum		
Bawajup(Ma-noel)-irmão de Mandeá	Arara	Katiká Karipuna-mulher de Manoel	Karipuna
			TOTAL=4
Puruá	Mutum	Maitá	Juma Taravé
			TOTAL=2
Kuari	Mutum	Mandeí Juma	Juma Taravé
			TOTAL=2
Taroba-pai	Mutum	Mandeí-mãe	Arara
		Morang-filha	Mutum
		Borói-filha	Mutum
			TOTAL=4
Erovak	Arara	Boreá-Juma	Juma Taravé
		Cunhemjubi-filha de Boreá	Arara

			TOTAL=3
Monguitá	Arara	Mandu	Mutum
			Total=2
Aruká Juma-pai	Juma Taravé	Boropó-mãe	Mutum
		Yubi-filha de Aruká com Boropó	Juma Taravé
			TOTAL=3
Pairon	Arara		
			TOTAL=1
Warina-pai	Mutum		
		Kunhembé-filha	Mutum
			TOTAL=2
Bokara	Arara		
			TOTAL=1
Uká (Godinho)	Arara		
			TOTAL=1
		TOTAL	GERAL=26

Obs.: Boreá Juma-grávida, Mandei Juma-grávida; Maitá Juma grávida

Quadro 6 - Aldeia do Trancheira – Grupo Amondawa – divisão por casas

HOMENS	METADE	MULHERES	METADE
Boajub-pai	Arara	Kuñamjibu-mãe	Mutum
Botuto-filho	Arara	Boropeí-filha	Arara
Tangai-filho	Arara	Kunâte-irmã do pai	Arara
			TOTAL=06
Purap-pai	Arara	Manda-mãe	Mutum
Arikã-filho	Arara	Borep-filha	Arara
Tangai-filho	Arara	Rita-filha	Arara

		Tapé-filha	Arara
			TOTAL=07
UKÁ-PAI	Arara	Ñbu-mãe	Mutum
Puré-filho	Arara	Tarep	Arara
Tangai-filho	Arara		
			TOTAL=5
Tari-pai	Mutum	Mandei-mãe	Arara
Kuari-filho	Mutum		
Kuembu-filho	Mutum		
Biteté-filho	Mutum		
Jurip-filho(casado)	Mutum	Irá-nora	Arara
Paulinho-filho de Jurip	Mutum		
			TOTAL=08
Yñdu-pai	Arara	Boropó-mãe	Mutum
		Borep-filha	Arara
		Juvi-filha	Arara
			TOTAL=04
Payajub-pai	Arara	Boreá-mãe	Mutum
Erovak-filho casado	Arara	Baitá-nora	Mutum
Poruá-Genro	Mutum	Mandei-Filha casada	Arara
Avip-neto filho de Erovak	Arara		
David-neto filho de Mandeí	Mutum		
Awapur-neto filho de Ajibu	Mutum		
			TOTAL=09

Puruem-pai	Mutum	Ajibu-mãe	Arara
Baira-filho bebê	Mutum		
Kuembu-filho	Mutum		
			TOTAL=04
Mohã-pai	Mutum	Tibi(Djaté)1ª esposa	Arara
		Juvé 2ª esposa	Arara
Pureí-filho	Mutum		
Unji-filho	Mutum		
Kajuvi-filho	Mutum		
Buri-genro	Arara	Boroab-filha	Mutum
Juvipa-sobrinho(filho do irmão Paieron,viúvo)Tibi o está criando	Mutum		
			TOTAL=10
Paieron-pai	Arara	Mandu-mãe	Mutum
Tebu-filho	Arara	Boxi-filha	Arara
Puré-filho	Arara		
Tangip-casado com sobrinha	Arara	Tuavé-sobrinha órfã de mãe(casada com Tangip)	Mutum
			TOTAL=06
Vaepá-pai	Mutum	Mandei-mãe	Arara
Lucas –filho	Mutum	Poteí-filha	Mutum
			TOTAL=04
Burbura-pai	Arara	Kunâpó-mãe	Mutum
Puré-filho	Arara	Jibitai-filha	Arara
Tebu-filho	Arara	Juvi-filha	Arara

			TOTAL=06
			SUB-TOTAL=69

SOLTEIROS

HOMENS	METADE	MULHERES	METADE
Mongta-pai Bovivara e mãe N/T	Arara	Kuñate-pai Movivara e mãe Kuñapó	Arara
		Tuavé-pai Boava e mãe Ymã	Mutum
			TOTAL=3
		TOTAL	GERAL=72

4.1. A Educação Escolar

Na história de relações entre o Estado Brasileiro e os povos indígenas no Brasil, pode-se reconhecer duas tendências: a da dominação, por meio da integração e homogeneização cultural, e a do pluralismo cultural.

Só com a Constituição Federal de 1988 pôs-se fim à idéia integracionista, que perdurou desde o período colonial até o final dos anos 80.

Era uma política que reconhecia a diversidade das sociedades indígenas, mas acreditava que com a incorporação dos índios à sociedade nacional, tornando-se brasileiros, ao abandonarem a própria identidade, desapareceria a diferenciação étnica.

Ao pensar uma “escola para os índios” o Estado Brasileiro visava a homogeneização, onde se deveria transmitir os conhecimentos valorizados pela sociedade de origem européia. Haveria a preocupação com a língua indígena apenas no sentido de servir como uma tradução para facilitar a aprendizagem da língua portuguesa e de conteúdos valorizados pela cultura nacional.

Nos últimos anos da ditadura militar, começou um grande movimento de reorganização da sociedade civil, fruto de uma mudança que vinha ocorrendo desde a metade dos anos 70, quando setores da população brasileira se mobilizaram para a criação de entidades de apoio e colaboração com os povos indígenas cujas comunidades passam a se reorganizar para fazer frente às ações integracionistas do Estado Brasileiro, superando o processo de dominação e a sua depopulação.

A partir desses acontecimentos ocorreu mudanças importantes para a afirmação dos direitos indígenas. Estabelece-se uma articulação entre as sociedades indígenas e organizações não governamentais e abre-se espaços políticos e sociais para que se imponha a questão indígena no Brasil.

Hoje no *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*, reconhece-se a relação da educação com o direito dos povos indígenas apresentarem suas várias culturas, experiências sociais e políticas e os problemas decorrentes do seu contato com a sociedade mais ampla. Dentro desse panorama de luta por direitos humanos e sociais é que começou a pensar-se numa *escola para os índios*. Estavam instaladas as idéias de oposição à política educacional governamental de base integracionista, sucedendo-se a partir dos anos 80 os projetos alternativos de educação escolar indígena. (RCNE/Indígena 1998)

4.2. A legislação brasileira e a educação escolar indígena

A legislação brasileira anterior à **Constituição de 1988** orientava-se pela assimilação e integração dos povos indígenas à “comunhão nacional” através de processos legais e formais ou de maneira espontânea, entendendo-os como uma categoria fadada à extinção. A educação também dava respaldo a essa política, tratando todos os brasileiros como iguais visando a construção de uma igualdade, étnica, cultural e lingüística.

Hoje, no Brasil revela-se a sobrevivência das diferenças culturais após quinhentos anos de tentativas de aculturação em que abandonou-se a previsão de desaparecimento físico e cultural dos povos indígenas: *Hoje, é certo que eles não são apenas uma referência no nosso passado, mas que farão parte do nosso futuro.* (RCNE/Indígena 1998 – 31)

4.2.1. A Constituição Federal

Aos índios foi reconhecido pela Constituição de 1988, o direito e a prática de suas formas culturais próprias, estabelecendo um quadro jurídico novo para a regulamentação das relações entre Estado e sociedades indígenas contemporâneas, rompendo uma tradição de quase cinco séculos de política integracionista.

De forma que sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas por eles são reconhecidos, tendo a União a competência de demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens, através da Constituição, no **Título VIII “Da Ordem Social”** que contém um capítulo denominado **“Dos Índios”**.

Foi aberta a perspectiva da afirmação de seus valores culturais aos povos indígenas ao entrar em vigor o texto constitucional. Há a garantia do Estado em contribuir para a reafirmação e a valorização de suas culturas e línguas e não a existência transitória dessas populações.

Na relação entre Estado e povos indígenas procura-se preservar a unificação de procedimentos. Para isso a Constituição mantém no Artigo 22, inciso XIV, a competência privativa da União de legislar sobre essas populações. Quanto às comunidades indígenas, é assegurado, pelo Artigo 210, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem no Ensino Fundamental regular, garantindo a prática do ensino bilíngüe em suas escolas. As manifestações culturais indígenas, no Artigo 215, passam a ser protegidas pelo Estado que assume, para tanto, tal dever.

4.2.2. Os Decretos

A competência para integrar a educação escolar indígena nos sistemas de ensino regular foi atribuída ao MEC pelo Decreto Presidencial nº 26, de 1991. Cabendo ao MEC a coordenação das ações referentes às escolas indígenas em todos níveis e modalidades de ensino. De acordo com esse mesmo decreto, cabe às secretarias estaduais e municipais a execução dessas ações segundo as diretrizes traçadas pelo MEC. A educação escolar indígena pôde se beneficiar, em decorrência desse mesmo decreto, de todos os programas de apoio mantidos pelo MEC e pelas secretarias estaduais e municipais de educação.

As ações e as formas de como o MEC irá assumir as novas funções são definidas pela Portaria Interministerial nº559/91 que prevê a criação do Comitê de Educação Escolar Indígena, para prestar-lhe apoio técnico e oferecer-lhe os subsídios necessários. Foi reafirmado no Decreto nº1.904/96, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos, o reconhecimento dos direitos educacionais específicos dos povos indígenas.

4.2.3. A Lei de Diretrizes e Bases

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 vem complementar a legislação educacional emanada da Constituição de 1988. A LDB em seu Título VIII – “das Disposições Gerais”, Artigos 78 e 79, trata especificamente da educação escolar indígena.

O Artigo 78 determina que é ao Sistema de Ensino da União, juntamente com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios a quem caberão desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para poder oferecer educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas.

Os objetivos seriam: “1º) proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências; 2º) garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias”.

O artigo 79 afirma que “a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa”. Estabelece que as responsabilidades originárias da União devem ser compartilhadas com os demais sistemas de ensino, determinando procedimentos para o provimento da Educação Escolar Indígena. Salienta que os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

Os objetivos nesse Artigo são: “1º fortalecer as práticas sócio culturais e a língua materna de cada comunidade indígena; 2º. manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; 3º. desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; e 4º. elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado”.

4.2.4. Comentários sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (pelo RCNE/1998)

Há na LDB uma explicitação clara sobre as responsabilidades e especificidades da educação escolar indígena. Há também outros dispositivos que possibilitam que a escola indígena defina seu projeto pedagógico, não só estabelecendo sua forma de funcionamento, mas os objetivos e os meios para atingi-los.

No Artigo 26, na elaboração do currículo, a LDB enfatiza que devem ser consideradas importantes as “características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” de cada escola para que se possa alcançar os objetivos do ensino fundamental. Na educação diferenciada para as escolas indígenas não é suficiente apenas ensinar os conteúdos na língua materna, mas também a inclusão de conteúdos curriculares indígenas. A elaboração dos currículos vista como um processo sempre em construção se faz em sintonia com a escola e a comunidade indígena, sob a orientação desta.

No Artigo 23 é tratada a diversidade na organização escolar, poderá ser de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, períodos de estudos alternados, grupos não seriados por idade e outros critérios. O calendário escolar, que estabelece a LBD, deve adequar-se às peculiaridades locais, tais como climáticas e econômicas, independente do ano civil.

O Artigo 87, no parágrafo 3º, inciso III, trata da formação do professor. A Lei obriga a União, os Estados e os Municípios a realizarem programas de formação e

capacitação dos professores em exercício, inclusive com recursos à distância. No parágrafo 4º, diz que até o fim da Década, na Educação, só serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. Em colaboração com as comunidades e organizações indígenas, universidades, organizações não governamentais e órgãos do governo em várias regiões do Brasil, estão em curso, processos oficialmente reconhecidos de formação de professores índios. Neste mesmo tópico prevê a possibilidade de ser criado o curso superior específico para professores indígenas.

O Conselho Nacional de Educação, órgão normativo do Ministério da Educação, ainda deve regular dispositivos que poderão vir a ser necessário, apesar de todos dispositivos legais, mostrarem a extensão da especificidade e assegurarem uma grande liberdade de criação pelas coletividades envolvidas na construção da educação escolar indígena: nenhuma legislação específica poderá prever a diversidade de situações que poderão decorrer de fatores históricos e culturais vividas por essas inúmeras sociedades.

Por outro lado, o RCNE/Indígena admite que uma normatização excessiva ou muito detalhada pode inibir o surgimento de novas e importantes práticas pedagógicas e falhar no atendimento das particularidades desses povos.

4.3. Instrumentos internacionais relevantes para os povos indígenas

Já existem instrumentos internacionais importantes para a defesa dos interesses e direitos dos povos indígenas, alguns em vigência há vários anos e outros que em exaustivas discussões ainda não receberam a forma final de uma Declaração ou de uma Convenção.

A participação das lideranças indígenas nos “fóruns”¹⁹ internacionais cresceu em importância com atuações em que prestaram importantes denúncias sobre situações extremas a que muitos povos indígenas vêm sendo submetidos e também com apresentação de propostas de uma nova ordem em que se respeite o direito de se manterem como povos portadores de tradições próprias.

4.3.1. A convenção da OIT

Em 1957 A Organização Internacional do Trabalho (OIT) na *Convenção sobre a Proteção e Integração das Populações Aborígenes e outras Populações Tribais e Semi Tribais nos Países Independentes*, adota o primeiro instrumento internacional destinado para reconhecer especificamente os direitos mínimos dos povos indígenas.

Contendo 37 artigos, essa Convenção ficou conhecida como de nº 107. Estabelece a proteção das instituições, das pessoas, dos bens e do trabalho dos povos indígenas e reconhece o direito à alfabetização em línguas indígenas. Os Estados signatários devem adotar medidas contra o preconceito do restante da população nacional no que possa afetar a imagem e o direito dos povos indígenas.

Essa Convenção passou a ser criticada, a partir dos anos 70, pelo seu viés integracionista e por assumir que as decisões relativas ao desenvolvimento dos povos indígenas eram da competência dos governos e não das comunidades indígenas.

A Convenção foi revista e no final dos anos 80 deu origem a uma outra, a Convenção nº 169, a *Convenção sobre os Povos Indígenas e tribais em Países Independentes*, proclamada em 1989. Fundamentalmente reconhece caber ao povos indígenas a decisão sobre suas prioridades relativas ao seu desenvolvimento e participações nos planos e programas governamentais que possam envolvê-los.

¹⁹ “Foruns” – forma no plural “aportuguesada” pelo RCNE-Indígena do MEC. Forum, i nome neutro da segunda declinação latina tem como plural no neutro a forma “fora”. Seu amplo significado: foro, tribunal, praça pública, feira, mercado.

Ao contrário da Convenção anterior, nesta, os povos indígenas vêem o reconhecimento da sua diversidade étnico-cultural, respeitada em todas as suas dimensões. No que se refere ao âmbito educacional, os povos indígenas, na Convenção, têm prevista sua participação na formulação de programas de educação, o direito de criarem suas próprias instituições, meios de educação, o de alfabetizarem as crianças na sua própria língua e na língua oficial do país em que vivem.

Até o presente momento, no Brasil, esta convenção ainda não foi ratificada, está em discussão no Congresso Nacional.

4.4. O movimento dos professores indígenas

Para não apanhar nas outras situações, nós temos vontade de saber o que se passa na sociedade envolvente. Por exemplo, a nova Constituição, nós temos que saber. Sebastião Duarte, professor Tukano, AM. (RCNE/Indígena, 1998-28)

Começaram a se estruturar, na década de 70, diferentes organizações indígenas com o objetivo de defesa dos territórios e luta pelos direitos. O movimento ganhou dimensão nacional com grandes reuniões organizadas pela União das Nações Indígenas – UNI. A partir daí formam-se outras organizações indígenas de representação mais regional ou étnica, estruturam-se associações e organizações de professores e de agentes de saúde indígenas e por fim, intensificaram-se os encontros com as discussões sobre a educação escolar desejada onde foram produzidos documentos que expressam as reivindicações e os princípios de uma educação escolar indígena de forma diversificada por região e por povo, criticando o modelo de escola já existente.

4.5. . Posição atual da educação indígena no Estado de Rondônia.

A educação escolar indígena de Rondônia, desde 1967, com a criação da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, tinha o atendimento de suas escolas por

responsabilidade desse órgão. Até ser assinado e publicado em 14 de fevereiro de 1991 o **Decreto Nº 26, da Presidência da República, que transfere para o Ministério da Educação** e, portanto para as suas parecerias naturais, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, a competência com relação à definição da educação escolar indígena na qual a FUNAI teria um papel supervisor. Este fato ocasionou um jogo de empurra-empurra. (Taukane, p.125-126, 1996)

Darlene Taukane foi quem pôde localizar e apresentar tal problema por ter toda uma vivência na educação indígena, por ser índia, aluna e professora, e assim poder dar uma contribuição com um estudo sobre a educação escolar do seu povo, os Kurâ-Bakairi, na sua Dissertação de Mestrado “Educação Escolar entre os Kurâ-Bakairi,(Taukane, 1996). Taukane relata todo o processo histórico da sua aldeia com a educação: a escola oficial de 1942 a 1982 e é partir daí que os Bakairi assumem a sua própria escola.

Taukane relata que com o avanço da educação indígena escolar em função das suas lutas, e, por outro lado, com as mudanças conjunturais em termos do Brasil e sua política indigenista novos dilemas surgiram.

Os índios viram suas escolas não mais atendidas pela Fundação Nacional do Índio, mas pelas Secretarias Estaduais que contariam com a colaboração das Secretarias Municipais. De início, por desconhecerem as novas regras estabelecidas, os professores indígenas não souberam a quem recorrer: se dirigiam à FUNAI, esta alegava que a questão da educação havia passado para o município, e este, inicialmente, dizia nada saber, ou que a Prefeitura Municipal não era o órgão responsável pelo índio.

Esse estudo sobre a Aldeia do Alto Jamari que está localizada na área do município de Campo Novo de Rondônia, mas que vinha sendo atendida pela FUNAI na Casa do Índio em Porto Velho, que é um outro município, poderá explicar a omissão da educação escolar nesta aldeia. Isto decorre do fato de que a área indígena Uru-Eu-Wau-Wau e suas diversas aldeias estão localizadas em duas macro-regiões, no relevo central

do Estado de Rondônia, abrangendo os municípios de Guajará-Mirim, Costa Marques, Nova Mamoré, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro, Cacaulândia, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra, Jaru, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé e Seringueiras.

Uma das respostas sobre a omissão da educação escolar para os Uru-Eu-Wau-Wau da Aldeia do /Alto Jamari seria o fato da aldeia *estar localizada na área do município de Campo Novo de Rondônia e ser atendida pela FUNAI na casa do índio de Porto Velho*, que pertence a um outro município. De forma que o grupo, até recentemente, não teve praticamente nenhum contato com a Prefeitura do Município.

4.6. A Organização dos Professores Indígenas de Rondônia

A educação indígena no Estado Rondônia, começa a ser decidida na prática, pelos próprios envolvidos, os índios, a partir do dia 19 de março de 2000, quando foi criada a **Organização dos Professores Indígenas de Rondônia – OPIRON**, na II Assembléia de Professores Indígenas de Rondônia.

A trajetória desse acontecimento pôde ser acompanhada por mim numa sucessão de acontecimentos, a partir de final de setembro de 1999, ocasião em que me vi envolvido, quando pela primeira vez a liderança dos URU-EU-WAU-WAU do Alto Jamari me convidou para acompanhá-los e participar de um encontro promovido pela CUNPIR.

Este encontro foi intitulado: **Reunião das Lideranças Indígenas com PPTAL/GTZ**, no período de 28 e 29 de setembro de 1999, em Humaitá/AM, cidade situada no limite do estado do Amazonas com Rondônia, cuja Pauta era: Analisar a Proposta de Demarcação Física das Áreas Indígenas: JIAHOI, ESTIRÃO GRANDE, TORÁ MURA, JUMA e outras.

Os Uru-Eu-Wau-Wau levaram-me por temerem não entender bem o teor da reunião, e mais que tudo, temiam que ao decidirem a demarcação das terras dos Juma, tomassem-lhes suas esposas Juma, já que as três únicas jovens que restaram da

população Juma, juntamente com o pai, os quatro, totalizando toda a população Juma, estavam casados, tanto pai como filhas, com membros da população Uru-Eu-Wau-Wau, motivo pelo qual tinham se mudado para a aldeia do Alto Jamari, embora ansiassem por rever e reaver suas terras.

4.7. A CUNPIR- Coordenação da União das Nações Indígenas e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas

Tem o mérito de ser a primeira grande organização indígena de Rondônia, composta inteiramente por representantes indígenas. É uma entidade representativa de cerca de 42 povos indígenas de uma vasta região compreendendo os povos de Rondônia e das regiões próximas nos estados circunvizinhos, em que o atendimento às aldeias indígenas dessas localidades, pela maior facilidade de acesso, tornara-se mais viável de ser feito pela FUNAI de Porto Velho, do que pelos estados de origem.

Posteriormente, ao participar de outros encontros dos povos indígenas, promovidos pela CUNPIR, pude observar sua eficiência na organização dos eventos, no que se referiu ao deslocamento, aos alojamentos, à organização do calendário, à discussão de todos os assuntos colocados em pautas e suas soluções e, até, à captação de recursos.

Apesar da CUNPIR estar promovendo a reunião, cabia à PPTAL sanar algumas dúvidas junto às lideranças, pois este órgão, **uma organização não governamental de origem alemã**, é que estava dispondo dos recursos para essa demarcação. Estabeleceu-se, então, um acordo em relação aos problemas dos Juma: a PPTAL disporia dos recursos necessários para uma expedição dos membros e acompanhantes, somando no máximo 15 pessoas e com prazo de no máximo um mês, ou seja até 15 de novembro de 1999, porque, após tal data, as estradas, devido às chuvas, não mais estariam em condições de tráfego. Seu interesse maior era o de não ter que responsabilizar-se por uma demarcação de área sem a população dentro, pois temia que algum proprietário de terras, próximas, entrasse com algum recurso sob essa alegação e comprometesse o andamento das demarcações de outros povos.

Tomadas todas as decisões, nos dias subsequentes após o encerramento desse encontro, os entraves começaram a aparecer. Os recursos para a expedição seriam liberados mediante um orçamento, que não foi entregue e nem sequer feito no prazo hábil. Tomei conhecimento de tal situação quando me dirigi à sede da CUNPIR para informar-me sobre o andamento das providências para a expedição, pois estávamos em vésperas da data estabelecida.

Se não houve a expedição, ao menos, recebi um convite para participar, logo no dia seguinte, do **Primeiro Seminário dos Professores Indígenas de Rondônia** onde se discutiriam os temas centrais que eram: **Proposta de Criação de uma Organização dos Professores Indígenas de Rondônia e Proposta de Criação de um Conselho Estadual de Educação Indígena Paritário.**

Esse grande encontro monopolizava toda a atenção dos dirigentes da CUNPIR era inútil chamar a atenção para o problema anterior, que tinha me levado até lá.²⁰

Por outro lado, percebi instantaneamente o quão importante era esse seminário, o quão alienado eu poderia estar em relação à educação indígena de Rondônia em termos reais. A partir daquele momento é que fui tomar consciência de não haver qualquer tipo de organização para estes professores e quão omissa poderia estar tornando-se a minha monografia de mestrado, em relação à educação indígena em geral, pois até o momento, nos tópicos em relação à educação formal indígena, eu estivera restrito, apenas, ao seu aspecto descritivo, observando tão somente o que, até então, tinha sido feito em relação a essa educação pela sua literatura e, no máximo, preocupado com a ausência, insistentemente prolongada, da escola na aldeia do Alto Jamari.

Bastou um convite desses índios para eu acompanhá-los até Humaitá. Foi quando tive o primeiro contato com a CUNPIR, conseqüentemente agora participando de um

²⁰ Tanto é que o projeto orçamentário só acabou sendo feito recentemente, 18 de fevereiro de 2000, quando o chefe de posto da Aldeia do Alto Jamari me procurou, trazendo um levantamento de custos e elaboramos o projeto.

evento gerenciado pelos próprios índios. O que proporcionou, mais tarde, minha ida pela primeira vez à sede da CUNPIR e, em decorrência, ter percebido em que pé estava a situação dos professores indígenas, sem uma organização para representá-los.

Por não ter uma representação própria, pude observar, posteriormente, ao longo do seminário, que muitos professores índios estavam trabalhando sem receberem remuneração e a situação agravava-se por suas comunidades não estarem recebendo repasses de recursos relativos à educação, principalmente dos municípios a quem pertenciam, isso por não contarem com qualquer tipo de organização ou associação. Situação em que não se encontram muitos dos chamados *atores institucionais que se preocupam* com a educação indígena.

A partir disso, tive que cair numa atividade prática e útil, já que estava me envolvendo com a educação indígena, e isso era muito mais do que decidir dar um novo rumo à minha dissertação de mestrado. Em consequência, tive que retomá-la totalmente. Agora, reconduzido pelos índios com quem estava trabalhando e não mais pela literatura oficial sobre o assunto.

Assim foram os próprios índios quem colocaram-me em um caminho que conduziu-me à realidade da sua educação e como ela poderia verter-se para dentro da aldeia do Alto Jamari, tanto que no seminário, onde compareceram todos os professores representantes de todas as aldeias indígenas do Estado, se houve algum representante dos Uru-Eu-Wau-Wau, esse representante acabou sendo eu, não só dos Uru-Eu-Wau-Wau do Alto Jamari, mas de todas as suas aldeias. Na verdade é que esse povo acabou não sendo comunicado, ou não entendendo a importância desse encontro. Portanto, graças à minha ida casual à sede da CUNPIR, soube desse encontro e acabei por receber um convite formal e, desde o início, por solicitação da comissão, tive que envolver-me em tarefas, necessárias para a condução do seminário, tais como ajudar a secretariar o evento.

4.8. I SEMINÁRIO DOS POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA

Data: de 11 a 13 de Outubro de 1999

Local: CAP Km 14 BR 364 - Porto Velho-RO

ORGANIZADOR: *CUNPIR – Coordenação das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas.* Email: cunpir@enter-net.com.br. Telefax☎(069) 2103798

Esse seminário foi aberto propondo a seguinte pauta:

1. Abertura do I Seminário dos Professores Indígenas;
2. Apresentação dos Professores Indígenas e dos Convidados;
3. Aprovação da Pauta;
4. Informe Geral do Encontro da COPIAR
(Sr. Valmir Parintintin, Nelson Karitiana e Jadir Macuxi).
5. Informe Geral do andamento do processo de Educação Indígena em nível nacional; (Sr. Jadir Macuxi).
6. Proposta de Criação de uma Organização dos Professores Indígenas de Rondônia;
7. Proposta de Criação de um Conselho Estadual de Educação Indígena Paritário.
8. Avaliação
9. Outros

Essa nona pauta foi preenchida com uma proposta de criação de uma comissão para discutir o **Projeto Açaí** junto à secretária do Estado.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, complementa-se a legislação educacional emanada da Constituição de 1998 em que o seu Título VIII – “Das Disposições Gerais”, Artigos 78 e 79, A LDB trata especificamente da educação escolar indígena.

Com relação à formação do professor, de acordo com a Lei, em seu Artigo 87, Parágrafo 3º, Inciso III, a União, os Estados e os Municípios são obrigados a realizar programas de formação e capacitação de todos os professores em exercício, inclusive com recursos de educação à distância.

Há um prazo estabelecido. No parágrafo 4º do mesmo artigo estabelece-se que no final da Década, na Educação, só serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. O que ocasionou estar em curso, em várias regiões do país, processos oficialmente reconhecidos de formação de professores índios. No caso de Rondônia implantou-se o **Projeto Açaí**, para formação de professores indígenas em nível de magistério.

Para a aprovação do Projeto Açaí, obteve-se recursos apenas para o primeiro módulo, que foi cursado pelos professores indígenas. Para os demais módulos necessitava-se de um novo processo para a obtenção de novos recursos.

Os recursos para o segundo módulo acabaram não vindo, por calhar justamente com a mudança do Governo do Estado e por conseguinte: com a nomeação de novos servidores para os cargos de confiança. Assim aconteceu com a Secretaria de Educação do Estado - SEDUC e ao órgão responsável à educação indígena vinculado a esta secretaria, o NEIRO.²¹

A nova coordenação empossada ao pretender fazer reformulações nos projetos em andamento, incluindo entre esses o Projeto Açaí, que já era um projeto aprovado, acabou cometendo um atraso no tempo hábil para a obtenção de recursos para os próximos módulos. O entrave acabou acontecendo de maneira inesperada, quando o recurso financeiro já estava disponível, acabou sendo vetado pela Procuradoria Geral do

²¹ NEIRO – Núcleo de Educação Indígena de Rondônia, criado em 05/04/93. Composto pelos seguintes órgãos. Secretaria Estadual de Educação e Cultura-SEDUC; Universidade Federal de Rondônia-UNIR; Conselho Indigenista Missionário de Rondônia-CIMI/RO e Fundação Nacional do Índio-FUNAI; entre outros.. Tem como objetivo propiciar trabalhos interinstitucionais para cooperar na formulação de projetos e dar condição de uma política de educação indígena no Estado de Rondônia.-

Estado por não constar no processo a documentação da liberação do espaço com seu orçamento, onde seria ministrado o curso. A dificuldade de conseguir locais adequados foi não conseguir agendá-los, por tantos dias e para tantas pessoas, na última hora.

A impossibilidade da continuidade do curso de formação, que a maioria dos presentes estava cursando, instalou tal ansiedade no seminário que comprometeu as discussões das demais pautas.

Começou a crescer um total descrédito nas instituições governamentais por parte dos professores índios. Ainda mais: a CUNPIR, mediante o sucesso desse seminário, acontecendo ali nas excelentes instalações da CAP²², – reunindo mais de cem pessoas, bancando as passagens, as refeições, os alojamentos, comprovava ser mais eficiente na obtenção de verbas de organizações não governamentais, incluindo estrangeiras, do que todas instituições governamentais envolvidas.

Todos perceberam estar aí um indício para futuras soluções para seus problemas. Mas urgia que se tomasse uma iniciativa para uma solução do problemas imediato. Até aquele momento, não se sabia qual o motivo que tinha provocado o entrave da continuidade do Projeto Açaí.

Rapidamente se formou uma comissão representativa dos professores indígenas para ir até à Secretária do Estado e trazê-la para dar explicações. Crescia um murmúrio de que era injustificável a ausência da maior autoridade em educação do Estado, num evento em que estavam reunidos professores de todo Estado, num setor importante da educação como a educação indígena.

Os índios tinham um trunfo importante como fator de pressão, era o de ter reunido a imprensa, em peso, para a cobertura da abertura desse seminário. Muitas reportagens pela televisão já saíam nos noticiários, na hora do almoço.

²² Centro Arquidiocesano de Pastoral –CAP, Br. 364, km 14, sentido PVH/Cuiabá

Sucesso no empreendimento.

Conseguiram trazer a Secretária de Educação do Estado que, após o almoço, pessoalmente, dava respostas às perguntas formuladas pelos índios, e mais, garantiu que haveria o próximo módulo, depois que resolvesse questões puramente burocráticas para a liberação do curso.

Não houve a aprovação do módulo²³.

Teve que ser desmarcada a Assembléia Geral para a constituição da Organização dos Professores Indígenas que aproveitariam o deslocamento para o curso para se reunirem, pois eles próprios não tinham condições financeiras para bancarem a própria passagem e estadia. Investigando, junto aos agentes pertinentes, detectei o porquê da não realização do curso pelo Projeto Açaí, conforme relatei em parágrafo acima.

Durante o decorrer do Seminário pude notar e anotar a predominância do discurso do índio, já que os participantes não índios eram em número muito reduzido. Nem todos os convites foram atendidos.

Assim pretendo fornecer uma breve exposição das idéias levantadas pelos índios presentes, não só em relação à educação, mas aos demais problemas que têm enfrentados ao longo do convívio com a cultura dos não índios:

Jadir Macuxi, uma das lideranças da **COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas Amazônicas do Brasil**, organização na qual a CUNPIR estava filiada e o havia convidado especialmente para esse Seminário:

-Se a Secretária não comparecer é porque ela não tem compromisso com a educação. – Ao comentar a ausência da Secretária da Educação.

Antenor Karitiana, presidente da CUNPIR e líder dos índios Karitianas:

²³ A aprovação do II Módulo do curso do Projeto Açaí só viria a acontecer mais tarde e a Assembléia Geral foi realizada no ano seguinte, nos dias 18/19 de Março de 2000, nos dois dias iniciais do curso.

-Quem vai apoiar nossas idéias se nós não tiver organização.- Ao referir-se à criação de uma comissão para a Assembléia Geral para criar a Organização dos Professores Indígenas.

Joel Oro Naó, professor : *-Branco tem experiência, quando aparece recurso corre atrás. Índio permanece na aldeia.*

-Branco hoje tá contigo, amanhã tá em outro lugar e nós estaremos sempre na nossa aldeia.

-Saúde e Educação, sem isso nós não é nada.

-Nós professores somos armas do nosso povo.

Jadir Macuxi:

-Nós índios sabemos como criar um filho. Sempre soubemos.

-Nós não podemos ser daquele sabido burro. -Ao referir-se a uma liderança indígena vizinha de sua área que demarcou a própria área em forma de ilha. Para tirar uma palha para cobrir a própria maloca tem que atravessar áreas de outros.

Antenor Karitiana:

-Quando a gente luta não é pelo limitado. Quando nós defende passarinho não é só de Rondônia não.

Jadir Macuxi:

-O professor indígena é um professor pesquisador.

Antenor Karitiana:

-Antigamente derrubar com machado de pedra era esporte, nós fazia com alegria, nós queria ver quem derrubava mais. Ao comparar a educação com a preparação de suas roças.

Joel Oro Naó:

-Na região do Guajará Mirim, nos nossos 23 professores, no início do nosso trabalho, não tínhamos experiência, fomos adquirindo aos pouco. (...) Estamos pensando em criar um conselho de professores local, pois Guajará é um lugar difícil e distante. (...) no Amazonas a Educação Indígena está avançada porque? Por que criaram suas organizações, com isso teremos força e autonomia.

Jadir Macuxi (em resposta)

-Qualquer anormalidade que acontecer não tenham medo, pois temos uma organização que responde, apoia as lutas e o direito de vocês, não queremos que nenhum estado fique para trás. (...) O nosso trabalho é ouvir, anotar e repassar ao Apoio das Escolas Indígenas no MEC, em Brasília,(...) hoje a maioria dos funcionários não estão assumindo a causa, os mesmo devem ser mudados.

4.8.1. As Organizações de Apoio

A presença de Jadir Macuxi que veio de Manaus para assessorar o Seminário causou imenso impacto nos professores indígenas presentes. Não esperavam encontrar um *parente* no estágio em que estava o Macuxi, em nível de formação e atuação.

Atualmente Jadir está Atuando como Secretário Geral da COIAB-Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Entre as suas atribuições Jadir tem, também, a de ser Vice Presidente do Conselho Indígena do Estado do Amazonas e é Membro do Comitê de Educação Escolar do Mec.

Através da COPIAR-Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, hoje COPIAM-Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas que nasceu em dois estados em um movimento em 1992 com 38 professores indígenas participando, hoje incluem-se 9 estados. O encontro da CUNPIR com a COPIAR aconteceu em Agosto de 1999, em Manaus, com o objetivo de incluir os Professores Indígenas de Rondônia na organização, nascendo aí a idéia de uma organização dos professores em Rondônia. O próximo encontro ficou agendado para Setembro de 2000.

4.9. II ASSEMBLÉIA GERAL DE PROFESSORES INDÍGENAS DE RONDÔNIA-18/19/MARÇO/2000

Nesta II Assembléia já houve a participação da Boropó Uru-Eu-Wau-Wau da Aldeia do Alto Jaru, Mandei Amondawa e Arikã Amondawa, estes dois últimos pertencentes ao sub-grupo Uru-Eu-Wau-Wau, denominado Amondawa, todos cursando o Projeto Açaí.

Na verdade a 1ª Assembléia foi intitulada de 1º Seminário. Posteriormente com a aprovação do 2º Módulo do Curso de Formação em Magistério dos Professores indígenas pelo Projeto Açaí, nos dois primeiros dias, convocou-se a II Assembléia Geral com a seguinte Pauta:

1. Informes
2. Debate sobre a criação da Organização dos Professores de Rondônia.
3. Discussão sobre o estatuto (em grupo).
4. Aprovação do estatuto em plenário.
5. Eleição da Coordenação
6. Debate sobre o Conselho Escolar Indígena (Paritário).
7. Encaminhamentos.
8. Avaliação.

A contribuição da CUNPIR foi fundamental. Como toda a coordenação desse órgão é composta por representantes das lideranças indígenas que vivenciam os problemas dos seus parentes nas aldeias. Por tal razão não mediram esforços em organizar os professores, no que demonstraram um nível elevado de eficiência, graças à assessoria da COPIAM, dada por Jadir Macuxi, agora continuando a assessorar, também, como Secretário Geral da COIAB.

Se os professores indígenas de Rondônia ficaram impressionados com o trabalho e a atuação junto à causa indígena pelo Jadir, que demonstrou não haver, para o índio, fronteiras políticas entre os estados, não menor impressão causou Chiquinha Parecis, índia e representante da educação indígena de Mato Grosso, convidada para esse encontro.

A Chiquinha expôs como está o trabalho da Educação Indígena em Mato Grosso:

“Conseguimos colocar nossas preocupações a nível de Estado no Mato Grosso., com a criação do 1º Conselho de Educação Indígena de Mato Grosso que está dentro das instâncias governamentais. Nele há representantes das organizações governamentais e não governamentais que atuam na Educação indígena, como as ongs: CIMI, OPAM. Há duas vagas para as organizações não governamentais.” (Assembléia, 18 de março de 2000)

Chiquinha trouxe ao conhecimento dos organizadores do encontro, assim como ao conhecimento dos professores, que o CEI-Conselho de Educação Indígena, consegue se impor, atuando como assessor pedagógico e que delibera todas as ações do Estado e municipais. Caso a prefeitura vá realizar algum projeto, tem que passar pelo Conselho que tem representantes indígenas e do Município. *“Há discussões que obrigam até secretárias que têm visão atrasada a mudar”*.

Revela, ainda, que todos os seus membros estão em processo de aprendizagem, nos processos de gerenciamento das políticas públicas: *“O Daniel Cabixi, é o meu mestre, foi quem me colocou no caminho do Movimento Indígena, me fez tomar conhecimento das lideranças tradicionais do nosso povo e com eles continuo aprendendo.*

Em relação ao Conselho, frisou a importância que este tem na decisão de se reconhecer as escolas indígenas e autorizá-las. Chiquinha, com o objetivo de estimular os professores indígenas em relação à criação de um Conselho Indígena Paritário em Rondônia, trouxe as seguintes informações: que: o Conselho Indígena do Estado de Mato Grosso foi criado pelo decreto Nº 265 de 20 de Julho de 1995, sendo um órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento técnico, cuja finalidade principal é promover o desenvolvimento das ações referentes à educação escolar indígena em todos os níveis e modalidade de ensino.

Sobre as dificuldades, estas não eram muito diferentes do que se encontrará em Rondônia. Em Mato Grosso, o Conselho Indígena foi criado sobre o Conselho Estadual. Na época lá existia o NEIRO- Núcleo Escolar indígena onde só tinha branco. *“Quando entrava um governador que não gostava de índio acabava.”*

O panorama em nível de Estado mudou, quando se elegeu para governador Dante de Oliveira, que na época da sua campanha recebeu uma carta de uma liderança indígena expondo todas as agruras que o seu povo estava sofrendo. Depois de eleito convocou todas as lideranças e firmou acordos.

O primeiro foi reativar a Coordenadoria de Assuntos Indígenas que estava há oito anos fechada. Começou a mudar a legislação em nível nacional e a partir do momento que a educação indígena foi para o MEC, correu o boato que as escolas iriam para o Estado. Dante no seu primeiro mandato propôs a criação do curso de formação de professores. Com a reforma que o governo fez com a educação, conseguiu a presença do índio no Conselho Estadual de Educação. A Resolução 03 conseguiu a estadualização das escolas indígenas e estabeleceu que quem decide é a comunidade.

Foi quando Chiquinha passou a atuar, também, como representante indígena do referido Conselho, onde atualmente luta para conseguir a carreira de magistério para o professor indígena. Com a reforma da educação em nível de estado conseguiu garantir a continuidade do Conselho Indígena de Educação Escolar. Está discutindo o orçamento para a Educação Indígena, quer que o recurso venha separado, já que os recursos pela Fundepe têm um prazo para terminar.

Dentro de duas semanas, a contar a partir da data da Assembléia de Porto Velho, seria apresentado o Projeto de Formação Continuada em Cuiabá em nível de ensino universitário e estaria entregando em mãos do Governador o Projeto de Formação em 3º grau. Haverá vagas para indígenas fora do Estado. A Universidade de Mato Grosso assumirá os custos e a Universidade Federal dará apoio.

A intenção de Chiquinha, diante dessa extensa exposição sobre os avanços da educação indígena no Estado de Mato Grosso, era fazer com que os professores

indígenas de Rondônia, assim como os organizadores e os demais presentes, que estiveram de uma forma, ou outra, envolvidos com a educação indígena, atuassem como atores e tivessem consciência da própria responsabilidade ao estabelecer os novos rumos que a educação indígena deverá tomar no Estado, mesmo que calcados sobre modelos criados pelos que chegaram a um processo no qual houve a obtenção de conquistas só alcançadas em estágios gradativos.

No resultado final da eleição para a Coordenação da Organização dos Professores Indígenas de Rondônia-OPIRON, foi eleita uma mulher para o Conselho Fiscal, a professora Olívia Cabixi. Havia supremacia masculina, não só nos cargos eletivos, como também em relação ao número de professoras que era muito menor ao número de homens nesta Assembléia de Professores. O que fez a Chiquinha chamar a atenção para o fato de que levou vinte anos para chegar até onde chegou e que *ser mulher não tira a sua capacidade de ser índio*.

Ficou bem claro no discurso de Chiquinha Parecis aos professores indígenas de Rondônia que o objetivo final é promover o desenvolvimento da educação indígena em todas as modalidades de ensino, pois a atual política é ainda integrar o índio à sociedade nacional.

Jadir Macuxi tomou a palavra após a Chiquinha e disse ser importante todos compreenderem que o movimento da classe que está se iniciando em Rondônia está enriquecendo o movimento indígena assim como a presença de Chiquinha, e tanto ela como ele deixaram as suas bases comunitárias com o objetivo de apoiar essa assembléia.

Hoje Jadir diz estar pensando em nível nacional: além de sua base regional, hoje é membro do Comitê de Educação Escolar Indígena do MEC. Este ano deverá acontecer em Mato Grosso um seminário internacional de educação indígena:

“Queremos uma educação diferenciada, não inferior, mas de qualidade, - até o ano 2001 quem não tiver magistério não ficará em sala de aula - criar e também sustentar essa organização, que vai contar com todos os professores aqui presentes. Há várias organizações internacionais querendo ajudar nossas organizações indígenas. O Valmir Parintintin daí, secretário da CUNPIR é membro do Conselho Deliberativo da COIAB, a própria CUNPIR é uma organização membro da COIAB. Se a FUNAI, até hoje não contribuiu com a formação indígena, foi para não tomar o lugar deles. Porque o índio não pode passar da 4ª série?”
(Assembléia, 19/03/00)

Antenor Karitiana, coordenador da organização indígena local, a CUNPIR, e que presidia a assembléia, relatou que os quatro primeiros anos foram de dificuldades para a organização : *Hoje a CUNPIR está mantendo a FUNAI, dando combustível, arrumando carro para eles, vocês professores são nossa arma, nosso futuro.* (Assembléia, 19/03/00)

Valmir Parintintin secretário da CUNPIR e coordenador da comissão para eleger a Coordenação da OPIRON completou as palavras de Antenor:

Nesta sala em 1994 foi criada a CUNPIR, eu participei. Hoje estamos discutindo a criação da organização dos professores. Nós estamos envolvidos na política geral, tem que ter outras, não é só saúde e educação que existe. A CUNPIR servirá como apoio, no início com o fax, computador, telefone. (Assembléia, 19/03/00)

Zacarias Gavião concorda que: *Agora teríamos como buscar apoio, porque só nós na aldeia conhecemos de perto nossa dificuldade.*

Armando Jaboti

Pela primeira vez participo do curso, trabalho há cinco anos, parei três anos e hoje fico satisfeito de ver os parentes Macuxi e Parecis muito avançados na cultura do povo não índio, vocês de nível superior ajude nós para não ser interrompido, este curso deveria ter acontecido nas férias , atrasou as aulas das crianças 50 dias.

Não era acidental a presença do Jadir Macuxi de Manaus e da Chiquinha Parecis de Cuiabá, pois já haviam sido promovidos encontros, entre os estados, para estudar casos de aldeias indígenas, de povos que transitavam em dois estados, caso dos

Nambiquaras, dos Zorós com aldeia em Mato Grosso, cujo acesso era pelo Estado de Rondônia com atendimento também pelo Estado de Rondônia com cidades muito mais próximas, também dos Tenharim do sul do Amazonas que eram atendidos por Porto Velho.

Fernando Zoró tinha uma justificada preocupação ao perguntar se eles, povos do Mato Grosso, teriam recursos para fazer o curso, por isso discutiu-se a abrangência do Estatuto da Organização que estava para ser votado.

4.9.1. ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DE RONDÔNIA OPIRON

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO NA ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 19/03/2000 - Foi aprovada a sigla OPIRON como sigla de denominação.

No artigo 9º o professor José Roberto Macuxi propôs que a coordenação geral alterasse a sua composição, adicionando os cargos de Vice-Secretário e Vice - Tesoureiro em forma de suplência que só tomariam posse no caso do afastamento dos titulares. A proposta foi colocada em votação e aprovada com 75 votos a favor e 15 votos contrários.

No artigo 13 Valmir Parintintin colocou que o Vice-Coordenador não deveria assinar cheques. A proposta foi colocada em votação e aprovada pela maioria.

No parágrafo 15 Valmir Parintintin propôs que nesta assembleia fosse proposto os nomes dos coordenadores regionais.

No artigo 22 - Foi proposta a mudança de mandato para 3 anos, colocada em votação e aprovada.

No artigo 28 foi sugerido que se tirasse do artigo os termos “Membros da Coordenação Geral, colocado em votação e a sugestão foi aprovada.

No capítulo V, após o Artigo 29 foi inserido um parágrafo único com os seguintes termos: **Parágrafo único:** Os membros eleitos para a Coordenação Geral deverão continuar recebendo seus proventos regularmente das instituições em que estão vinculados, assim como manter seus direitos preservados. Os membros que estiverem ocupando um Cargo na Coordenação Geral e eventualmente não tiverem um contrato e sem receber qualquer remuneração, deverão receber ajuda de custo da OPIRON.

Foi estabelecida uma mensalidade de R\$5,00 (cinco reais) que será depositada na conta bancária da OPIRON. Os associados que estiverem sem contrato e sem receberem qualquer remuneração, estarão isentos da taxa de mensalidade.

INDICAÇÃO DOS NOMES PARA OCUPAREM OS CARGOS EM ELEIÇÃO.

A Assembléia Geral aprovou em votação a indicação de 3 pessoas por região para os cargos eletivos de acordo com o Capítulo IV, Artigo 20 e Parágrafo II do estatuto.

INDICADOS PARA A COORDENAÇÃO GERAL

1. (Marcelo) Mauro Cinta Larga
2. Antônio Suruí
3. Elizeu Oro Nao
4. José Roberto Jaboti
5. Wem Cacamim
6. Zacarias Gavião
7. Raul Tupari
8. Sebastião Gavião

FORAM ELEITOS

COORDENADOR GERAL- Elizeu Oro Nao- com 43 votos
VICE COORDENADOR- José Roberto Jaboti- com 18 votos
SECRETÁRIO- Marcelo Cinta Larga- com 15 votos
TESOUREIRO- Zacarias Gavião- com 12 votos

FICARAM COMO SUPLENTES

PARA VICE SECRETÁRIOI Raul Tupari
PARA VICE TESOUREIRO- Sebastião Gavião

Observação: Houve 1 voto nulo
Nenhum voto em branco

INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL

1. André Jaboti
2. Olívia Kabixi
3. Adenilson Gavião
4. Aline Jaboti
5. Josué Oro Nao
6. Francisco Zoró
7. Alexandre Makurap
8. Antônio Surui
9. Claudinei Gavião
10. Edmilson Oro Nao
11. Inácio Karitiana

FORAM ELEITOS

1. Olívia Kabixi- com 26 votos
2. Antônio Surui- com 13 votos
3. Claudinei Gavião- com 11votos
4. André Jaboti- com 10 votos
5. Inácio Karitiana com 9 votos

Observação: houve 1 voto nulo e 1 voto em branco

Nesta Assembléia a participação Uru-Eu-Wau

A pesar dos Uru-Eu-Wau-Wau não terem participado do primeiro encontro, pôde haver uma compensação nesse encontro da Educação que aconteceu paralelamente ao da Saúde e pela primeira vez pode-se dizer que os Uru-Eu-Wau-Wau estão avançando integrados com as demais comunidades indígenas de uma maneira organizada.

Isto devido a participação de três professores neste seminário da educação e no curso do Projeto Açaí para formação de professores indígenas em nível de magistério: a Boropó Uru-Eu-Wau-Wau da aldeia do Alto Jaru, a Mandei Amondawa da aldeia Amondawa do Trancheira e o Arikã Amondawa, também da aldeia do Trancheira. Em ambas aldeias, suas escolas, possuem suas cartilhas, apesar da divergência dos Amondawa com os restantes dos Uru-Eu-Wau-Wau, os trabalhos lingüísticos feitos com aqueles, beneficiaram os Uru-Eu-Wau-Wau.

4.10. A ESCOLA PARA OS URU-EU-WAU-WAU

Apesar de serem escassas as informações sobre as escolas já existentes nas aldeias dos Uru-Eu-Wau-Wau, consegui levantar alguns dados existentes junto à FUNAI e aos professores que estão cursando o Projeto Açaí.

4.10.1. PIN-LINHA 623: ESCOLA DA ALDEIA URU-EU-WAU-WAU DA LINHA 623

Não tem existência oficial.

Foi iniciada por Fred (Frithjof Müller), engenheiro florestal, atuando na área de saúde juntamente com sua mulher Annete Müller, enfermeira, ambos de nacionalidade alemã, com visto permanente.

Iniciaram pesquisa em 1997 colhendo dados fonéticos da língua Uru Eu Wau quando então os índios solicitaram que lhes ensinasse a ler e a escrever.

Entraram em contato com a lingüista Wany Sampaio da Unir que realizara um trabalho com o subgrupo Amondawa no PIN Trincheira onde chegaram à conclusão que os fonemas eram os mesmo, passando a discutir a ortografia.

Iniciou o trabalho de alfabetização de modo informal, na sua própria casa, na sala de estar que passou a servir tanto como escola como farmácia.

Elaborou uma cartilha na própria língua dos Uru-Eu-Wau-Wau, que hoje está numa segunda edição revisada

Ao entrevistar Fred e Annete, pude observar a cartilha que estão trabalhando, agora nesta 2ª edição revisada. Segundo me disseram, mudaram alguns fonemas e adequaram termos e construções que foram corrigidos pelos próprios alunos.

Não pude ter acesso a um exemplar da cartilha que tinha ido para a impressão. Examinei o original e Fred e Annete fizeram-me uma exposição do conteúdo. Sem o material em mãos e condições de anotar, procurei reter o máximo possível do que pude observar.

A metodologia adotada para a alfabetização é a partir do texto para a estrutura menor. O texto foi construído pelos próprios alunos e deles extraídas as palavras e as estruturas menores como as sílabas e as letras. Quanto aos fonemas na cartilha há uma chave de pronúncia das vogais e das consoantes da língua, com o objetivo de que o professor tome conhecimento da pronúncia

Cada vogal ou consoante é pronunciada como a existente em uma palavra que tenha essas letras em destaque. Como os trabalhos fonéticos e de ortografia, inicialmente, foram discutidos com a lingüista Wany Sampaio, que também elaborou

uma cartilha experimental bilingüe com os Amondawa, subgrupo Uru-Eu-Wau-Wau, - que optou por uma proposta em que o alfabeto é introduzido inicialmente - decidiram pelo emprego de seis vogais: “a,e,i,y,o,u”, o “y” representa o som intermediário entre o “i” e o “u”. Com as consoantes acham-se inseridos os sons “x” que se pronúncia como “ti” (como tia em português) “h” como a pronúncia do “r” inicial (rato), o “j” como “dia” (“dia” em português), o “mb”, o “nd”, ambos nazalizados.

A cartilha é na língua materna e somente no final há os textos com as traduções para facilitar ao professor não índio.(Entrevista, 01/04/00)

Atualmente estão trabalhando para terem monitores da própria aldeia, com um que já está se destacando entre os outros e poderia contribuir com a alfabetização dos demais. O problema é que ele deslocou-se para a Aldeia Jamari e sua irmã o reteve, impedindo-o, inclusive, de participar do curso de formação de professores, projeto Açaí, quando os membros da Associação Uru-Eu-Wau-Wau - Jupa’u foram buscá-lo.

Funcionamento da Escola:

1999 – Segundo o Dpto de Educação da Funai foi regular neste ano.

2000 –Prevista funcionar.

4.10.2 PIN ALTO JARU: ESCOLA DE LINHA

A escola da aldeia deverá se chamar JUPA’U

Instalação: Barracão Coberto de Palha

Professora: Paula – Menor de Idade, contrato emergencial que deveria ser renovado a cada período.

Desvinculou-se da Escola

Funcionamento nos anos letivos:

1998 - Boropó (Só contrato)

1999 – Boropó = Paula(não concluiu o ano letivo)

2000 – Boropó emergencial, desvinculada, mas está cursando o projeto Açaí de formação de professores indígenas ao nível de magistério.

4.10.3. PIN JAMARI: ESCOLA JA'Y

Foi criada pelo chefe de posto Mauro que conseguiu através do prefeito do Município Governador Jorge Teixeira com o Decreto N° 481/GP/99 do dia 22/02/99

Funcionamento:

1999 – professora dona Maria, habilitada com o magistério

2000 – sem professor.

4.10.4. – PIN TRINCHEIRA: ESCOLA AMONDAWA

Em 1994, a lingüista Wany Sampaio começou a desenvolver um trabalho de descrição da língua Uru-Eu-Wau-Wau com o objetivo de definir um alfabeto da língua e construir um material didático. O trabalho iniciou-se com informantes Uru-Eu-Wau-Wau do Alto Jamari, mas como o local da pesquisa era de difícil acesso, voltou-se para o grupo Amondawa onde encontrou melhores condições de trabalho.

Neste mesmo ano, o grupo Amondawa conseguiu que a FUNAI enviasse uma professora para sua aldeia. A professora não tinha experiência em educação indígena nem conhecimento da língua dos Amondawa. A antropóloga Vera Silva na sua dissertação de mestrado sobre a educação escolar Amondawa²⁴, relata que nessa época a professora permanecia na escola em períodos muito curtos, de 10 a 15 dias a cada dois meses por mais ou menos três anos, 1994,1995 e 1996.

²⁴SILVA, Vera da. **MBOKUAXIAN – Uma leitura etnográfica da Escola Amondawa**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Departamento de Ciências Sociais, do CFCH, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife 2000.

O Grupo teve, ainda, uma outra experiência escolar com um missionário inglês pertencente à ordem camboniana, que desenvolveu um trabalho em períodos curtos de 3 a 4 meses em dois anos e meio. Essa educação escolar era de maneira informal, o missionário residia na casa de um colono próximo à aldeia onde os índios, na maioria crianças, iam para ter aula, ou ele ia até a aldeia onde dava aula num local improvisado. (Silva, 2000, p.86)

As aulas eram dadas na língua portuguesa e o missionário procurou fazer algumas correspondências fonéticas de algumas palavras da língua materna tentando passar-lhes a forma gráfica de sua língua. Passou-lhes também noções de peso e medida, valores de moeda corrente, troca financeira e noções de matemática. Mesmo assim os Amondawa continuavam ágrafos até 1997, quando o grupo começou a reivindicar que fosse construída uma escola na área e que funcionasse realmente. Os trabalhos de pesquisa que estavam sendo feitos com a língua foram realizados nos anos de 1994, 1995, 1996 e 1997. O primeiro resultado foi a cartilha Experimental do Alfabeto Uru-Eu-Wau-Wau, dialeto Amondawa, iniciando-se os trabalhos para testar esse material na aldeia Amondawa em março de 1997.

A escola Amondawa só foi reconhecida oficialmente pelo governo do Estado de Rondônia no ano de 1998, com o Decreto Lei 8494 de 29 de setembro do mesmo ano, oficializando a escola como sendo uma Escola Indígena de Ensino Fundamental. Possui um currículo de educação bilíngüe, diferenciada e específica em concordância com as novas diretrizes de educação indígena. (SILVA, 2000, p. 84).

A antropóloga Vera da Silva comenta que ao retornar à área seis meses depois, notou que muitos já reconheciam o alfabeto proposto e estavam iniciando algumas construções de frases na língua. Queriam aulas diárias, e quando havia a ausência da professora temiam a possibilidade dela não voltar. O líder da Aldeia Tari Amondawa revelou-lhe esta preocupação dizendo que se não houvesse aula todos os dias, poderiam esquecer tudo, como da outra vez, por isso a professora tem que morar na aldeia.

O material didático produzido para o grupo conta com a “Cartilha Experimental Amondava”, faz uma trajetória oposta à do Fred e Annete, parte do particular para o Geral, propõe no início o alfabeto na língua, partindo para a leitura de fonemas e palavras sugeridas na Cartilha. Os próprios alunos vieram testando e reformulando o material.

Na Cartilha há uma chave de pronúncia das vogais e consoantes da língua com o objetivo de informar à professora como é realizada a pronúncia na língua. A professora tem dois monitores na aldeia que são a Mandeí Amondawa e o Arikã Amondawa, que estão atualmente fazendo o curso de formação de professores do Projeto Açai e gradativamente vão assumindo o papel de professores na sua aldeia.

Outro material didático foi produzido em 1998, com a colaboração dos alunos, que formularam palavras e em grupos construíram textos que resultou no livro didático “Amondava Leitura e Produção de Textos – Livro I”. É um livro bilingüe com construções de frases mais complexas. O livro está sendo testado pelos próprios alunos como o foi a “Cartilha Experimental Amondava” e as correções servirão para o novo material que está sendo produzido com textos narrativos da própria comunidade.

O trabalho de pesquisa e construção do material didático, como afirma Silva, tem sido feito em conjunto pelos alunos, professores e pesquisadores, Segundo ela, quem domina a língua são os índios, quem tem conhecimento para mediar o conhecimento da escrita é a professora e quem tem o conhecimento científico são os pesquisadores.

4.10.5. A AUSÊNCIA DA ESCOLA PARA O POVO DO ALTO-JAMARI

O grupo Uru-Eu-Wau-Wau da aldeia do Alto Jamari é constituído de pessoas vindas de um contato com a cultura nacional, que pode ser considerado o mais recente

de todos. Em decorrência disto, somente as crianças e os indivíduos mais jovens conseguem entender o português e se expressarem razoavelmente neste idioma.

Com a maior parte da população é muito jovem, e pelo fato de terem em um determinado período de suas vidas convividos com as crianças da fazenda Marechal Rondon, muito ativa no período da mineração, propiciou que falassem o português desde cedo, Mas com a desativação da mineração continuaram isolados por estarem em um lugar de difícil acesso.

Pude acompanhar, a partir de 1985, estando residindo numa localidade próxima à região onde está situada a aldeia do Alto Jamari, o rápido desenvolvimento, tanto da aldeia, quanto dos seus habitantes, na assimilação da nova cultura introduzida, da qual tanto ganharam quanto conquistaram alguns bens, tais como: motosserra para tirarem madeira para construção, uma camioneta Toyota da Planaflores que, quando não sofre problemas de falta de combustível ou manutenção, serve para conduzi-los, entre outras finalidades, ao tratamento médico em Porto Velho; um gerador de energia elétrica com o respectivo motor a diesel, que lhes permite a posse de um rádio transmissor; um freezer e um televisor, e a iluminação. Com a saúde, agora sob a responsabilidade do Ministério da Saúde e os índios sendo atendidos pela FUNASA – Fundação Nacional da Saúde, a aldeia conta com um saneamento básico adequado, já que sedentarizaram-se, próximo ao Posto da FUNAI. A aldeia conta com um sistema de abastecimento d'água com bombas e caixas d'água, banheiros e privadas coletivas cujas fossas têm suas respectivas manilhas.

A chegada da televisão anterior à educação escolar, com propostas e programas educacionais, *menos os de alfabetização*, tem-lhes suscitado indagações: porque eles não têm escola? Por que há escolas em algumas aldeias de seus parentes, e para eles está sendo uma das coisas mais difíceis de ser conquistada?

Depois do contato com a FUNAI, os Uru-Eu-Wau-Wau puderam rever e entrar em contato, mais amiúde, com seus parentes das outras aldeias, através da Casa do Índio

em Porto Velho, criada a princípio para abrigar os índios que estavam em tratamento de saúde, os quais sempre traziam consigo inúmeros acompanhantes. Em breve a Casa do Índio passou a cumprir uma outra finalidade: a de hospedagem para o índio em trânsito, apesar de muito mal estruturada para isso. Com a Casa de Saúde da FUNASA, onde os doentes ficam, agora, internados, desatendeu-se ainda mais na Casa do Índio, que passou a não se responsabilizar pela alimentação de todos acompanhantes.

Como a Casa do Índio abriga pessoas pertencentes aos mais diversos povos indígenas de Rondônia, entre eles, também os Karipuna, os Tenharim, os Parintintin, os Juma, aparentados dos Uru-Eu-Wau-Wau falando dialetos semelhantes e há muito mais tempo integrados à cultura nacional, essa nova relação acabou promovendo uma “aculturação” acelerada dos Uru-Eu-Wau-Wau, dando-lhes elementos para comparar os diversos estágios culturais dos demais e ver que muitos tinham aprendido a escrita e a leitura de que poderiam também se beneficiar, mesmo para um simples discar de um número de telefone.

Houve hostilidades na Casa do Índio, referentes às práticas sociais da parte dos outros índios com os Uru-Eu Wau-Wau, que iniciaram-se com o furto das bolsas, redes e roupas inclusive com documentos nos bolsos, o que abalou a confiança que estes sentiam em relação aos outros no início. Foi-me dito em tom de desabafo por Monguitá Uru-Eu-Wau-Wau, por ocasião de uma visita que fiz a ele e ao seu pessoal na Casa do Índio que. *“Esse pessoal dos Tenharim vivem mexendo nas nossas coisas e vivem dizendo que nós somos burros porque nós nem sabemos ler.”*

Estarem cômescios dessa realidade circundante passou a reger uma nova consciência de que para suprir as suas necessidades imediatas, têm de conhecer os mecanismos necessários, daí ouvir deles **constantes solicitações para implantar uma escola na aldeia**, necessidade cuja pretensão seria mais para interagir com o mundo da sociedade nacional, tal como conhecer e contar dinheiro, ler informações e estabelecer outros diversos tipos de comunicações, do que para transitar no seu mundo natural, do

qual já possuem o conhecimento necessário, ficando claro que desconhecem a ideologia do sistema dominante veiculada junto à prática escolar.

No caso do grupo do Alto Jamari, demonstrou-se que por haver uma falta de planejamento envolvendo os diversos setores que deveriam beneficiá-los com atendimentos necessários por parte dos órgãos responsáveis da sociedade nacional, ocorreram situações verdadeiramente aberrantes, tais como: antecederam à escola os setores responsáveis pela “produtividade” da “Aldeia”, manipulou-se criação de uma associação para as aldeias do grupo Uru-Eu Wau-Wau. Na eleição da diretoria, todos que ocuparam cargos, como não podia ser de outro modo, eram ágrafos, inclusive o tesoureiro que não conhece números nem distingue o valor das cédulas monetárias. O objetivo de se ter uma associação seria o grupo receber diretamente os recursos, mas devido a tais circunstâncias todos os benefícios são repassados pela CUNPIR e os Uru-Eu-Wau-Wau acham que tais benefícios podem ser diluídos entre os de outros grupos.

Ter acontecido, em relação à Saúde, o fato da FUNASA/PVH ter realizado o Curso Introdutório de AIS-Agentes Indígenas de Saúde, iniciado no dia 21/03/00 no Centro Arquidiocesano de Pastoral –CAP em Porto Velho. Os indígenas que estão fazendo o curso foram contratados para o cargo de Agente de Saúde. Entre estes, um jovem Uru-Eu-Wau-Wau, que encontrava-se em trânsito em Porto Velho, para ir, como participante dos grupos indígenas de Rondônia, para a Bahia, na comemoração dos “500 anos do Descobrimento do Brasil”. Desistiu da viagem pois teria que frequentar o curso que lhe propiciou o contrato para o cargo de Agente de Saúde. Já tinha recebido o primeiro salário e estava com o contra cheque em mãos de R\$ 414,00.

Fora indicado pelo irmão que é o jovem líder da aldeia do Alto Jamari, por saber expressar-se melhor que os outros em Português.²⁵ Perguntei preocupado como ele iria

²⁵ Não se questiona aqui a validade da ação do índio, o antropólogo Napoleon Chagnon que estudou os Ianomânis declara:

Quando digo que os ianomânis são versados em sociobiologia não estou exagerando. Esse ramo novo da ciência, um braço do neodarwinismo, baseia-se em descobertas feitas ao longo dos últimos trinta anos segundo as quais uma das estratégias de

trabalhar, só, na aldeia. Eu sabia que ele é ágrafo, por isso não pode ler os nomes e as indicações dos remédios, não conhece números e não sabe verificar as horas para ministrar os medicamentos. Durante esses dias ele hospedou-se em minha casa com o irmão e a cunhada. Nos primeiros dias da primeira semana gastou todo o salário, ficando sem dinheiro para pagar as fotos que tinha tirado para a carteira profissional e para ir ao curso de ônibus que ensinei-o a utilizar. Pedia-me dinheiro para ir ao curso, mesmo assim faltou a maior parte dos dias.

Quando o Chefe de Posto da aldeia do Alto Jamari veio a Porto Velho, ao saber, disse-me estar preocupado com a situação, pois o tinha liberado apenas para ir à Bahia para a comemoração dos “Quinhentos Anos” e não para fazer o curso. Embora todos na aldeia não fossem alfabetizados, disse-me haver alguns com maior responsabilidade para o caso de ter havido essa contratação.

Eu sabia que tinha fundamentos essa preocupação, pois no ano passado eu havia digitado para ele um ofício solicitando uma agente de saúde para a Aldeia, principalmente pelo aumento da natalidade e das gestantes na Aldeia. Essa vaga agora encontrava-se preenchida de maneira inesperada.

A questão da saúde não é diferente da educação, em relação a esta há casos de professores já cursando o segundo módulo e não inteiramente alfabetizados. Mas neste caso, principalmente em relação aos Uru-Eu Wau-Wau e Amondawa, eles poderão ser monitores, orientados por professores não índios que darão aulas na aldeia. Uma das justificativas para essa corrida dos números (de contratos) é que, pelo menos no caso da educação, o Governo do Estado efetuou demissões em massa, principalmente nos contratos emergenciais, o que envolveu todos os professores índios. Agora pretende, abrir uma exceção contratando apenas professores indígenas, para não abrir precedentes com os não índios. Para tanto fez-se uma lista para contratação. Quanto à saúde houve as

sobrevivência dos seres humanos é a de ajudar a si próprios protegendo e privilegiando os parentes, indivíduos com quem a pessoa compartilha algum grau de estoque genético. (Chagnon, 1995, p.10)

mesmas demissões e embora eu não tenha acompanhado, possivelmente, tais contratos ocorreram da mesma forma. Em todo caso, com a existência da FUNASA – Fundação Nacional da Saúde, esta pode atuar como empregadora.

Como foi colocado nos parágrafos anteriores essa situação é decorrente do retardamento da educação que, quando levantei esse questionamento às autoridades em educação por ocasião do I Seminário dos Professores de Rondônia em 1999, a responsável pela educação da FUNAI, órgão que detinha a responsabilidade sobre a educação indígena até 1991 quando houve o decreto nº 26, disse-me, não durante, mas após o seminário, que em relação aos Uru-Eu-Wau-Wau, no início, na FUNAI, pretendia-se interferir o mínimo possível na sua cultura, por isso não pensou-se em escola para eles.

O resultado parece ser que só a educação pensou assim, enquanto os outros setores já estavam agindo nas aldeias do grupo. Quando questionei, porque, então, não providenciaram a escola há cinco anos quando já haviam sido construídas as instalações com sanitários com água encanada, e energia elétrica, pelos índios com o chefe de Posto, e todos já em completa interação com a sociedade civil, obtive a resposta que nessa época queriam oferecer para eles um ensino da melhor qualidade, o bilingüe, proposto muito em voga então. O que não aconteceu por falta do reconhecimento por parte desses mesmos agentes de educação de que não dispunham esse tipo de educação para tal clientela, e nem um estudo ou projeto que determinasse o prazo que levariam para preparar e poder oferecer essa educação.

O contra senso foi não ter previsto, a inexistência de um índio alfabetizado na própria língua para monitorar essas aulas, até o dia de hoje. Por pior que fosse o resultado, com uma educação escolar em um sistema mais convencional, poderiam estar efetuando algumas operações aritméticas, como o estão os seus colegas de outras aldeias, para cuidarem dos seus interesses já que inquestionavelmente estão aí atuando junto à sociedade não-índia, agora sim, da pior forma possível, já que me permito entrar com algum juízo de valor.

Segundo as declarações dos próprios interessados, o povo do Alto Jamari, disseram-me que num determinado momento, tentaram eles mesmo resolverem o problema com uma única alternativa que acharam ser possível, enviar dois jovens para freqüentarem o ensino regular na cidade de Campo Novo, para mais tarde ensinarem os demais. Os jovens não agüentaram essa imposição de ficarem ausentes da Aldeia, logo na primeira semana.

Para saber as suas expectativas sobre a escola que poderão vir a ter, é preciso conhecê-los bem, mesmo nas suas contradições. Uma das suas características é a de não revelar para qualquer pessoa o que não sabem. Como houve casos de alguns terem aprendido a reconhecer algumas letras do alfabeto, o que bastou para considerar-se que aprenderam a ler.

No período da redação desse capítulo da dissertação, estiveram hospedados em minha casa Puruá, líder da Aldeia do Alto Jamari e o seu primo Jurip de outra aldeia, a do Jamari. Sendo este o atual presidente da Associação Jupa'ú dos Uru-Eu-Wau-Wau. Jurip que tem freqüentado a escola, que funciona de maneira muito irregular na sua Aldeia, adotando o ensino em língua portuguesa, já pode reconhecer a maioria das sílabas e identificar algumas palavras com enorme esforço.

Quando percebeu que eu dispunha de uma cartilha na sua língua materna empenhou-se em tentar decifrar as palavras e tentar ensinar o Puruá. Sentavam-se no chão ao meu lado enquanto eu digitava e Jurip interpelava-me constantemente, pois confundia muitas consoantes e agora tentando ler palavras na língua materna dava-se conta, com maior consciência, da sua limitação.

Esses dois membros que atuam a frente das suas comunidades anseiam por aprenderem a ler logo, pois com os veículos que receberam, através da sua Associação, estão a mercê, agora, de uma necessidade mais premente: a de tirar a carteira de

habilitação. Não só eles, mas os demais jovens da Aldeia, que como qualquer ser humano, querem percorrer o caminho do novo e sobretudo tomando a direção.

Esperam com a maior naturalidade que a resolução de todos esses problemas parta dos que estão sempre em uma relação tutelar com eles, desde as primeiras panelas até o último Toyota, repassado às associações pelos organismos internacionais, pois é dessa forma que estão sendo educados.

Se há a falta da escola na Aldeia do Alto Jamari, não se poderá dizer que este vazio foi preenchido na Aldeia do Jurip, a do Jamari, pois a sua escola criada no início de 1999 por um decreto oficial, ainda não propiciou a sua alfabetização e não dispõe de nenhum professor em formação pelo Projeto Açaí.

Sem muito esforço pode-se concluir que, muitas vezes, pensando que está demonstrando-se uma legítima preocupação com a educação indígena, na verdade este foco acaba sendo transferido para o estudo sobre essa educação, o que poderá fazer com que o “objeto” venha a ganhar uma dimensão muito maior do que os próprios “sujeitos” e suas vidas, que só esperam que sejam supridas as faltas que neles vão se instalando, materialmente, de maneira tão natural, que é de se estranhar que determinadas soluções demorem tanto.

CONCLUSÃO

A região Amazônica, no território compreendido pelos rios Tapajós e Madeira, onde houve a concentração dos povos indígenas de fala Tupi, foi considerada por muitos autores como área cultural, pelo fato dos grupos terem elementos culturais semelhantes. Porém esse conceito de área cultural” fosse considerado por Menéndez - autor que fez uma pesquisa etnográfica mais profunda sobre os Kawahiba – como um conceito raso no tempo, pelo fato de pouco esclarecer, em termos temporais, a localização dos grupos na sua mobilidade geográfica.

Contudo os dados da primeira localização dos Kawahiba datam de 1792, localizando-os nos rios Juruena e Arinos, na boca do rio São Manoel no atual estado de Mato Grosso.

Em relação aos grupos Uru-Eu-Wau-Wau, estes deslocaram-se, organizando-se no atual território, quando a indústria da borracha chegou no seu maior pique em 1912, entrando em declínio em 1917 e quase desaparecendo em 1925 havendo a redução dos seringais dos rios Jamari, Jaru, Urupá e Cautário, desaparecendo uns e ficando poucas famílias em outros. Só nos meados deste século, voltam a aparecer notícias sobre esses índios com a reativação dos seringais em 1943, decorrente da alta da borracha no mercado mundial, devido a Segunda Guerra Mundial

Esse trabalho poderá contribuir para um melhor conhecimento dos Uru-Eu-Wau-Wau, grupo que consultada todas as fontes dos trabalhos realizados sobre eles, pode-se verificar que seus autores deixam transparecer que ainda seria necessário realizar um maior trabalho etnográfico sobre eles. Trabalho que não tenho pretensão de ter realizado, mesmo por não ter sido o foco principal do meu objeto de estudo, que seria sobre a sua educação, tanto a tradicional, que eles privilegiadamente têm mantido, quando a escolar onde alguns dos seus grupos já estão iniciando seus primeiros passos.

Quando ao aspecto cultural desse povo, minhas expectativas foram superadas, devido à quantidade de histórias sobre os seus mitos, que então puderam ser apreendidas, isto depois que num primeiro momento compreendi que quando me respondiam “não sei”, não estavam referindo-se ao fato de não saberem sobre o que eu estava perguntando, simplesmente estavam-me dizendo que não sabiam como me contar. Soluções que fomos achando em conjunto, isso, principalmente em relação aos mais jovens que falavam o português e queriam, muitas vezes, tanto como eu, o resgate de suas histórias. O que tornou-se um dos objetivos dessa dissertação, dela tornar-se mais uma fonte de dados, para a futura geração dessa comunidade, cujo acervo inicialmente deverá ficar nas suas escolas..

Quanto à educação escolar indígena, em relações a todas expectativas sobre esse tipo de educação escolar, esse estudo pode ter demonstrado que há respostas e que há a constatação de que existem direitos adquiridos com o reconhecimento, pelos órgãos oficiais, da necessidade de uma educação específica, de qualidade e diferenciada para as populações indígenas, já que há legislações que regulam a educação indígena desde os primórdios da colonização até a Constituição de 1998.

Na proposta observada no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNE/Indígena), proposto pelo Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF,1998, verifica-se haver reunido material suficiente, pelos próprios elementos da comunidade indígena e principais pesquisadores na área, para constatar-se que houve incontestáveis avanços na educação escolar indígena, no que se refere à legislação e às propostas educacionais.

Consultando alguns materiais e assistindo alguns encontros dos índios e educadores indígenas em Rondônia, pude observar que estas propostas têm sido praticadas em algumas comunidades e obtido significativas respostas, demonstrando a eficácia de tais avanços, onde já está estabelecida essa forma de educação escolar que, no entanto, não impediu que o grupo Uru-Eu-Wau-Wau do Alto Jamari continuasse sem a sua escola

Após ter ouvido, por anos, as declarações dos próprios índios em questão, a respeito de suas tentativas de obtenção da escola e ter contato com o grupo há cerca de dez anos, pude presenciar “o silêncio” em resposta às suas vozes, e constatar que as condições que favoreciam, ou dificultavam, a implantação da escola, continuam sendo as mesmas, tendo alterado, apenas, a idade das gerações, que avançou uma década.

O fato da população da aldeia ser de cerca de vinte e seis pessoas, todos relativamente jovens, das quais apenas um membro, do sexo feminino, tem idade superior a quarenta anos, a falta da educação escolar sugere que este grupo tenha sentido mais fortemente o impacto do contato com a cultura dominante do que as demais aldeias da nação Uru-Eu-Wau-Wau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, Bruce, coord. **Yama Ki Hwerimamouwi the a Oni:Palavras Escritas para nos Curar**. São Paulo : CCPY ; Brasília : MEC/PNUD, 1997.
- ALMEIDA, Maria Inês de, coord. **Livro que Conta Histórias de Antigamente (Monayxop agtux yog tappet)**. Belo Horizonte: SEE-MG, 1998.
- CARDOSO, Maria Lúcia Macedo. **Parecer Antropológico sobre Os Limites Territoriais da Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau**. Porto Velho, RO 1989.
- CAPACLA, Marta Valéria. **O Debate sobre a Educação Indígena no Brasil (1975-1985)**: resenhas de teses e livros. Brasília : MEC; São Paulo : MARI/USP, 1995
- CHAGNON, Napoleon. **Índio também é gente**. *Revista Veja*, 6/12/1995. Ed. Abril. São Paulo.
- COSTA, Mário Arruda da. **Uru-Eu-Wau-Wau Relato de uma Expedição de (primeiros contatos)** Anuário de Divulgação científica. Vol 10, 1981/84. Universidade Católica de Goiás – Instituto Goiano de Pré –História e Antropologia.
-
- _____ **A Expedição de 1º com os índios Uru Eu Wau Wau**. Universidade Católica de Goiás. Curso de Especialização e m Antropologia e Recursos Audio Visuais em Etnologia Indígena. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. Goiânia, 1984.
-
- _____ (s/d). **Uru-eu-wau-wau: relato de uma expedição de (primeiros contato)**. Goiânia, Universidade Católica de Goiás. (mimeo).
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; VEIGA, Juracilda, orgs. **Leitura e Escrita em Escolas Indígenas (Encontro de Educação**

Indígena nº 10 COLE/1995). Campinas : ALB/Mercado das Letras, 1997.

EMIRI, Loretta; MONSERRAT, Ruth, orgs. **A conquista da escrita: encontros de educação indígena.** São Paulo : ed.. Iluminuras; Cuiabá: PAN, 1989.

ENAUREU, Mário Bprdignon, coord. **Mano: um Ritual Bororo e uma Experiência Didático - Pedagógica.** Cuiabá: SEDUC, 1995.

GROS, Christian, coord. **Amazonies Indiennes, Amazonie nouvelle? Cahiers des Ameriques Latines, n. 23.** Artigos de Dominique Buchillet; Stephen Hugh-Jones ; Crhistian Gros; Laura Rival; Jorge Pozzobon; Bruce Albert. Paris: IHEAL, 1997.

JUNCUSA, José E. , comp. **Educación Indígena : Transmision De Valores, Bilinguismo e Interculturalismo Hoy.** Quito: Abya-Yala; Roma : MLAL, 1992.

LEAL, Paulo Nunes. **O Outro Braço da Cruz.** Porto Velho, Governo do Estado de Rondônia, 1984

LEONEL, Mauro. **Etnodicéia Urueu-au-au: O Endocolonialismo e os Índios no Centro de Rondônia, O Direito à Diferença e à Preservação Ambiental/** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/ Instituto de Antropologia e Meio Ambiente/ Fapesp, 1995

. Parecer sobre a área indígena Urueu-Wau-Wau
CEDI –PIB. 1986. Cod.UED03.

LEVI STRAUSS, Claude (1948). **The Tupi Kawahib** In: STWERD, J. Handbook of South American Indians, III: 288 – 305. Washington, Bureau of American Ethnology, Bulletin, 143.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas/** Menga Lúdke, Marli E.D. A. André. São Paulo:

EPU,1986.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso. **Urucum, Jenipapo e Giz; a Educação Escolar Indígena em debate**. Cuiabá: SEE, 1997.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo : ed. Loyola, 1996.

MEIRELES, Denise Maldi. **Os Paakas-Novos**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília-UNB. Brasília, 1986.

MELIA, Bartolomeu. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo : ed. Loyola, 1979.

MENÉNDEZ, Miguel. Chronica povos gentios que habitavam e habitam dilatados sertões entre rio Madeira e Tapajoz. Dissertação de Mestrado – FFLCH –Universidade de São Paulo. São Paulo ,1981.

Os Kawahiba. Uma Contribuição para o Estudo dos Tupi Centrais. Tese de Doutorado em Antropologia Social. FFLCH – Universidade de São Paulo. São Paulo,1989.

(1981/1982, **Uma Contribuição para a Etno-história da Área Tapajós-Madeira** In: Revista do Museu Paulista, N.S. Vol. XXVIII, Universidade de São Paulo.

MONTE, Nietta Lindenberg. **Escolas da Floresta : entre o Passado Oral e o presente Letrado – Diários de Classe de Professores Kaxinawa**. Rio de Janeiro: Multiletra, 1996.

NIMUENDAJU, Curt (1924), “**Os Índios Parintintin do Rio Madeira**” IN: Nimuendaju, Curt, Textos Indigenistas, São Paulo, Loyola, 1982.

1925), **As tribos do Alto Madeira**”

In:Journal de La Societé des Américanistes, n.s. XVII:137-172.
Paris, 1925.

(1948), **“The Kawahib, Parintintin, and Their Neighbors”** in: STEWARD, J. , Handbook of South American Indians, III: 283-297, Washington, Bureau of American Ethnology

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco, org. Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro : Ed. Marco Zero : UFRJ, 1987.

PEREIRA, Magali Cecili Surjus Pereira. **Socialização Secundária nos Kaingáng**. Tese de Doutorado. USP - Instituto de Psicologia. 1994. São Paulo.

PEREIRA, Manuel N.. **Baíra e suas experiências**. Manaus, Imprensa Pública, 1944 (2ª edição) Cuiabá, 1996.

SAMPAIO, Wany. **Levantamento de Dados Lingüísticos e Culturais do Povo Amondava**. Relatório apres. ao PIBIC/CNPq. 1995. UNIR., RO

; SILVA, Vera da. **Os povos Indígenas de Rondônia**. Porto Velho: Editora da UNIR,1997.

SANTOS, Carlos. **A Territorialidade na Colonização Rondoniana**. Tese-Universidade Federal do Rio de Janeiro,UFRJ/PPGG. 1998

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Educação e Sociedades Tribais**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1975.

SECCHI, Darci, org. **Ameríndia: Tecendo os Caminhos da Educação Escolar**. Anais da Conferência Ameríndia de Educação e Anais do Congresso de Professores Indígenas do Brasil. Cuiabá: Secr. de Estado de Educação, 1988.

SILVA, Aracy Lopes da, org. **A questão indígena na sala de**

aula: Subsídios para professores de 1º e 2º graus. 2ª ed. S. Paulo : Brasiliense, 1993

_____. **Índios.** São Paulo, Ed. Ática, 1988

_____, GRUPIONI, Luís Donizete Benzi, orgs. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** São Paulo: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Vera da. **MBOKUAXIAN – Uma leitura etnográfica da Escola Amondawa.** Dissertação de Mestrado em Antropologia. Departamento de Ciências Sociais, do CFCH, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife 2000.

TAUKANE, Darlene. **Educação Escolar entre os Kurâ-Bakairi.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá – MT, 1996.

UGO, Vitor. **História de La Amazonia Brasileña.** Traducido por Teresa Gericke. Impreso em Santiago do Chile por Bello Artes Gráficas. S.R.L. Porto Velho, 1994.

ANEXOS

ANEXO 1 - QUADRO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DE RONDÔNIA

01	CUNPIR-Coordenação Indígena da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Norte do Mato Grosso e Sul do Amazonas.	Porto Velho
02	Organização METAREILÁ do Povo Indígena Suruí	Cacoal
03	Associação PAMARÉ do Povo Indígena Cinta Larga	Cacoal
04	Associação do Povo Indígena Apurinã	Cacoal
05	Associação do Povo Indígena Mequéns	Cacoal
06	IKOLEN Associação do Povo Indígena Gavião	Ji-Paraná
07	ITERAP-Associação do Povo Indígena Arara	Ji-Paraná
8	PANGAYEJ – Zoró	Ji-Paraná
09	AAPIRB-Associação dos Povos Indígenas do Território Rio Branco	Ji-Paraná
10	Associação MASSAKÁ dos Povos Indígenas Aikanã, Latundê e Kwaza	Vilhena
11	Associação do Povo Indígena Nambikwara	Vilhena
12	AKOT PYTIM ADNIPA (Karitiana)	Porto Velho
13	Associação JUPA'U do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau	Porto Velho
14	JAIMATÔ Associação dos Povos Indígenas Pacaas Novas	Guajará Mirim
15	Associação AWO XO HWARA do Povo Indígena Xaioró Waram	Guajará Mirim
16	Associação dos Povos Indígenas do Rio Guaporé	Guajará Mirim
17	Associação do Rio Negro Ocaia	Guajará Mirim
18	Associação Indígena Tanajura	Guajará Mirim
19	Associação Indígena santo André	Guajará Mirim
20	Associação Indígena do Povo Sagarana	Guajará Mirim
21	Associação Indígena Sotério	Guajará Mirim
22	OPIPAM-Organização Indígena do Povo Indígena Patintintin do Amazonas	HUMAITÁ-am
23	MORONGWITÁ APITEM-Associação do Povo Indígena Tenharim	HUMAITÁ-aM
24	Associação Indígena APITIPRE –(Tenharim)	Humaitá-AM
25	OPICS-Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamã	Porto Velho
26	COOP'ART IND-Cooperativa de Trabalho de Artesãos Indígena de Rondônia	Porto Velho
27	Associação dos Povos Amondawa	Porto Velho
28	Organização dos Professores Indígenas de Rondônia OPIRON	Porto Velho

ANEXO 2 - QUADRO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL

Nº	Sigla	Nome da organização	UF	Ano
1	COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	AM	1989
2	FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	AM	1987
3	AUCIRT	Associação da União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié	AM	1987
4	UNIRT	União das Nações Indígenas do Rio Tiquié	AM	1990
5	UCIDI	União das Comunidades Indígenas do Distrito de Iauareté	AM	1990
6	UNIDI	União das Nações Indígenas do Distrito de Iauareté	AM	1986
7	ACITRUT	Associação das Comunidades Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié	AM	1986
8	AMITRUT	Associação das Mulheres Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié	AM	1989
9	ACIRU	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari	AM	
10	ACIRI	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana	AM	1988
11	OIBI	Organização Indígena da Bacia do Içana	AM	1992
12	AMAI	Associação das Mulheres de Assunção do Içana	AM	1990
13	ACIRX	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié	AM	1989
14	AIPK	Associação Indígena Potyra Kapoano	AM	1993
15	ACIRNE	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro	AM	1989
16	ACIBRIN	Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro	AM	1990
17	AINBAL	Associação Indígena do Balaio	AM	1991
18	COIMIRN	Comissão de Organização Indígena do Médio Rio Negro	AM	1994
19	CACIR	Comissão de Articulação das Comunidades Indígenas Ribeirinhas	AM	1993
20	AMARN	Associação das Mulheres indígenas do Alto Rio Negro	AM	1984
21	AEIAM	Associação dos Estudantes indígenas do Amazonas	AM	1982
22	CEARN	Casa do Estudante Autóctone do Rio Negro	AM	1985
23	COPIAR	Comissão dos Professores indígenas do Amazonas e Roraima	AM	1990
24	CGTT	Conselho Geral da Tribo Ticuna	AM	1982
25	OGTPB	Organização Geral dos professores Ticuna Bilingües	AM	1986
26	OGMST	Organização Geral dos Monitores de Saúde Ticuna	AM	1990
27	AMIMS	Associação das mulheres indígenas do Médio Solimões	AM	
28	OMITTAS	Organização da Missão indígena da Tribo do Alto Solimões	AM	1990
	CGTSM	Conselho Geral da Tribo Sateré-Maué	AM	
	OPISM	Organizações dos professores Indígenas Sateré-Maué	AM	
	UPISMM	União dos Povos Indígenas Sateré-Maué e Munduruku	AM	
31	ACIMURU	Associação Comunitária Indígena Mura do Rio Urubu	AM	
32	CIKA	Comissão Indígena Kanamari do Médio Japurá	AM	
33	UNI-TEFÉ	União das Nações Indígenas de Tefé	AM	

34	CIM	Conselho Indígena Mura	AM	
35	CIVAJA	Conselho Indígena do Vale do Javari	AM	1992
36	APIR	Associação do Povos Indígenas de Roraima	RR	1988
37	CIR	Conselho Indígena de Roraima	RR	1987
38	OPIR	Organização dos Professores Indígenas de Roraima	RR	
39	MOPIAJ	Movimentos dos Povos Indígenas do Alto Jaruá	AC	
40	UNI-AC	União das Nações Indígenas do Acre	AC	
41	AARAA	Associação Ashaninka do Amônia /Apiutxa	AC	1991
42	OPIRE	Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	AC	
43	OMPIS	Organização Metareila do Povo Indígena Suruí	RO	1989
44	OTPICL	Organização Tamare do Povo Cinta-Larga	RO	1989
45	AKOT	Akot Pytanyipa Associação Karitiana	RO	
46	APIROMT	Articulação dos Povos Indígenas de Rondônia e Mato Grosso	RO	
47	AIPU	Associação Indígena Pussuru	PA	
48	CIMPA	Conselho Indígena Munduruku do Pará	PA	
49	APIO	Associação dos Povos Indígenas do Oipoque	AP	1993
50	APIAP	Articulação dos Povos Indígenas do Amapá	AP	
51	AHA	Associação Alitiana (Pareci)	MT	1992
52	AMP	Associação Orridiana (Associação das mulheres Pareci)	MT	1992
53	KUARUP A	Organização Indígena do Xingu	MT	1991
54	AXPB	Associação Xavante de Pimentel Barbosa	MT	1988
55	ATX	Associação Tsõrepre Xavante	MT	
56	AII	Associação dos Índios Irante		1992
57	CORK	Conselho Rikybaktsa	MT	
58	ACIB	Associação das Comunidades Indígenas Bororo	MT	
59	IPREN-RE	ASSOCIAÇÃO Ipre-re de Defesa do Povo Mebengnokre(kayapó)	MT	1993
60	ACIM	Associação Comunitária Indígena Makrare	TO	1988
61	AAKIB	Associação das Aldeias Karajá da Ilha do Bananal	TO	1991
62	AIX	Associação Indígena Xerente	TO	1992
63	ACIRK	Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu	MS	1989
64	AITECA	Associação Indígena Terena de Cachoeirinha	MS	1989
65	AMI	Associação dos Moradores Indígenas de Campo Grande	MS	1988
66	AMK	Associação Massacará-Kaimbé	BA	1991
67	ACSAM	Associação Comunitária Senhor da Ascensão de Mirandela	BA	1991
68	ACKSM	Associação Comunitária Kiriri do Saco dos Morcegos		
69	ONI-sul	Organização das Nações Indígenas do Sul	BA	1991
70	ACKRS	Associação de Caciques Kaingang do Rio Grande do Sul	RS	
71	OPBKGRS	Organização de Professores Bilingües Kaingang e Guaraní do RS	RS	

72	INAMI	União Nacional de Mulheres Indígenas		
73	OPIRON	Organização dos Professores Indígenas de Rondônia	RO	2000

ANEXO 3 - QUADRO DAS ORGANIZAÇÕES DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS
(não governamentais)

Nº	Sigla	Nomes da Organização	UF	Ano
1	ANAI/BA	Associação Nacional de Apoio ao Índio/Ba	BA	1979
2	ANAI/POA	Associação Nacional de Apoio ao Índio/Porto Alegre	RS	1977
3	AVA	Associação Vida e Ambiente (ex. Fund. Mata Virgem)	DF/MT	1994
4	CCPY	Comissão pela Criação do Parque Yanomani	SP/RR	1978
5	CIMI	Conselho Indigenista Missionário/CNBB	DF/AM/AC/RO/MT/MS/PA/MA/AP/RR/GO/TO/CE/PE/BA/MG/ES/SP/PR/SC/RS/	1972
6	COMIN	Conselho de Missão Entre Índios/IECLB	RS	1982
7	CPI	Centro de Pesquisa Indígena	SP/AC/MT/MG	1989
8	CPI/AC	Comissão Pró-Índio do Acre	AC	1979
9	CPI/SP	Comissão Pró-Índio de São Paulo	SP/RR/PA	1978
10	CTI	Centro de Trabalho Indigenista	SP/AP/MT/MA/TO/MS	1979
11	GAIN	Grupo de Apoio ao Índio	MS	1986
12	GAIPA	Grupo de Apoio ao Índio Pataxó	BA	
13	GRACI	Grupo Recifense de Apoio à Causa indígena	PE	
14	GRUMIN	Grupo Mulher-Educação Indígena	RJ/PB	
15	GTME	Grupo de Trabalho Missionário Evangélico	MT/RO/RS	1979
16	IAMÁ	Instituto de Antropologia e Meio Ambiente	SP/RO	1989
17	INESC	Instituto de Estudos Sócio-Econômicos	DF	1979
18	Isa	Instituto Socio Ambiental	SP/DF/AM/PA/MT	1994
19	MAGUTA	Centro Maguta	AM	1985
20	MAREWA	Movimento de Apoio à resistência Waimiri Atroari	AM	1983
21	MARI	Grupo de Educação Indígena/USP	SP	1989
22	Ni	Núcleo de Cultura INDÍGENA	SP/MT	1985
23	OPAN	Operação Anchieta	MT/AM/MR	1969
24	PETI/MN	Pesquisa Estudo Terras Indígenas/Museu Nacional	RJ	1986
25	KANINDÉ	Associação de Defesa Etno-Ambiental	RO	1992

ANEXO 4 - RELAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS SOBRE OS URU-EU-WAU-WAU²⁶

AMORIM, Milton Santos de.

Título:Ofício Incra/DF/n. 166/85 [solicitando a elaboração de mapa da AI Uru-Eu-Wau-Wau.

PUB:LOCAL: Brasília-DF

Editor:Incra/DF12 abr 1985 Pag. 2 p.

TIPO: OFICIO

Região JI~PARANA-RO

Tema:POLÍTICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/

Terra:/AI URU-EU-WAU~WAU

Povo :/URU-EU-WAU-WAU

Anexos:Of.Incra/DR-17/G/No.223/85 de 30/04/85; telegramas ref. ao of. Incra/DF/No.166/85 e informe de 02/05/85 ref. ao projeto de decreto. 5042

ARAP, Miguel Ângelo.

Título: Of. n. 61/85-PNO [encaminha copia de telex da missão brasileira que foi a Washington negociar com o BIRD].

PUB:LOCAL: Brasília-DF

Editor: Minter/Sudeco 22 fev 1985 Pag. 1 p.

TIPO: OFICIO

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLÍTICAS PÚBLICAS Subtema: DESENVOLVIMENTO REGIONAL /POLONOROESTE/

Terra: /AI URU-EU~WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Anexos: telegramas da missão técnica de Washington e do Coord.GT.

/DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Autor:

Título: AMERINDIAN populations in area of influence of hidroelectric projects in national recuperation plan.

PUB: LOCAL: s.l.

Editor: s.ed.fev 1987 Pag. 1 p.

TIPO: LISTAGEM Área: X

Região

Tema:POLÍTICAS PUBLICAS Subtema: ENERGIA

/TABELA/ELETRONORTE/UHE/PROJECON/LOCALIZA/pTF/pBA/pAL/pGI/pTM/pYA /pMA/pGP/pGB/pPK/pWW/pWT/pCY/pNA/pAO/pHI/pUE/

Tradução do título: "Populações Ameríndias na área de projeto hidrelétricos do Plano de recuperação nacional".

BANDEIRA, Ivaneide; RODRIGUES, Pedro L.; MOTTA, Rogério Vargas.

Título:Uru-eu-wau-wau: em defesa da terra e da gente.

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: Fórum das CNGs e Mov. Soc. 1996 Pag. 6 p.

²⁶ FONTE: ISA – Instituto Sócio-Ambiental. São Paulo-SP

TIPO: FOLHETO Área: ON
Região
Tema: SITUAÇÃO DAS TERRAS INDIGENAS
Subtema: INVASOES /ORGINDIG/
Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU
Povo : /URU-EU~WAU-WAU

CARDOSO, Ivaneide Bandeira.

Título: Lista de documentos referentes a denuncia de retirada de madeira de AI s em Rondônia.[]

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: Ass. de Defesa Etno Ambiental1993 Pag. 5 p.

TIPO: CARTA Região RONDONIA

Tema: SITUAÇÃO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES

/FUNAI/NDI/SITERRAS/INVASAO/MADEIRA/DENUNCIA/POSS/pUE/IBAMA/AMAZONIA/ Terra: /AI RIO BRANCO/AI URU-EU-WAU-WAU/AI IGARAPE LOURDES Relação encaminhada pela coordenadora geral da Associação de Defesa Etno Ambiental - Kanindé ao NDI.

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo.

Título: A atual situação dos índios Uru-Eu-Wau-Wau.

PUB:LOCAL: Brasília-DF

Editor: s.ed.fev 1990 Pag. 6 p.

TIPO: PAPER

Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/PORTO VELHO-RO

Tema: SITUAÇÃO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: DEMARCACAO

/GARIMPO/MADEIRA/LOCALIZA/MAPA/NDI/***

Terra: /AI URU-EU~WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Anexo Carta encaminhamento relatório as entidades de apoio e aos movimentos ecológicos.

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo. Título: Parecer antropológico sobre os limites territoriais da AI Uru-Eu-Wau- Wau. PUB:LOCAL: Porto Velho-RO Editor: s.ed.fev 1989 Pag. 37 p. TIPO: PARECER Área: N Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/GUAJARA-MIRIM/ Tema:POLÍTICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/DELIMIT/POLCNOROESTE/HISTCONT/IMEMOR/MINER/SERINGUEIRO/GARIMPO/PARQNAC/pPN/AMAZONIA/MAPA/MODOVIDA/BR429/***/ Terra: /AI URU~EU-WAU-WAU Povo : /URU-EU-WAU-WAU (CONT.REGIAO)..OURO PRETO D'OESTE/PRESIDENTE MEDICI/PORTO VELHO-RO. Anexo mapa da AI Uru-Eu-Wau~Wau e carta sobre envio deste parecer as entidades

CEDI.

Título: O "Ouro Verde" das terras dos índios: exploração empresarial de madeira de lei em áreas indígenas da Amazônia brasileira.

PUB:LOCAL: São Paulo-SP

Editor: CEDImar/set 1993 Pag. 160 p.

TIPO: DOSSIE

Região

Tema:INDIGENISMO ALTERNATIVO

Subtema:

INFORMACAO/MOGNO/pXC/pUE/pPK/pAX/pAW/pKY/ONG/MADEIRA/ESTRADA/MEI
OAMB/FUNAI/BR364/GARIMPEIRO/RESERVBIOL/MAPA/TABELA/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU/AI RIO MEQUENS/AI XIKRIN DO CATETE/AI
APYTEREWA/AI KOATINEMO/AI ARAWETE-IG. IPIXUNA/AI

TRINCHEIRA/13,ACAJA/AI KAYAPO Apresenta dados referentes a exploração de madeira em AIs da Amazônia e analisa problemáticas advindas dessa empreita. Integra o dossiê: 1. Contrato entre os Xikrin do Catete e Ferreira Madeiras e Desmatamento Ltda.; 2. Recibo assinado pelo índio Bep-Karoti Xikrin no valor de SO.000 cruzados; 3. Contrato entre FUNAI e Ind. e Com. de Madeiras Cometa Ltda. para exploração de madeira na AI Uru-Eu-Wau-Wau; 4. Contrato entre FUNAI e Industrias Mehl Florestal da Amazônia para exploração de madeira na AI Mequens. Anexos: 1.Edicao em inglês; 2.3a. edição revista, corrigida e atualizada para o Seminário sl Estratégias Contra Roubo de Madeira em Áreas Protegidas, organizado pelo NDI nos dias 25-26/9/93, em Brasília.

CIMI-RO.

Título:Entrada na A.I. Uru-Eu-Wau-Wau em 20/10/1986.

PUB:LOCAL: Porto Velho~RO

Editor: CIMI20 out 1986 Pag. 6 p.

TIPO: REIAT

Região JI-PARANA/RO

Tema: SITUAÇÃO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES

Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU

Povo :/URU-EU-WAU-WAU/URU PA IN Contém dois mapas anexos da AI Uru-Eu-Wau-Wau.

CONVENCAO BATISTA NACIONAL.

Título:Evangelho entre os índios: relatórios dos missionários nas tribos indígenas.

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor: CBN1992 Pag. 10 p.

TIPO: RELAT

Região VILHENA-RO/OIAPOQUE-AP

Tema:PASTORAL INDIGENISTA Subtema: MISSOES PELA

FE/EVANGELIZ/CONVERSAO/PRATRELIG/IGEVANG/pAI/pNL/pNB/pFU/pKT/pWY/pU
E/pSR/Relatorio sobre atuação dos missionários batistas. Incompleto do ponto de vista narrativo, centra as informações genéricas no sucesso das conversões alcançadas no ano de 1992. Não localiza aldeias, denomina erroneamente os povos indígenas afetos ao trabalho evangelizador.

COMUNIDADE INDIGENA AMONDAVA.

Título:Declaração a Procuradoria da Republica.

PUB:LOCA-L: s.l.

Editor: s.ed.12 set 1993 Pag. 2 p.

TIPO: DEPOArca:

Região ALVORADIOESTE/JARU/PORTO VELHO-RO

Tema: SITUAÇÃO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: USO E OCUPACAO INDIGENA
/MADEIRA/MEIOAMB/FUNAI/

Terra: /AI URU-EU-WAU~WAU

Povo : /URU-EU~WAU-WAU Texto em que os declarantes posicionam-se contra a venda de madeira de sua reserva, alegando perigo a subsistência física e cultural dos povos do local. Em anexo carta do chefe do posto Trincadeira, encaminhando a

declaração acima ao Procurador da República-RO.

CUSTODIO, Onil da Silva.

Titulo: Comunicação interna referente a inclusão da Gleba Rio Alto na RI Uru- Eu-Wau-Wau.

[] PUB:LOCAL: Brasília-DF

Editor: CTI9 out 1985 Pag. 2 p.

TIPO: INFORME

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLÍTICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO

Terra: /AI URU-EU~WAU~WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Anexo:encaminhamento Memo/CTI/Mirad/No.O2/86 de 22.08.86.

DIETZ, Lou-Ann.

Titulo:Projeto Uru-Eu-Wau-Wau.

PUB:LOCAL: Washington-DC

Editor: WWF1990 Pag. 4 p.

TIPO: PROJETO

Região ALVORADA D'OESTE/ARIQUEMES/COSTA MARQUES-RO

Tema:INDIGENISMO ALTERNATIVO Subtema: TERRA

/MADEIRA/CONFL/GARIMPEIRO/IBAMA/FUNAI/MEIOAMB/PARQNAC/pPN/POLONO

R OESTE/POSS/NDI/SERINGUEIRO/HISTCONT/SITERRAS/INVASAO/BCOMUND/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Projeto cujo objetivo é levantar informações políticas e econômicas sobre a AI Uru-Eu-Wau-Wau, acompanhar todo o tipo de ação governamental e judicial e propor alternativas consistentes, a partir de um diálogo com a comunidade com vistas a esclarecer a relação que mantém com a comunidade nacional.

Autor:

Titulo:DOCUMENTO apresentando criticas e sugestões aos critérios de demarcação-de AI em Rondônia.

PUB:LOCAL: s.l.

Editor:s.ed. s.d. ag. 10 p.

TIPO:PAPER

Região: JI-PARANA-ROP

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO

Terra: /AI URU-EU-WAU~WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Autor:

Titulo: DOCUMENTOS diversos referentes funcionarios indicados para a AI Uru-Eu -Wau-Wau.[] PUB:LOCAL: s.l.

Editor: s.ed.1993 Pag. 70 p.

TIPO: DOSSIE

Região RONDONIA

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

/ISOLADOS/INVASAO/MADEIRAIFUNCIONARIO/

Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU

Povo :/URU-EU-WAU-WAU Várias denúncias, informes, relatórios sobre o comportamento de funcionários da Funai indicados para trabalharem na AI Uru-Eu-Wau~Wau

Autor:

Título: DOCUMENTOS sobre denúncias contra servidores da FUNAI na AI Uru-Eu-Wau - Wau.[]

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: s.ed.1990 Pag. 7 p.

TIPO: PROC JUD

Região

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA /MADEIRA/FUNAI/DENUNCIA/DOENCAS/CONFL/POLITIND/

Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU~EU-WAU-WAU

Consiste em um parecer jurídico de dez/90 e um relatório e denuncia de maio/90, onde se relata as irregularidades e atos de corrupção cometidas por funcionarias da Adm. Regional da 8a. Delegacia da FUNAI.

DOMINGUES, Nelson Marabuto, Pres. da Funai.

Título:Memo n. OIO/COORD.GT/85 [submete aos membros do GT os dados referentes a AI Uru-eu-wau-wau.

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor: Minter-FUNAI 7 fev 1985 Pag. S p.

TIPO: PAPER

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCAÇÃO/DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

DOMINGUES, Nelson Marabuto et al.

Título:Parecer n. 043/85 referente a delimitação da AI Uru~eu-wau-wau.

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor:Minter-FUNAI/Meaf1985 Pag. 3 p.

TIPO: MINUTA

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU-WAU~WAU

Povo : /URU~EU-WAU-WAU

Anexo:mapa da area.

FERNANDES, Arquimedes.

Título:Rondcniã denuncia ação do Exterior em reserva.

PUB: O Estado de S.Paulo, s.n.LOCAL: São Paulo-SP Editor: OESP11 jul. 1986 Pag. I p.

TIPO: ART ASSArca:

Região RONDONIA

Tema:POLITICAS PUBLICAS

Subtema:MINERACÃO/DNPM/RO/CIMI/CNBB/pUE/NORMA/EMPRESMINER/

FONTES, Benamour Brandao.

Título: Plano de serviço apresentado ao Deleg. Regional da 8a.DR/Funai, em cumprimento da C.S. n. 034 de 01/11/77.

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO Editor: s.ed.23 nov 1977 Pag. 3 p.

TIPO: PROJETO

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: ATRACAO

Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU

Povo :/URU-EU~WAU~WAU

FRANCISCATO, Rieli.

Título:CI n. 51/92, de 18/10/92 [informações referente índios isolados]. PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: Funai18 out. 1992 Pag. 6 p.

TIPO: RELAT

Região RONDONIA

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: ATRACAC /ISOLADOS/INVASAO/pUE/

Informações referente índios isolados, obtidas durante viagem com a equipe do PNMA, na região do rio Cautário e Alvorada d'Oeste.

:FRANCISCATTO, Rieli.

Título:Relatório de viagem [a AI Uru~Eu-Wau-Wau).

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: s.ed.set 1993 Pag. 3 p.

TIPO: REL OF

Região ARIQUEMES/PORTO VELHO/JARU/COSTA MARQUES-RO

Tema:SITUAÇÃO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES

/FUNAI/POLITIND/INVASAO/GARIMPEIRO/MADEIRA/DENUNCIA/DESMAT/POLITI NDIGENA/CONFL/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU~EU-WAU-WAU Relatório de viagem,cujo objetivo era constatar e documentar proposta feita por Apoená Meirelles aos Uru-Eu-Wau-Wau para comercializarem madeira de suas terras.

Anexos: 1.Declaracao dos Uru-Eu-Wau-Wau, contrariando proposta feita por Apoená;

2.Comunicacao Interna n. 002/ASS/PRES/BSB de Apoená Meirelles ao Assessor

Jurídico da ADRPVH.

GOMES, Airton Alcântara, Pres. da Funai.

Título: Portaria n. 319, de 04/04/90 [Interditar, para delimitação AI Uru~Eu-W au-Wau].

PUB:DOU LOCAL: Brasília-DF

Editor: DOU6 abr 1990 Pag. 3 p.

TIPO: PORTARIA

Região RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /INTERD/DELIMIT/

Terra:/AI URU-EU-WAU~WAU

Povo :/URU-EU-WAU~WAU

Autor:GOVERNO DO ESTADO, RO. Brasil. Título:Aviso n. 062/88 [solicita revisão na demarcação da AI Uru-Eu-Wau-Wau].

PUB:LOCAL: Brasília~DF

Editor:Gov. de Rondonia14 set. 1988 Pag. 5 p.

TIPO: INFORME

Região RONDONIA

Tema: POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU-WAU~WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Anexo: Enc. n. 2.107/88AJO/PR do Chefe da Ajudancia da Presidência da Republica ao Ministro João Alves encaminhando o informe do governador.

GREGORIO, Nailton et al.

Título: Relatório de fiscalização e inquéritos policiais referentes a AI Uru-E u-Wau-Wau.

PUB: LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: FUNAI 1993 Pag. 27 p.

TIPO: DOSSIE

Região ALVORADA D'OESTE/ARIQUEMES-RO

Tema: SITUACAO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES

/MAPA/POSS/FAZEND/MEIOAMB/MADEIRA/DESMAT/CONFL/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU~WAU~WAU Faz parte do dossiê: 1. relatório de fiscalização lado norte AI Uru-Eu-Wau-Wau, realizado no período de 20 a 22 de agosto de 1992; 2. termo de apreensão do dia 21/08/92; 3. relatório de fiscalização lado norte AI Uru-Eu-Wau-Wau, região de Monte Negro e Campo Novo, período de 3 a 9 de março de 1993; 4. relatório de viagem Marechal Rondon, de jan/92; S. Mensagens de radio do PIN Uru-Eu-Wau-Wau.

HANBURY-TENISON, Robin, Pres. da Survival International.

Título: Carta ao Pres. da Funai sobre questões referente mineração em Áreas Indígenas.[]

PUB: LOCAL: Londres-Inglaterra

Editor: Survival Internacional 4 out 1984 Pag. 3 p.

TIPO: CARTA Região Tema: POLITICAS PUBLICAS Subtema: MINERACAO

/FUNAI/CPRM/pWT/pPA/pPH/IBDF/pMT/POLITMINER/pCL/pUE/pKS/AI/-

IBAMA: FUNAI: SEMAM.

Título: Extrato do Convênio n. 57/92, de 30/09/92 [montar sistema de vigilância e fiscalização na AI Uru-Eu-Wau-Wau].

PUB: DOU LOCAL: Brasilia-DF

Editor: DOU 06 out 1992 Pag. p.13891

TIPO: CONVENIO Arca: N Região ALVORADA D OESTE/ARIQUEMES/ETC-RO

Tema: POLITICA INDIGENISTA Subtema: TUTELA /FUNAI/CONVEN/IBAMA/ Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU Humberto Cavalcante Lacerda, diretor do DIRAF/IBAMA;

Sydney Ferreira

Possuelo, presidente da FUNAI; Flavio Miragaia Perri, secretario da SEMAM.

JUCA FILHO, Romero: SILVA, José Aparecido da.

Título: Contrato particular de alienação de madeira n. 006/87 que entre si faz em a Funai e a Ind. e Com. de Madeiras Cometa Ltda.

PUB: LOCAL: Cuiaba-MT

Editor: Minter-FUNAI 28 set 1987 Pag. 7 p.

TIPO: CONTRATO

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: PROJETOS ECONOMICOS
/FUNAI/DESMAT/MADEIRA/
Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU
Povo : /URU-EU-WAU-WAU/URU PA I

:JUCA FILHO, Romero, Pres. da Funai.

Titulo: Portaria PP n. 0630/88 [cria grupo de trab. esp. para propor medidas a serem adotadas para a solução dos conflitos na AI Uru-Eu-Wau-Wau].

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor: Minter-FUNAI 08 jun 1988 Pag. 3 p.

TIPO: PORTARIA

Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/ET AL-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO

/DELIMIT/DEMARCPROC/INCRA/CONFL/POSS/INVASAO/GARIMPEIRO/MIRAD/MIN
TER/AGRIC/

Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU

Povo /URU-EU-WAU-WAU

JUCA FILHO, Romero, Pres. da Funai.

Titulo: Portaria n. 630/88 [cria GTE para verificar conflitos na AI Uru-Eu-Wau -Wau.

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor: Minter~FUNAI 08 jun 1988 Pag. 03 p.

TIPO: PORTARIA

Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/PORTO VELHO-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/CONFL/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU~WAU-WAU

Portaria cria GTE - Grupo de Trabalho Especial para propor medidas a serem adotadas para a solução permanente de conflitos. Anexos CT n 344/88 de 10/jun/88 ao Gov.Jeronimo Santana do Est. de Rondônia encaminhar portaria

LEAO, Maria Auxiliadora Cruz de Sá: MANCIN, José Jaime.

Titulo:Memorial descritivo de delimitação da AI Uru-Eu-Wau-Wau.

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor: Minter-FUNAI 5 jun 1985 Pag. 6 p.

TIPO: MEM DESC Área: N

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO

/DELIMIT/DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Autor:LEÃO, Maria Auxiliadora Cruz de Sá et al.

Titulo:Relatório de identificação da AI Uru-Eu-Wau-Wau.

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor: Minter-FUNAI 3 jan 1985 Pag. 59 p.

TIPO: REL OF

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDICENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/
Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU
Povo :/URU~EU-WAU-WAU
Anexos:Instrução técnica executiva No.1767/E de 24/09/84; Encaminhamento de relat.
de 03/01/85.

LEONEL JUNIOR, Mauro de Mello.

Titulo: Etnodicéia Uru-eu-au-au: o endocanibalismo e os índios no centro de Rondônia; o direito a diferença e a preservação ambiental.

PUB:LOCAL: Aso Paulo-SP

Editor:PUC-SP 31 jul 1988 Pag. 284 p.

TIPO: DISSERT

Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/GUAJARA MIRIMIJARU-RO

Tema:HISTÓRIA DO CONTATO Subtema: FRENTES DE EXPANSÃO
/POLONOROESTE/PMACI/SPI/MAPA/UHE/AGRIC/PECUARIA/POSS/COLONO/F
AZEN D/ Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU Esta dissertação trata-se de um estudo documental, eminentemente descritivo, da situação de um grupo indígena "acossado pelo cerco endocolonial", em suas várias frentes e manifestações. A escolha do tema Uru-Eu-Wau-Wau deve-se por revelar a diversidade dos interesses públicos e privados que disputam terras indígenas: estradas, hidrelétricas, projetos oficiais de colonização, mineradoras, madeireiras, seringalistas e agropecuárias.

LEONEL JUNIOR, Mauro de Mello.

Titulo:Onde se esconder? Últimos índios isolados na mata: as maiores vítimas.

PUB:LOCAL: s.l.

Editor: s.ed. s.d. Pag. 11 p.

TIPO: PAPER

Região MATO GROSSO/RONDONIA

Tema:POLITICAS PUBLICAS Subtema: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
/AMAZONIA/POLONOROESTE/BR364/FUNAI/TRANSAMAZ/MAPA/ISOIADOS/
pUE/pU KI Trabalho apresentado no 46o. Congresso Internacional de Americanistas.
Amsterdam, 4-8 de julho de 1988.

LEONEL JUNIOR, Mauro de Mello.

Titulo:Parecer sobre a Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

PUB:LOCAL: São Paulo-SP

Editor: FIPEjun 1985 Pag. 10 p.

TIPO: PARECER Área: N Região JI-PARANA/RO

Tema:SITUAÇÃO DAS TERRAS INDIGENAS

Subtema: CONTEXTO FUNDIA.RIO

/SERINGUEIRO/FUNAI/POLONOROESTE/ARREDIOS/ Terra: /AI URU~EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU~WAU/URU PA IN

LEONEL JUNIOR, Mauro de Mello; MINDLIN, Betty.

Titulo: Providências urgentes para a defesa dos Uru-Eu-Wau-Wau e Uru-Pa-In.
PUB:LOCAL: Aso Paulo-SP
Editor: FIPE nov 1983 Pag. 7 p.
TIPO: REL OF
Região JI~PARANA/RO
Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: TUTELA /FUNAI/ARREDIOS/CONFL/
Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU Povo : /URU-EU-WAU-WAU/URU PA IN

LEONEL JUNIOR, Mauro de Mello.
Titulo:Relatorio de avaliação Área Indígena Urueu-Wau-Wau.
PUB:LOCAL: Aso Paulo-SP
Editor: FIPEabr 1987 Pag. 40 p.
TIPO: REL OF
Região JI-PARANA-RO
Tema:POLITICAS PUBLICAS Subtema: MEIO AMBIENTE
/FUNAI/IBDF/INVASAO/POLONOROESTE/MAPA/
Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU Povo : /URU-EU~WAU-WAU/URU PA IN

LEONEL JUNIOR, Mauro de Mello.
Titulo:Urueu-wau-wau: Quarto e quinto relatório.
PUB:LOCAL: Aso Paulo-SP
Editor: FIPE1986 Pag. 37 p.
TIPO: REL OF
Região JI-PARANA-RO
Tema:POLITICAS PUBLICAS Subtema: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
/POLONOROESTE/IBDF/INCRA/INVASAO/FUNAI/BR429/UHE/MAPA/pUE/pUP/
PAR QNAC/
Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU
Povo : /URU-EU~WAU-WAU
Quarto Relatório: Relatório sobre a necessidade de homologação e efetiva demarcação da área conjunta de preservação AI Uru-Eu-Wau-Wau (Funai) e o Parque Nacional Picaás-Novos (IBDF). Quinto Relatório: A Hidroelétrica de Samuel e os Urueu-Wau-Wau. ----- ~ ----- ~ ----- ~ ----- ~

LIMA, Gentil Valerio de, Prefeito Municipal de Ariquemes.
Titulo: Telegrama solicitando a intervenção do Incra no processo de demarcação da AI Uru-Eu-Wau-Wau.
PUB:LOCAL: s.l.
Editor: s.ed.5 set 1985 Pag. 1 p.
TIPO: TELEGRAMA
Região JI-PARANA-RC
Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO
/DEMARCPROC/INCRA/
Terra: /AI URU-EU~WAU-WAU
Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Anexo:Telegr. de 02/09/87 do Pref. de Ariquemes.

LUCENA FILHO, Carlos Ismael.

Titulo: Carta do chefe do PI Nova Floresta ao Procurador Geral anunciando roubo de madeira e invasão em arca indígena.[]

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: s.ed.30 abr 1990 Pag. 4 p.

TIPO: CARTA

Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
/MADEIRA/SITERRAS/DENUNCIA/INVASAO/PROCURADORIA/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU~EU-WAU-WAU

LUCENA FILHO, Carlos Ismael de: SILVA, Manoel Gomes da.

Titulo: Cartas-denúncia sobre irregularidades na AI Uru-Eu~Wau-Wau.[]

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: s.ed.abr/mai 1990 Pag. 8 p.

TIPO: CARTA

Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/JARU-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
/FUNAI/MADEIRA/CIMI/DENUNCIAIBCOMUNDIDOENCASI

Terra:/AI URU-EU-WAU~WAU

Povo :/URU-EU~WAU-WAU Cartas ao procurador geral da republica, onde os signatários falam da intensa corrupção existente nos postos e delegacias da FUNAI da AI Uru-Eu-Wau-Wau, cujos funcionarios facilitam a entrada de madeiras no local e extraviam verbas e materiais destinados aos índios e a administração.

LUCENA FILHO, Carlos Ismael de.

Titulo: Denúncia [ao Procurador Geral da Republica sobre desvios de mercadorias da Casa do Índio em Porto Velho].

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: s.ed.04 mai 1990 Pag. 2 p.

TIPO: CARTA Arca: N

Região PORTO VELHO-RO

Tema: POLITICA INDIGENISTA Subtema: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
/DENUNCIA/pUE/FUNAI/PROCURADORIA/

MARETTO, Luis Carlos et al.

Titulo: Avaliação dos danos, impactos ambientais e prejuízos causados dentro da AI Uru-Eu-Wau-Wau após a retirada de Porto Velho-RO.

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: FUNAIdes 1991 Pag. 78 p.

TIPO: RELAT

Região ALVORADA D'OESTE/ARIQUEMES-RO

Tema:SITUACAO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES
/PECUARIA/GARIMPEIRO/MADEIRA/MAPA/ECOL/MEICAMB/TABELA/
Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU
Povo/URU-EU-WAU-WAU (...madeiras nobres, pela empresa Cataneo e Cia Ltda no município de PortoVelho, RO. Apresenta dados e provas concretas dos prejuízos e danos causados pela Industria Cataneo & Cia. Ltda. a AI Uru-Eu-Wau-Wau e propõe alternativas para que se evite novas invasões do gênero. Em anexo xerox de fotos do local em litígio.

MARETTO, Luís Carlos et al.

Titulo:Inventário de impactos ambientais realizados na AI Uru-eu~wau-wau para avaliar os danos e prejuízos causados após a (...) Ariquemes/RO.

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: FUNAIInov 1992 Pag. 69 p.

TIPO: RELAT

Região ALVARADO D'OESTE/ARIQUEMES-RO

Tema:SITUACAO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES

/MAPA/MADEIRA/FUNAI/MEICAMB/ECOL/DESMAT/TABELA/

Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU

Povo /URU-EU-WAU-WAU (... a invasão clandestina e exploração ilegal de madeiras nobres, pelo madeireiro Edilson Caldato Júnior, no Alto Jamari-Ariquemes/RO.

Apresenta dados e provas concretas dos prejuízos e danos causados pelo madeireiro Edilson Caldato Junior na AI Uru-Eu-Wau-Wau, espera, com isso, que a Justiça tome providencias para que o madeireiro pague a recuperação da arca. Em anexo xerox de fotos do local atingido.

MINDLIN, Betty.

Titulo:Recomendações ao Minter, a Sudeco e a Funai.

PUB:LOCAL: Aso Paulo-SP

Editor: FIPEfev 1987 Pag. 7 p.

TIPO: REL OF

Região MATO GROSSO/RONDONIA

Tema:POLITICAS PUBLICAS Subtema: DESENVOLVIMENTO REGIONAL

/IBDF/POLONOROESTE/MINTER/SUDECO/FUNAI/SAUDE/INVASAO/pMP/pSK/
pUE/ pTL/pJB/pCN/pAA/pCC/pAS/pCL/

Autor:

Titulo: MINUTA de exposição de motivos referente a definição de limites da AI Uru-Eu-Wau-Wau

PUB: LOCAL: Brasília-DF

Editor:s.ed. s.d. TIPO:MINUTA Pag. 4 p.

Região: JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Anexo:primeira versão da minuta.

MIRAD.

Titulo: informação Técnica n. 10 [respondendo a proposta do Incra, de revogação o do decreto que cria a AI Uru-Eu-Wau-Wau.

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor: Mirad3 out 1985 Pag. 2 p.

TIPO: INFORME

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO

/INCRA/DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU~WAU-WAU

MIRAD. Coordenadoria de terras indígenas. Brasil.

Titulo: Processos de delimitação e homologação de demarcação pelo grupo de trabalho interministerial do dec. n. 88.118/83, ref. a 1985.

PUB:LOCAL: Brasilia-DF ?

Editor: Mirad? 1986 Pag. 2 p.

TIPO: LISTAGEM

Região

Tema:SITUACAO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: DEMARCACAO

/DEMARCPROC/DELIMIT/TABELA/DOU/GT/MIRAD/pKV/pWA/pNL/pKS/pXV/pUE/p KG/PTC/PMX/PJW/PBA/pRK/pPC/pKC/pGK/pPW/pZO/pKX/pAP/pSM/pKT/

MIRAD.

Titulo: Relatório [em cumprimento a port. n. 630/88 para proceder plotagem dos aldeamentos indígenas na AI Uru-Eu-Wau-Wau].

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor: SPF1988 Pag. 9 P.

TIPO: REL OF

Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/PORTO VELHO-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO

/DEMARCPROC/LOCALIZA/MODOVIDA/

Terra: /AI URU~EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

MODESTO, Galvão.

Titulo:Informações sobre situação da política indigenista em Rondônia.

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor: s.ed.7 mai 1986 Pag. 14 p.

TIPO: DISCURSO

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO

Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU

Povo :/URU-EU-WAU-WAU

Anexo:cartas de encaminhamento ao Mirad, de 06/05/86 e ao Minter de

MODESTO, Galvao. Titulo: Carta ao Minter referente a denuncia de Paulo Saldanha Sobrinho sobre a desapropriação de seringueiros de AI.

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor:Senado Federal 15 ago 1985 Pag. 2 p.

TIPO: CARTA

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /SERINGUEIRO/

Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU

Povo :/URU-EU-WAU-WAU

Anexo:Carta de Paulo Saldanha Sobrinho de 01/07/85.

MODESTO, Galvao.

Titulo: Carta ao Minter denunciando situação dos seringueiros desapropriados d e AI. []

PUB:LOCAL: Brasilia~DF

Editor:Senado Federal 20 set 1985 Pag. 7 p.

TIPO: CARTA

Região JI-PARANA~RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAC /SERINGUEIRO/

Terra: /AI URU-EU-WAU~WAU

Povo : /URU-EU-WAU~WAU

MODESTO, Reynaldc Galvao.

Titulo: Of. Incra/CETR/G/n. 601/80 [apresentando contra-proposta para reserva indígena]

PUB:LOCAL: Porto Velho-RO

Editor:Min.Agricuilt./Incra/CETR17 jun 1980 Pag. 2 p.

TIPO: OFICIO Área: N Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

MOREIRA, Nilson Campos: SILVA, José Pinto da: RIOS, Maria Eugenia.

Titulo:Relatorio GTE Uru~Eu-Wau~Wau (Portaria PP 630/88).

PUB:LOCAL: Porto Velho~RO Editor: Minter-FUNAI 19 ago 1988 Pag. 24 p.

TIPO: REL OF

Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/PORTO VELHO~RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO

/MAPA/DEMARCPROC/FUNAI/MIRAD/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU~WAU

Anexo aviso n.O62188 do Governo do Estado de Rondônia, datado de 14/09 ao Ministro do Interior solicitando revisão na demarcação da AI Uru wau wau. GTE formado pela Funai, Mirad e Governo de RO para fazer reestudo da área. Contesta GTs anteriores e apresenta proposta de redação da área em mais de 200000 ha.

MOREIRA, Nilson Campos.

Titulo:Telegrama prestando informações referentes a AI Uru-Eu-Wau-Wau.
PUB:LOCAL: s.l.
Editor: s.ed.29 ago 1986 Pag. 1 p.
TIPO: TELEGRAMA
Região JI-PARANA-RO
Tema:SITUACAO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES
Terra: /AI URU-EU~WAU-WAU
Povo : /URU~EU-WAU-WAU
Anexos:telegramas ref. ao processo de demarcação e artigos de jornal.

OLIVEIRA, Iris Pedro de, Pres. da Funai.
Titulo: Portaria PP n. 231/90 [designa equipe técnica para reestudos da AI Uru -Eu-Wau-Wau]. PUB:LOCAL: Brasilia-DF
Editor: Minter-FUNAI 01 mar 1990 Pag. 2 p.
TIPO: PORTARIA
Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES-RO ET AL
Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO
/DEMARCPROC/INTERD/
Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU
Povo : /URU-EU-WAU-WAU

OLIVEIRA, Iris Pedro de, Pres. da Funai.
Titulo: Portaria PP n. 231/90 [designa equipe técnica para reestudos da AI Uru -Eu-Wau-Wau]. PUB:LOCAL: Brasilia-DF
Editor: Minter-FUNAI 01 mar 1990 Pag. 2 p.
TIPO: PORTARIA
Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES-RO ET AL
Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO
/DEMARCPROC/INTERD/
Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU
Povo : /URU-EU-WAU-WAU

OLIVEIRA, Iris Pedro de, Pres. da Funai.
Titulo: Portaria PP n. 127, de 14/02/90 [interditar, para delimitação AI Uru~Eu au-Wau).
PUB:DOU LOCAL: Brasilia-DF
Editor: DOU16 fev 1990 Pag. p.3247-8
TIPO: PORTARIAArea: N
Região RO
Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO
/INTERD/DELIMIT/DEMARCPROC/
Terra: /AI URU~EU-WAU-WAU
Povo : /URU-EU-WAU-WAU
OLIVEIRA, Iris Pedro de, Pres. da Funai.
Titulo: Portaria PP n. 127, de 14/02/90 [interditar, para delimitação AI Uru~Eu Wau-Wau).

PUB:DOU LOCAL: Brasilia-DF
Editor: DOU16 fev 1990 Pag. p.3247-8
TIPO: PORTARIAArea: N
Região RO
Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO
/INTERD/DELIMIT/DEMARCPROC/
Terra: /AI URU~EU-WAU-WAU
Povo : /URU-EU-WAU-WAU

OLIVEIRA FILHO, Joao Pacheco de.
Titulo: Parecer referente ao relatório sobre a AI Uru-Eu-Wau-Wau encaminhado a o
Mirad. []
PUB:LOCAL: Brasilia-DF
Editor: s.ed.4 jun 1985 Pag. 2 p.
TIPO: PARECER
Região JI-PARANA-RO
Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/
Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU
Povo :/URU-EU-WAU-WAU
Anexos:encaminhamento de 05/06/85 e telegrama de 05/06185 endereçados ao Sr.
Simão Jatene.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Brasil.
Titulo: Decreto n. 91.416 de 09/07/85 [declara de ocupação dos Uru-eu~wau-wau,
área de terras em Rondônia.
PUB:DOU LOCAL: Brasilia-DF
Editor: DOU10 jul 1985 Pag. 3 p.
TIPO: DECRETO
Região JI-PARANA-RO
Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO
/DEMARCPROC/DELIMIT/POLONOROESTE/IBDF/
Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU
Povo :/URU-EU-WAU-WAU/URU PA IN
Anexo:Of. No.210/85-PNO de 11/07/85 encaminhando decreto. Assinam
dec.Pres.José Sarney,Pedro Simon, Ronaldo Costa Couto.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Brasil.
Titulo: Decreto n. 98.894, de 30/01/90 (sobre reestudo dos limites da AI Uru-Eu-
Wau-Wau].
PUB:DOU LOCAL: Brasilia-DF
Editor: DOU31 jan 1990 Pag. p. 2121
TIPO: DECRETO
Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/JARU-RO ET AL
Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO
/DEMARCPROC/DELIMIT/
Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU
Assinam:José Sarney/João Alves Filho.

Autor

Titulo: PROCESSO de alcoolismo, prostituição e aliciamento de índios para venda de madeira na AI Uru-Eu-Wau-Wau, PIN Alto Jamari: dossiê.[]

PUB:LOCAL: s.l.

Editor: s.ed.1993 Pag. 69 p.

TIPO: DOSSIE

Região RONDONIA

Tema:SITUACAO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASCES

/MADEIRA/FUNAI/ Terra:/AI URU-EU-WAU~WAU

Povo :/URU-EU-WAU~WAU Dossie preparado para o Seminário organizado pelo NDI sobre exploração de madeira em AI.

Documentos: CI n. 060, de 31/05/93 da Coordenação Uru-Eu-Wau-Wau a ADR de Porto Velho; Recorte de Jornal; Relatório de Atividades AI Uru-Eu~Wau-Wau de Rogério Vargas Motta de 08/05/93; Relatório do Posto Alto Jamari, mês de Abril de 1993 assinado por Francisco Fernandes Cardoso e Rogério Vargas Motta;

Oficio n. 009/ASSJU/ADRPVH/Funai/93, de 02/05/93; Relatório de Atividades de Augusto Cassupa do PIN Alto Jamary de 26/02/93; Copias de radiogramas de 1992 e 1993; Relatório de fiscalização lado norte da AI Uru~Eu-Wau~Wau, região de Monte Negro e Campo Novo, de 24/03/93 assinado por Rieli Franciscato

Relatório da AI Uru-Eu-Wau-Wau elaborado por Rogério Vargas Motta em 1992;

Relatório de viagem Marechal Rondonem janeiro de 1992, assinado por Rieli

Franciscato; Relatório de viagem da enfermeira Denise Pereira Ferrari de 15/11/91.

11710 Data 26/11/97 Cod. UEDOOO66 Autor:

Autor:

Titulo: PROCESSOS para delimitação, remetidos ao GT-Dec. 88.118 nos anos de 1983/84/85.

PUB:LOCAL: s.l.

Editor: s.ed. s.d. Pag. 5 p.

TIPO: LISTAGEM

Região

Tema:POLITICA INDIGENISTA

Subtema:DEMARCAO GTI/DEMARCA/pTC/pPO/pIA/pJM/pPW/pGK/pPC/pXR/pRK/pMT/pXV/p,TN/pAX/p

PK/pKG/pKC/pWP/pMA/pYA/pKV/pKF/pCY/pWW/pKS/pZO/pWA/pUE/pKN/pNH/

RAMOS, Saulo, Min. da Justiça.

Titulo: C/GM/SAA/OOOII-A, de 11/01/90 [ao Ministro do Interior pedindo reestudo dos limites da AI Uru-Eu~Wau-Wau].

PUB:LOCAL: Brasília~DF

Editor:Min. da Justiça 11 jan. 1990 Pag. 2 p.

TIPO: INFORME

Região RONDONIA

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO
/DEMARCPROC/DELIMIT/
Terra:/AI URU-EU-WAU~WAU
Povo/URU-EU-WAU-WAU

REGO, Ivan Moraes.

Titulo: Oficio n. 032/86~DSI/Mirad [referente a conflito entre índios Uru-eu~w au-wau e colonos].

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor: DSI/Mirad13 nov 1986 Pag. 2 p.

TIPO: OFICIO

Região JI-PARANA-RO

Tema:SITUACAO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES/POSS/

Terra:/AI URU-EU-WAU~WAU

Povo /URU-EU-WAU-WAU

RICH, Bruce M. et al.

Titulo: Carta de entidades não governamentais denunciando os problemas do Polo noroeste.[]

PUB:LOCAL: Washington-DC Editor:N.R.D.C.12 out 1984 Pag. 24 p.

TIPO: CART ABER

Região

Tema:POLITICAS PUBLICAS

Subtema:EMPRESTIMO/BCOMUND/POLCNOROESTE/ONG/ORGINT/MEIOAMB/
FUNAI/IBDF/INCRA/pUE/RESERVAFLOR/ Em anexo encontram-se 11 cartas que foram repercussão da primeira carta aberta do Natural Resource Defense Council.

RONCONI, Álvaro.

Titulo: Entrevista com Álvaro Ronconi [Concedida a Egon, do Cimi sobre a questão da terra dos Uru-Eu-Wau-Wau].

PUB:LOCAL: Ariquemes-RO

Editor: CIMI20 out 1986 Pag. 6 p.

TIPO: ENTREV

Região JI-PARANA-RO

Tema:SITUAÇÃO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES

/COLONO/INFORMA/ Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

SANTOS, Arony Siqueira dos.

Titulo: Oficio n. 061/AJ-GJM/77 [comunica interesse da Funai em áreas do município de Guajara~Mirim.

PUB:LOCAL: Guajara-Mirim-RO

Editor: Minter~FUNAI 13 out 1977 Pag. 2 p.

TIPO: OFICIO

Região JI~PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DELIMIT/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU Anexo:Oficio No.O59/AJ-GJM de 11/10/77.

RONDONIA. Comarca de Guajara~Mirim.

Titulo: Escritura publica de cessão e concessão de terras entre Paulo Cruz Rodrigues e Manuel Lucino da Silva.

PUB:LOCAL: Guajara-Mirim-RO

Editor: Comarca de Guajara-Mirim-RO 16 mar 1978 Pag. 4 p.

TIPO: CONTRATO

Região JI-PARANA-RO

Tema:SITUACAO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES

Terra: /AI URU-EU~WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Anexos:Avisos de regularização de imóvel; declarações dos contratantes; carta de 18/06/51 a Manuel Lucino; certidão No.OOB/BO ~ UMC de 26/02/80.

SAMPAIO, Álvaro Fernandes.

Titulo:Os seculos indígenas no Brasil.

PUB:LOCAL: s.l.

Editor: s.ed.fev 1995 Pag. 151 p.

TIPO: LIVRO

Região

Tema:POLITICA INDIGENA

Subtema:NACIONAL/AMAZONIA/SERINGUEIRO/RESERVEXT/pIA/pUE/pTN/pK J/pTK/pKG/pPA/POLIT IND/FUNAI/GARIMPEIRO/RIONEGRO/ Relato de uma vida de trabalho junto as comunidades indígenas no Brasil. Questiona as atividades da Funai e mostra a importância da liderança indígena na defesa dos seus direitos.

Projeto de um livro a ser publicado.

SANTOS, Francisco José dos.

Titulo:Relatorio sobre trabalhos de definição de áreas indígenas.

PUB:LOCAL: Ariquemes-RO

Editor: Incra16 jan 1985 Pag. 4 p.

TIPO: REL OF

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO

Terra:/AI URU-EU~WAU-WAU Povo :/URU-EU-WAU-WAU

Anexos:telegramas do Incra a DR-17 ref. a AI Uru-Eu-Wau-Wau e informe encaminhado ao Incra.

:SANTOS, José Augusto Mafra dos et al.

Titulo: Uru-Eu-Wau-Wau a Manta do Imaginário [levantamento de dados sobre os Uru-Eu-Wau-Wau e criação do Parque Nacional Pádua Nova].

PUB:LOCAL: Cuiabá-MT

Editor: Minter-FUNAI 05 jun 1989 Pag. 64 p.

TIPO: REL OF

Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/GUAJARA~MIRIM/
Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO
/IMEMOR/HISTCONT/DEMARCPROC/SERINGUEIRO/MINER/POLONOROESTE
IAMAZO
NIA/PARQNAC/pPN/DELIMIT/CONVEN/IBDF/
Terra:/AI URU-EU-WAU-WAU
Povo :/URU-EU-WAU-WAU/URU PA IN Assinam:Eder Alberto Francisco
Meciane/Bernamour Brandao Fontes/ Hugo Pedro da Silva. (CONT.REGIAO) ... OURO
PRETO D'OESTE/PRESIDENTE MEDICI/ PORTO VELHO-RO.
ANEXO PORTARIA GTE 122-113/89. Inicio do relatório consta memória
processual Uru-Eu-Wau-Wau.

SANTOS, Marcelo dos.
Titulo:Carta da AWARU ao editor da revista Nossa.[]
PUB:LOCAL: Ji-Parana-RO
Editor: AWARU07 out 1993 Pag. 2 p.
TIPO: CARTA
ALVORADA D'OESTE/ARIQUEMES/JARU-RO
Tema:SITUACAO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES
/FUNAI/POLITIND/INFORMA/pZO/pCL/MADEIRA/GARIMPEIRO/POSS/SAUDE/
DENUNCIA/
Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU
Povo : /URU-EU-WAU-WAU Informa sobre demissão injusta de funcionarias da
FUNAI que trabalhavam na AI Uru-Eu-Wau-Wau, onde atuaram bravamente contra a
invasão de ladroes de madeira, grileiros e garimpeiros.

SILVA, Manoel Gomes da.
Titulo:Carta ao Procurador Geral da Republica denunciando irregularidades.[]
PUB:LOCAL: Porto Velho-RO
Editor: s.ed.03 mai 1990 Pag. 2 p.
TIPO: CARTA
Região ARIQUEMES/COSTA MAPQUES ET AL-RO Tema:POLITICA
INDIGENISTA Subtema: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
/DENUNCIA/MADEIRA/INVASAO/FUNAI/PROCURADORIA/
Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU
Povo : /URU-EU-WAU-WAU

SIMONIAN, Lúgia Terezinha Lopes.
Titulo:Area Indígena Uru-Eu-Wau-Wau: Relatórios ns. 01, 02 e 03.
PUB:LOCAL: Ouro Preto do Oeste-RO
Editor: Minter~FUNAI set/nov 1990 Pag. 7 p.
TIPO: REIAT
Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/JARU-RO
Tema:INDIGENISMO ALTERNATIVO Subtema: INFORMACAO
/FUNAI/DENUNCIA/SEXUAL/CONFL/IBAMA/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU Relatórios dirigidos pela autora a Procuradoria Geral da Republica em 1990, onde constata irregularidades na AI Uru-Eu-Wau-Wau, tais como: omissão de socorro, abuso sexual da parte de funcionarias da FUNAI, introdução do alcoolismo, prostituição e abuso de poder.

SILVEIRA, Hamilton Martins: DOMINGUES, Nelson Marabuto.

Titulo: Ajuste que celebram a Funai e o IBDF, objetivando a proteção das terras indígenas e a preservação ecológica no território Uru-Eu-Wau-Wau.

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor:Minter~FUNAI/IBDF 25 fev 1985 Pag. 5 p.

TIPO: CONTRATO

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICAS PUBLICAS Subtema: MEIO AMBIENTE /FUNAI/IBDF/

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Brasil.

Titulo: Mandado de segurança n. 20.548-2 contra ato do Presidente da Republica , que declarou de ocupação dos indígenas terras em RO.

PUB:LOCAL:

Editor:Supremo Tribunal Federal2 abr 1986 Pag. p. 61-72

TIPO: PROC JUD.Area: N

Região JI-P A-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

WOLLMANN, Altamir.

Titulo:Comentario Técnico n. 05/85 [referente a delimitação de AI].

PUB:LOCAL: Brasilia-DF

Editor: Dir.Rec.Fund./Dep.Alien.Tit. 3 mai 1985 Pag. 4 p.

TIPO: INFORME

Região JI-PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU~WAU-WAU

WOLLMANN, Altamir.

Titulo:Relato sobre levantamentos realizados a respeito da AI Uru-Eu-Wau-Wau.

PUB, LOCAL: Brasilia~DF

Editor: Mirad/Incra 4 jun 1985 Pag. 3 p.

TIPO: REL OF

Região JI~PARANA-RO

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU~WAU-WAU

Povo z IURU-EU-WAU~WAU

Anexos: proposta de delimitação da AI Uru-Eu-Wau-Wau.

WOLLMANN, Altamir.

Titulo: Informações referentes a irregularidade no processo de demarcação da A I Uru-eu-wau~wau. []

PUB:LOCAL: Brasília-

DF Editor: DFT6 set 1985 Pag. 2 p.

TIPO: INFORME

Região JI-PARANA-RO

Tema: POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU~WAU

Anexos: Telegr. de 09/10/85 comunicando reunião do GT e carta de Miguel

A. Arab de 24/09/86.

WOLLMANN, Altamir.

Titulo: Levantamento da titulação realizada em polígono pretendido para AI: projeto de assentamento dirigido Burareiro.

PUB:LOCAL: Brasília-DF

Editor: Mirad/Incra 4 jun 1985 Pag. 8 p.

TIPO: LISTAGEM

Região JI-PARANA-RO

Tema: SITUACAO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

YOKOTA, Paulo.

Titulo: Of. Incra/P/n. 530/84 [referente a ocupação dos imóveis Santa Cruz e Canaã Central]. PUB:LOCAL: Brasília-DF

Editor: Incra 15 ago 1984 Pag. 2 p.

TIPO: OFICIO

Região JI-PARANA-RO

Tema: POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO /DEMARCPROC/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

VAZ, Antenor.

Titulo: Relatório R/XIV/12/90 [de viagem para localizar vestígios indígenas no limite sul da AI Uru-Eu-Wau-Wau.

PUB:LOCAL: Cuiaba-MT

Editor: Funai 04 jan. 1991 Pag. 20 p.

TIPO: RELAT

Região BOM PRINCIPIO/ALVORADA DO OESTE-RO

Tema: POLITICA INDIGENISTA Subtema: ATRACAC

/ISOLADOS/INVASAO/POSS/GARIMPO/

Terra:

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Total de fichas impressas:

83

VILLAS BOAS, André J. A.

Titulo:Contratos de madeira e seus desdobramentos.

PUB:LOCAL: s.l.

Editor: s.ed.dez 1987 Pag. 20 p.

TIPO: PAPER

Região

Tema:SITUACAO DAS TERRAS INDIGENAS Subtema: INVASOES

/MADEIRA/CONFL/INVASAO/FUNAI/DENUNCIA/PF/pNA/IBDF/DESMAT/CIMI/
pUE

Trata da exploração, mais precisamente, da negociação de madeira em AIs, por intermédio das administrações regionais da FUNAI ou diretamente com os índios, e as conseqüências desses acordos.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Brasil.

Titulo: Decreto n. 98.894, de 30/01/90 (sobre reestudo dos limites da AI Uru-Eu-Wau-Wau].

PUB:DOU LOCAL: Brasilia-DF

Editor: DOU31 jan 1990 Pag. p. 2121

TIPO: DECRETO

Região ARIQUEMES/COSTA MARQUES/JARU-RO ET AL

Tema:POLITICA INDIGENISTA Subtema: DEMARCACAO
/DEMARCPROC/DELIMIT/

Terra: /AI URU-EU-WAU-WAU

Povo : /URU-EU-WAU-WAU

Assinam:Jose Sarney/João Alves Filho.

----- ~-----